



LAR TEMPORÁRIO

**Diretrizes Projetuais aplicáveis à
Arquitetura em abrigos para crianças
e adolescentes em situação de
vulnerabilidade social**



CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIESP
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

POLIANA BARBOSA LIMA MOURA

**Lar temporário:
diretrizes projetuais aplicáveis à Arquitetura em abrigos
para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social**

João Pessoa
2021

POLIANA BARBOSA LIMA MOURA

Lar temporário: diretrizes projetuais aplicáveis à Arquitetura em abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário – UNIESP, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Ma. Aline Paiva Montenegro

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Aline Paiva Montenegro
Orientadora - Centro Universitário UNIESP

Prof.^a Ma. Rebecca Vanessa Bandeira Rodrigues de Souza
Avaliadora Interna - Centro Universitário UNIESP

Arq. Ma. Manuela de Luna Freire Duarte Bezerra
Avaliadora Externa

João Pessoa, 2021

À todas crianças e adolescentes que foram e são afastados dos seus lares por medidas protetivas. Meu desejo é que um lar acolhedor não seja mais reconhecido como um privilégio de poucos, mas algo comum e necessário à existência.



AGRADECIMENTOS

À Deus, que sempre tem me sustentado com fé.

Aos meus pais, que desde a infância me diziam que a maior e mais valiosa herança que eles poderiam me entregar eram a fé e a educação. Obrigada por todo investimento que depositaram em mim e por sempre acreditarem no meu potencial, muitas vezes mais do que eu mesma.

Ao meu irmão, que é o meu espelho de dedicação. Obrigada por todos os dias que vivemos juntos, por todos os ensinamentos e por simplesmente ser quem é. Obrigada Gabi, por assim como ele ser meu exemplo de dedicação naquilo que fomos chamados a exercer como profissão.

Ao meu esposo, que além de ser o meu parceiro de vida, tem sido o meu suporte e ombro amigo. Obrigada por investir na minha carreira desde o início e me ensinar sobre persistência, paciência e mansidão todos os dias.

À toda minha família que participou direta ou indiretamente no processo de construção desta pesquisa.

À todos os professores que deixaram a sua marca na minha vida. Sem o conhecimento passado por vocês eu nada seria. Em especial, a Francisca, que me ensinou a ler e escrever.

Aos meus amigos da faculdade, Laylla e Yan, muito obrigada pela parceria durante esses anos acadêmicos. Tudo se tornou muito mais leve quando estava com vocês.

À Dourado Engenharia, FARO Arquitetura e Thais Porto, pelos ensinamentos compartilhados durante o estágio que me fizeram ter a certeza do caminho a ser percorrido.

À minha orientadora Aline, que desde o Lacon tem me auxiliado a enxergar o curso sob outra perspectiva. Obrigada pela compreensão e todos os ensinamentos que vão muito além da arquitetura.

RESUMO

Este presente trabalho tem por objetivo a produção de diretrizes projetuais concernentes aos abrigos que acolhem crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Tendo em vista a melhor compreensão acerca do funcionamento do sistema de acolhimento do Brasil desde o seu início, a pesquisa descreve a história, as legislações e o contexto atual do mesmo. Além da análise de um abrigo institucional da cidade de João Pessoa/PB, são apresentadas e discutidas as recomendações feitas sobre o espaço de acolhimento através de uma resolução que busca nortear o gerenciamento organizacional do sistema. Assim, diante das orientações deste documento e do diagnóstico do objeto de estudo, atrelada a pesquisa a respeito da psicologia ambiental de como o espaço é capaz influenciar os estímulos sensoriais e, portanto, o comportamento do seu usuário, são produzidas as diretrizes baseadas em parâmetros ambientais. Dessa forma, o produto final deste trabalho visa guiar a construção do local de abrigo, de modo que promova o bem-estar efetivo.

Palavras-chave: Abrigo; Crianças e adolescentes; Acolhimento; Psicologia ambiental.

ABSTRACT

This work accomplishment is to produce architectural guidelines concerning shelters for socially vulnerable children and teenagers. Aiming a better understanding about the operation of the shelters system in Brazil since its beginning, this research will present its history, legislation and its current context. In addition to the analysis of an institutional shelter in Joao Pessoa city, the recommendations made about the shelter space are presented and discussed through a resolution that seeks to guide the organizational management of the system. Tus, given the guidelines of this document and the diagnosis of the object of study, linked to research on environmental psychology of how space is able to influence sensory stimuli and therefore, the behavior of its user, guidelines are produced based on parameters environmental issues. Thereby, the final product of this work aims to guide the construction of the shelter, so that it promotes effective well-being.

Keywords: Shelter; Children and teenagers; Acceptance; Environmental psychology.



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Crianças e adolescentes em acolhimento no Brasil.....	14
Figura 2 - Tempo de acolhimento das crianças e adolescentes.....	15
Figura 3 - Experiências de crianças e adolescentes em abrigos brasileiros.	16
Figura 4 - Eixos temáticos da pesquisa.....	19
Figura 5 - Asilo dos Expostos - São Paulo	27
Figura 6 - Roda dos Expostos	27
Figura 7 - Pavilhão Anchieta - SAM (SAM) (SAM)	33
Figura 8 - Escola Padre José de Anchieta (FUNABEM)	33
Figura 9 - Cérebro triúno	51
Figura 10 - Processo da percepção ambiental	52
Figura 11 - Ação tríplice da cor	55
Figura 12 - Sensações causadas pelas cores.....	56
Figura 13 - Formação dos parâmetros ambientais.....	60
Figura 14 – Fases da metodologia	61
Figura 15 – Localização do abrigo institucional.....	67
Figura 16 – Implantação.....	68
Figura 17 - Planta Baixa Pav. Térreo	69
Figura 18 - Pavimento Superior (Anexo)	70
Figura 19 - Fachada abrigo institucional	71
Figura 20 - A) Cômodo com pouca iluminação; B) Parede com infiltração.	72
Figura 21 – A) Pátio Frontal; B) Pátio posterior.....	72
Figura 22 - Planta de revestimentos.....	73
Figura 23 - Direção dos fluxos de vento	74
Figura 24 - Orientação Solar	75
Figura 25 - Iluminação no corredor	76
Figura 26 - Iluminação na garagem.....	76
Figura 27 - Fluxos de vento dentro da edificação.....	77
Figura 28 - Matriz de relações (Diretrizes e cômodos).....	95
Figura 39 - Matriz de relação (cômodos abrigo).....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais referenciais teóricos.....	20
Tabela 2 - Cronograma geral de estudo.....	21
Tabela 3 - Parâmetros de análise metodológica	22
Tabela 4 - Principais causas do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos no Brasil	38
Tabela 5 - Mudanças dos parâmetros da institucionalização	41
Tabela 6 - Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para a casa-lar.....	44
Tabela 7- Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para a república.....	46
Tabela 8 - Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para o abrigo institucional.....	47
Tabela 9 - Resultados dos parâmetros ambientais	81
Tabela 10 - Diretrizes projetuais do parâmetro físico-ambiental	90
Tabela 11 - Diretrizes projetuais do parâmetro sensorial	91
Tabela 12 - Diretrizes projetuais do parâmetro comportamental.....	92
Tabela 13 - Infraestrutura e diretrizes projetuais para o abrigo institucional (áreas íntimas e sociais).....	93
Tabela 14 - Infraestrutura e diretrizes projetuais para o abrigo institucional (áreas de serviço, externa e administrativas)	94



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CEJA	Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba
COVID-19	Novo Coronavírus
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
MDS	Ministério da Saúde e do Combate à Fome
PNCFC	Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SNA	Serviço Nacional de Adoção e Acolhimento



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Justificativa	13
1.2	Objetivos	17
1.2.1	OBJETIVO GERAL	17
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
1.3	Procedimentos metodológicos	18
2	HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO INFANTO-JUVENIL	24
2.1	A colonização e a institucionalização de indígenas	24
2.2	A cultura da institucionalização	25
2.3	A independência e novas iniciativas de institucionalização	28
2.4	A república e ideais iluministas	28
2.5	Transformações sociais durante de Revolução Industrial	30
2.6	Período Militar e a ânsia de novas perspectivas	31
2.7	O fim da ditadura e o (re)início da democratização dos direitos	34
3	DADOS DO ACOLHIMENTO	36
3.1	Perfil dos abrigados	36
3.2	Causas do Abrigamento	37
4	O ESPAÇO DO ABRIGO	40
4.1	Mudanças obtidas através do ECA	40
4.2	Novas modalidades de acolhimento	42
4.2.1	CASA - LAR	43
4.2.2	FAMÍLIA ACOLHEDORA	45
4.2.3	REPÚBLICA	45
4.2.4	ABRIGO INSTITUCIONAL	46
5	RELAÇÃO AMBIENTE-USUÁRIO	50
5.1	O cérebro e suas características	50
5.2	Os estímulos cerebrais e o espaço	52
5.3	Aplicação de métodos no espaço para o estímulo dos sentidos	54
6	METODOLOGIA	60
6.1	Parâmetros ambientais da etapa II	62
7	DIAGNÓSTICO DO ABRIGO INSTITUCIONAL	67
7.1	Análise do Abrigo Institucional	67

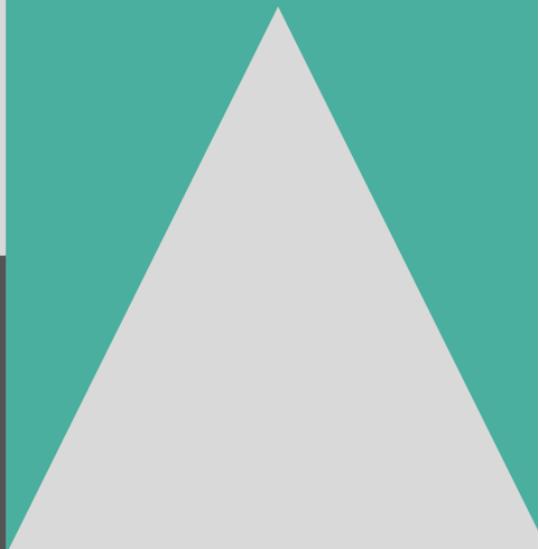
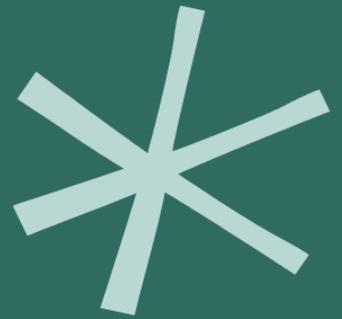
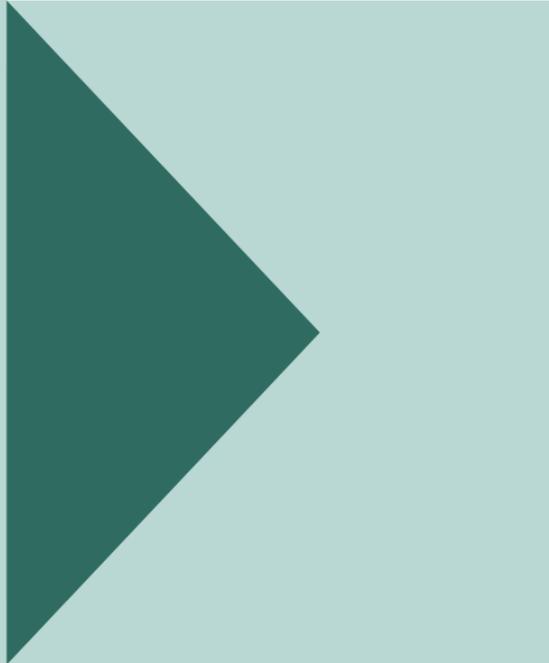


7.2 Parâmetro Físico-Ambiental.....	75
7.3 Parâmetro Sensorial.....	77
7.4 Parâmetro Comportamental	79
8 DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O SISTEMA DE ACOLHIMENTO.....	83
8.1 Parâmetros de infraestrutura recomendados ao abrigo.....	84
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
9.1 Diretrizes projetuais	89
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98



INTRODUÇÃO

1



1 INTRODUÇÃO

Ao se retratar o espaço de institucionalização de crianças, é comum vir à mente grandes edificações que comportam um vasto número de indivíduos, e estes vivendo através de um de tratamento em que a liberdade é restrita. Tais fatos são bons exemplos do cenário histórico do passado no Brasil, que ainda estão arraigados na mente da sociedade. Vale salientar, ainda, que inicialmente as instituições possuíam o cunho religioso, tornando o regime baseado na vida religiosa. O sistema, antes chamado de orfanato e/ou internato de menores, entrou em colapso, devido as tantas adversidades vividas pelas crianças em relação as condições sanitárias, de trato e de superlotação dos espaços (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Assim, em resposta ao problema da cultura de institucionalização de crianças no país, o Governo realizou duas tentativas de reparação através do Serviço de Assistência a Menores (SAM) em 1941 e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964 (RIZZINI, 2011).

Porém, a mudança no quadro da assistência somente começou a acontecer a partir de 1980, quando houve um questionamento das causas referentes à vida das crianças nesses ambientes e os seus direitos civis. Dessa forma, em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ocorreu uma modificação significativa no programa, tornando a institucionalização em um caráter provisório e excepcional de modo que a permanência da criança dentro do seu núcleo familiar se torna valorizada a ponto do reconhecimento que ali seria o melhor lugar aliado ao auxílio de assistência social quando preciso. Como pode ser visto através do artigo nº 101 no inciso primeiro do ECA:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, p.63).

Ademais, houve a implementação de novas modalidades de acolhimento institucional através da casa de passagem, abrigo institucional, família acolhedora, casa-lar e república, instituindo também o número limite de crianças em cada um, com o objetivo de evitar números exorbitantes de crianças por edificação. Porém, como

será visto nesta pesquisa, não é isto o que ocorre atualmente. A grande questão é que as incongruências no sistema de acolhimento em relação a infraestrutura e o conceito formal do abrigo, atingem quem está mais vulnerável: as crianças e os adolescentes, refletindo diretamente, dentre outras circunstâncias, na forma em que se relacionam com o ambiente em que vivem e no que reverbera para sociedade, mesmo temporariamente.

Além disso, por meio do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes”, entre outras sugestões, foram recomendadas as dimensões relativas a todos os ambientes do abrigo, instituindo-se o metro quadrado por pessoa e sendo indagado apenas questões dimensionais, quando é retratada a infraestrutura do abrigo. Porém, é notório que a influência gerada através do ambiente sobre o indivíduo, através das formas, iluminação, acústica, temperatura, texturas e espacialidade, revela que a arquitetura, em si, provoca sentimentos além de cumprir a sua função de abrigar (BESTETTI, 2014). Como pode ser visto por meio de Pallasmaa:

A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal. Em vez da mera visão, ou dos cinco sentidos clássicos, a arquitetura envolve diversas esferas da experiência sensorial que interagem e fundem entre si (PALLASMAA, 2011, p.39).

Portanto, no Brasil, crianças e adolescentes são colocados no sistema de acolhimento e, diante da vulnerabilidade no momento, vivem em locais que não são adequadamente projetados levando em conta a atuação presente e ativa que o espaço obtém no modo de ser, agir, pensar e sentir. Deste modo, esta pesquisa almeja a produção de diretrizes projetuais – que foram compiladas em um *e-book* a respeito dos abrigos institucionais, considerando a premissa de que o espaço influi na forma em que nos relacionamos.

1.1 Justificativa

A história brasileira em relação ao abrigo institucional de crianças e adolescentes desde o seu princípio é uma questão de altíssima relevância social, não só pelo fato de carregar consigo a responsabilidade de acolher, educar e ser o lar de

tantos indivíduos que se encontram em estado de vulnerabilidade, mas também por revelar que grande parte deles vão à instituição devido a situação financeira de sua família, fato que conduz ao questionamento das políticas públicas de assistência do país. (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Atualmente, segundo o Serviço Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)¹ em março de 2021, o Brasil possuía 30.984 crianças institucionalizadas, das quais 272 estão no estado da Paraíba. Tal fato revela que o acolhimento é algo necessário em todo território, dada a condição macroestrutural que perpassa a situação familiar brasileira.

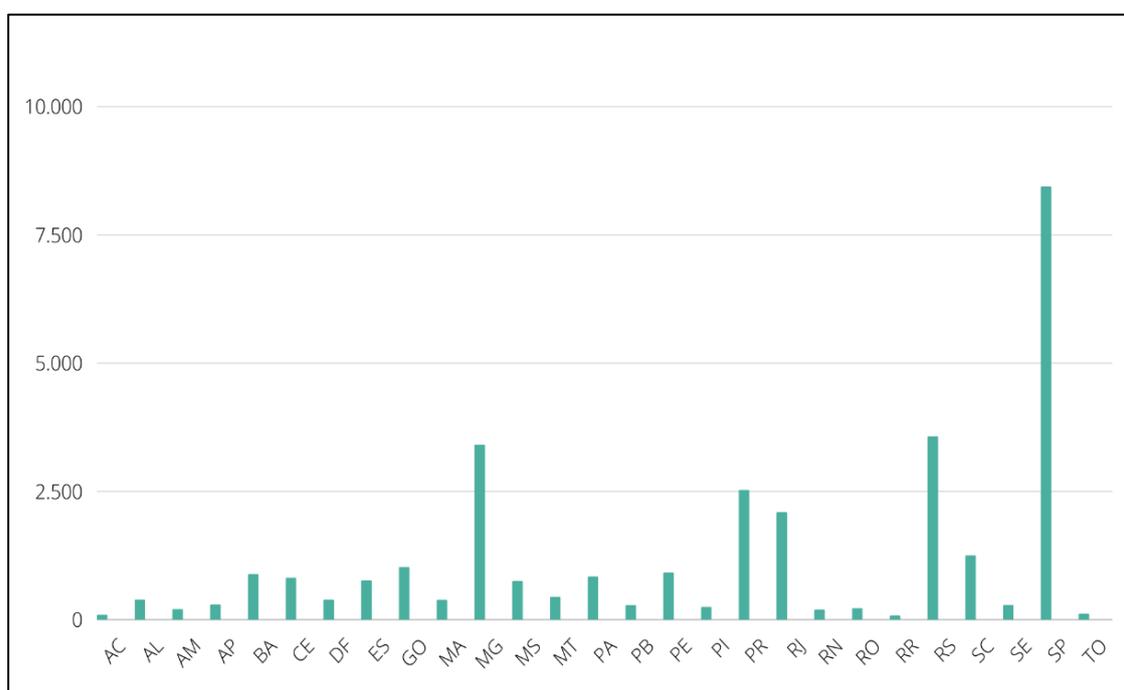


Figura 1 - Crianças e adolescentes em acolhimento no Brasil. Adaptado de Serviço Nacional de Adoção e Acolhimento, 2021.

Portanto, é possível inferir que a questão de institucionalização de crianças e adolescentes é uma realidade social que atinge todos os estados do país e, mesmo que em níveis diferentes, devemos atentar para o fato de que tais números não retratam somente estatísticas referentes à sociedade, mas sim, retratam vidas e corações que perpassam por um estágio da sua história em lares temporários,

¹ Fundado em 2019, com o seu funcionamento amparado na Resolução nº 289/2019, possui um sistema de alertas no qual tanto a área judicial quanto pretendentes obtêm acesso aos dados cruzados do Cadastro Nacional de Adoção e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, além de contribuir com a agilidade e integridade processual.

refletindo diretamente na sua visão ambiental sobre permanência, laços afetivos e sociedade (SARAIVA, 2017).

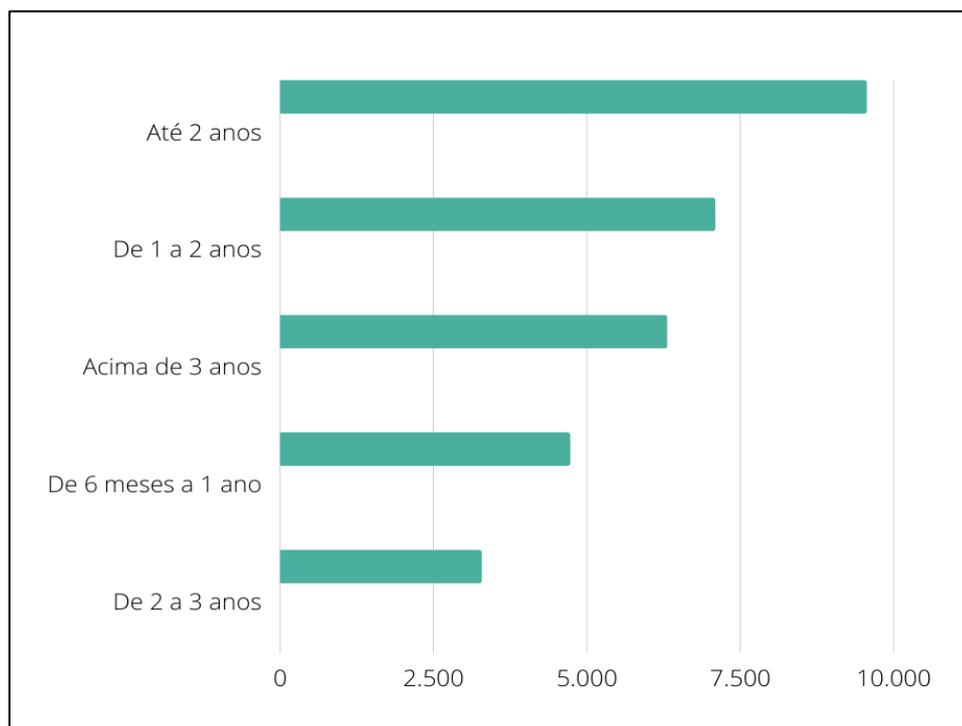


Figura 2. Tempo de acolhimento das crianças e adolescentes. Adaptado de Serviço Nacional de Adoção e Acolhimento, 2021.

Atualmente, a maior parte dos abrigos contém indivíduos que estão no início do seu desenvolvimento psíquico e social e que, quando não são colocados no sistema de adoção, moram em sucessivos abrigos, com a finalidade de não infringir a temporalidade do acolhimento, sugerida pelo ECA de no máximo dois anos. Pode-se averiguar tal fato por meio da Figura 2 que demonstra dados sobre a permanência de crianças e adolescentes no sistema institucional, em março de 2021, acima de 3 anos.

Infere-se, portanto, que a questão de institucionalização de crianças e adolescentes, é uma realidade social que atinge todos os estados do país e, mesmo que em níveis diferentes entre eles, devemos atentar para o fato de que tais números não retratam somente estatísticas referentes à sociedade, mas sim, retratam vidas e corações que moram durante um estágio da sua história em lares temporários, refletindo diretamente na sua visão ambiental sobre permanência, laços afetivos e sociedade (SARAIVA, 2017).

Além disso, em recente estudo feito pelo Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária foi avaliado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa

do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). Através de entrevistas a jovens que já passaram pelo processo de acolhimento institucional em suas diversas modalidades, os resultados encontrados foram publicados em 2020 no livro “Minha vida fora dali”. Dentre outros aspectos, constatou-se que as crianças e adolescentes dentro desta situação social, vivem e passam por vários abrigos durante a sua trajetória, como também, retratou-se o estado de infraestrutura do espaço, muitas vezes superlotado, denunciando condições insalubres e precárias, realidades que podem ser constatadas através das suas falas expostas na Figura 3.



Figura 3. Experiências de crianças e adolescentes em abrigos brasileiros. Retirado do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, Publicação “Minha Vida Fora Dali”,2020.

Deste modo, apesar do Ministério da Saúde e do Combate à Fome (MDS), através das Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, estabelecer medidas gerais para cada ambiente de acordo com a ocupação em metro quadrado por pessoa em cada cômodo das instituições, torna-se claro, por meio das falas citadas na Figura 3, que tais dimensões são insuficientes em relação ao suprimento espacial efetivo, já que muitos abrigos acolhem mais crianças

do que comportam. Este fato torna explícito a problemática em relação à realidade de muitas casas de acolhimento que são formadas a partir de uma construção preexistente, sendo essa projetada inicialmente para outro fim senão ao abrigo de crianças e adolescentes de diferentes idades e em estado de vulnerabilidade social² (FREIRE, 2018, p.14).

Portanto, têm-se que a situação das instituições de acolhimento no Brasil, e por conseguinte em João Pessoa, em relação à questão arquitetônica, está à mercê de apenas medidas gerais que de fato podem suprir as necessidades básicas de um lar. Porém, em se tratando deste nicho da sociedade, necessita-se de uma atenção especial para, principalmente, o seu processo de construção psicossocial e a sua identidade diante do lar:

Todavia, para se garantir a real apropriação do ambiente construído, gerando condições favoráveis ao crescimento de desenvolvimento psicossocial saudável, com experiências e relações interpessoais, é necessária a interlocução com aspectos que vão além dos perceptíveis (SAVI,2018, p.34).

Logo, diretrizes que componham o processo projetual arquitetônico de abrigos, a respeito não somente de dimensões referentes a cada ambiente e seu *layout*, mas também, a relação benéfica e satisfatória entre os indivíduos e o espaço que se inserem, visando tornar o abrigo para, de fato um lar, modificando o aspecto institucional negativo histórico preeminente.

1.2 Objetivos

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Propor diretrizes relacionadas ao projeto arquitetônico de abrigos institucionais para crianças e adolescentes, levando em consideração a resultante comportamental de como os ambientes provocam influência sobre os seus usuários, considerando aspectos relacionados à ação do ambiente sobre o seu usuário.

² O termo vulnerabilidade social nesta pesquisa está atrelado não só em relação as condições de moradia no abrigo, mas também faz referência aos motivos que levaram às crianças ao afastamento do convívio familiar.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a história do acolhimento institucional no Brasil, buscando compreender a sua influência até os dias atuais;
2. Estudar os dados científicos atuais referentes ao acolhimento no Brasil, em relação às suas razões, ao número de crianças e adolescentes em acolhimento;
3. Verificar sobre as políticas públicas vigentes em relação às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes;
4. Aprender a relação de influência entre indivíduo e ambiente através da psicologia ambiental aplicada à arquitetura;
5. Realizar o diagnóstico de um abrigo institucional para crianças e adolescentes;
6. Propor diretrizes projetuais para o espaço do abrigo institucional, apresentadas em um *e-book* anexado ao Apêndice 1 deste trabalho.

1.3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é caracterizada como qualitativa com abordagem de pesquisa bibliográfica e exploratória classificada como não participante, em que o contato com a realidade retratada é sem interação física.

Os métodos qualitativos utilizados têm como objetivo a produção final das diretrizes projetuais aplicadas ao abrigo. Assim, buscou-se pesquisas bibliográficas por meio de artigos, monografias, teses e dados oficiais do governo que são relacionadas a história da institucionalização de crianças e adolescentes, a legislação acerca do tema, a realidade dos abrigados e do ambiente do abrigo e ao contexto sensorial do corpo humano e a sua relação com o espaço inserido (Figura 4).

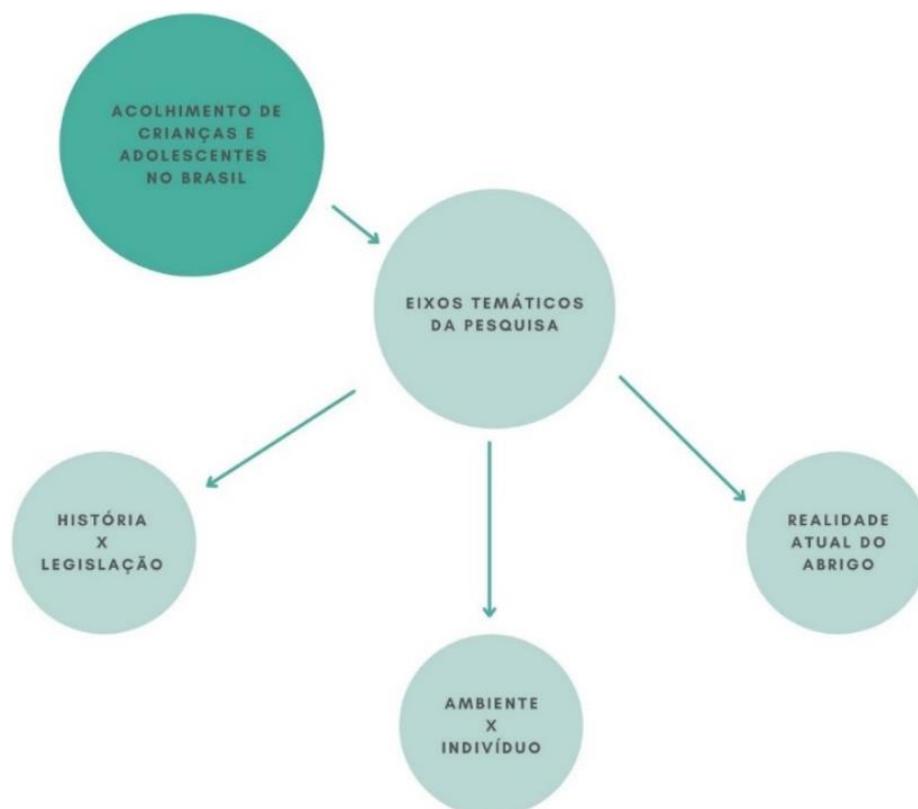


Figura 4. Eixos temáticos da pesquisa. Produção da autora.

Vale salientar que a base de dados coletadas em relação a situação atual arquitetônica de abrigos na cidade de João Pessoa/PB, foi coletada a partir da pesquisa de Paulo Ricardo em 2019³.

Devido ao estado de saúde crítico pandêmico causado através do vírus Sars-Cov-2, conhecido como Covid-19, as visitas às instituições estiveram até a data da pesquisa sem previsão de retorno; e objetivando a segurança e bem-estar das crianças e adolescentes, bem como aos profissionais que gerem o espaço, optou-se por coletar dados a partir da pesquisa anteriormente mencionada.

Assim, estabelecidos os eixos temáticos gerais da pesquisa, pôde-se restringir os elementos do estudo com a finalidade de se obter ao final, a produção de diretrizes projetuais embasadas na realidade exposta a partir da investigação e verificação dos referenciais teóricos.

³ O Trabalho de conclusão de curso intitulado como “Anteprojeto arquitetônico referencial de instituição para acolhimento de mulheres, crianças e jovens” analisou, além de propor um novo modelo de espaço do abrigo, três modalidades de acolhimento, por meio de fotos e estudos de *layout*, dos quais um é retratado nesta pesquisa.

Desse modo, foram elencadas referências teóricas que baseiam esta pesquisa, e pertencendo cada uma a um eixo temático trouxe visões a respeito do aspecto histórico, a partir da ótica de Rizzini e Rizzini (2004), da legislação por meio das publicações do ECA, MDS, PNCFC, Lei da Adoção, da realidade atual dos abrigos em João Pessoa, através de fotos e dados expostos e da relação ambiente indivíduo sob a ótica da neuro arquitetura, por Gonçalves e Paiva (2018), e da psicologia ambiental, por Cavalcanti e Elali (2018). Como pode ser visto a partir da tabela a seguir:

Tabela 1. Principais referenciais teóricos para a produção de diretrizes projetuais aplicáveis à Arquitetura em abrigos de crianças e adolescentes no Brasil. Produção da autora.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS TEÓRICAS			
AUTOR	PUBLICAÇÃO	EIXO	TEMA
IRENE RIZZINI E IRMA RIZZINI	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO E DESAFIOS DO PRESENTE	HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	RETRATA O PERCURSO HISTÓRICO DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE E DO COMBATE À FOME	ORIENTAÇÕES TÉCNICAS AOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	DEMONSTRA AS NORMAS REFERENTES AS CASAS DE ACOLHIMENTO EM RELAÇÃO AOS PROFISSIONAIS, MODALIDADE DE ACOLHIMENTO E SUAS CARACTERÍSTICAS
PAULO DOS SANTOS	ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO REFERENCIAL DE INSTITUIÇÃO PARA ACOLHIMENTO DE MULHERES CRIANÇAS E JOVENS.	REALIDADE ATUAL	REVELA, POR MEIO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ANTEPROJETO DE CASA DE ACOLHIMENTO, A REALIDADE DE TRÊS CASAS EM JOÃO PESSOA.
SYLVIA CAVALVANTE E GLEICE ELALI	PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONCEITOS PARA A LEITURA DA RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE	AMBIENTE E INDIVÍDUO	POR MEIO DE ASPECTOS DA PSICOLOGIA AMBIENTAL, PERMITE A COMPREENSÃO DA FORMA COMO O AMBIENTE PODE INFLUENCIAR O INDIVÍDUO
ROBSON GONÇALVES E ANDREA PAIVA	TRIÚNO: NEUROBUSINESS E QUALIDADE DE VIDA	AMBIENTE E INDIVÍDUO	EXPRESSA O FATO DE QUE A FORMA COMO NOS RELACIONAMOS COM O AMBIENTE ESTÁ CONECTADO AO NOSSAS CONEXÕES CEREBRAIS.
ANÉSIA FROTA E SUELI SCHIFFER	MANUAL DE CONFORTO TÉRMICO	AMBIENTE E INDIVÍDUO	O MANUAL POSSIBILITA A COMPREENSÃO ENTRE A ARQUITETURA, O MEU EM QUE ELA SE INSERE E OS SEUS USUÁRIOS.

Portanto, por meio da descrição dos tais, viabilizou-se a estruturação do cronograma de pesquisa, determinando o tempo necessário para realização de cada etapa, divididas em Etapa I, II, III e IV relacionadas, respectivamente, a pesquisa exploratória, descritiva, em duas etapas de diagnóstico e análise, e a produção final das diretrizes, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2. Cronograma geral de estudo. Produção da autora.

ETAPA	PERÍODO	DESCRIÇÃO
ETAPA I PESQUISA EXPLORATÓRIA	FEVEREIRO - JULHO 2021	RESGATE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A LEGISLAÇÃO INSTAURADA NO BRASIL.
		FORMAS DE ACOLHIMENTO POSSIBILITADAS ATRAVÉS DO ECA.
		CAUSAS DO ACOLHIMENTO E PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADAS NO BRASIL.
		NORMAS SUGERIDAS A RESPEITO DA INFRAESTRUTURA DOS ABRIGOS.
		ESTUDO ACERCA DA PERCEPÇÃO ESPACIAL DO INDIVÍDUO NO ESPAÇO EM QUE SE INSERE.
		O CONFORTO TÉRMICO E SUAS INFLUÊNCIAS NO ESPAÇO
ETAPA II E III PESQUISA DESCRITIVA	AGOSTO 2021	<ul style="list-style-type: none"> • II:DIAGNÓSTICO DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL EM JOÃO PESSOA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE BAKER (1998) E NOS PARÂMETROS AMBIENTAIS. • III:ESTUDO E AVALIAÇÃO DO DOCUMENTO "ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES" A RESPEITO DO ESPAÇO DO ABRIGO INSTITUCIONAL.
ETAPA IV DIRETRIZES PROJETUAIS	AGOSTO - NOVEMBRO 2021	DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS PARA ABRIGOS INSTITUCIONAIS EMBASADAS NOS PARÂMETROS AMBIENTAIS ESTUDADOS. PRODUÇÃO DO E-BOOK.

Em específico, nas etapas II e III da pesquisa, foi realizado o diagnóstico e a análise de um abrigo institucional na cidade de João Pessoa/PB, utilizando as plantas e fotos do local fornecidas através da pesquisa de Paulo Ricardo em 2019. A primeira é relacionada ao diagnóstico dos aspectos formais do objeto de estudo levando em consideração os princípios analíticos, simbólicos e estéticos de Baker (1998) e, então, após isso, foi realizada a análise do mesmo local tendo em vista os parâmetros ambientais baseados na metodologia de análise de Barbosa (2020), que é fundamentada na correlação dos parâmetros sensoriais humanos e dos princípios de Baker (1998), resultando nos três parâmetros que abarcam os sistemas de percepção do espaço (Tabela 3).

Tabela 3. Parâmetros de análise metodológica. Adaptado de Adilene Barbosa, 2020.

PARÂMETROS DE ANÁLISE - ESTUDO DE CASO			
	1	2	3
PARÂMETROS	PARÂMETRO FÍSICO - AMBIENTAL	PARÂMETRO SENSORIAL	PARÂMETRO COMPORTAMENTAL

Neste caso, esses parâmetros foram observados e comparados baseados no espaço físico do abrigo, visto que os efeitos positivos ou negativos produzidos através da relação ambiente-usuário, tendo em vista o que a literatura diz a respeito do tema. Dessa forma, os parâmetros analíticos estarão associados a partir do diagnóstico de fotografias do local, da organização espacial, do conforto ambiental, do comportamento e percepção espacial, com a finalidade de se compreender efetivamente a associação entre ambiente-usuário.

A metodologia de Barbosa (2020), ainda, consiste na análise projetual de um objeto de estudo, por meio dos parâmetros já explanados, que finda na produção de diretrizes projetuais, abarcando o contexto local como o fundamento para as recomendações realizadas à tipologia de moradia em estudo.

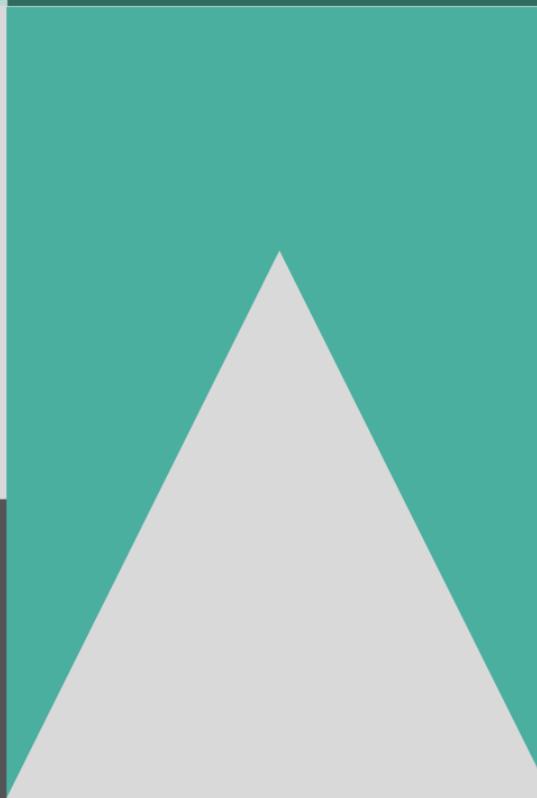
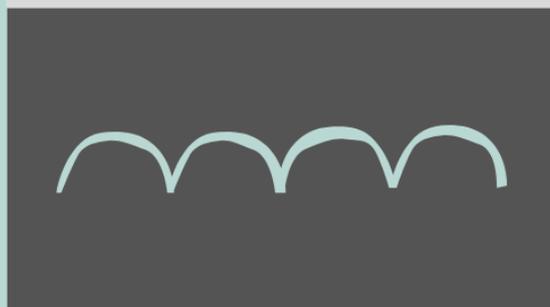
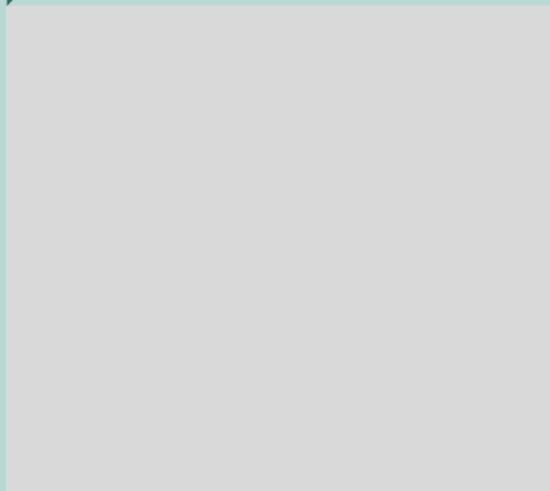
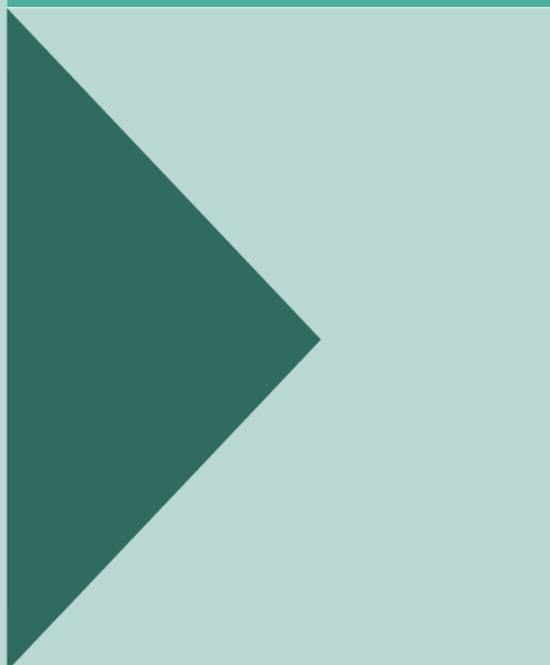
A segunda, etapa III, diz respeito a análise das recomendações do documento: “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” acerca das normas recomendadas a infraestrutura do espaço de acolhimento, tendo em vista a influência comportamental sobre o ambiente do abrigo e, portanto, nos seus moradores.

Assim, todas as etapas se tornam, ao final da pesquisa, um auxílio para a produção de diretrizes projetuais do lugar de acolhimento (Etapa IV) junto com o diagnóstico e todo referencial teórico estudado, condicionando, dessa forma, a validade do projeto de acordo com a aplicação dos tais durante o processo criativo e construtivo do espaço do abrigo.

HISTÓRIA

do acolhimento infanto-juvenil

2



2 HISTÓRIA DO ACOLHIMENTO INFANTO-JUVENIL

Quando retratamos a história brasileira com a finalidade de se encontrar respostas para os problemas atuais da sociedade, nos deparamos com a forte influência das raízes da colonização escravocrata portuguesa. Apesar de, hoje, estarmos em um espaço temporal muito distante ao ano de 1500, pode-se observar que as várias adversidades enfrentadas atualmente obtêm consequência direta às políticas públicas da época, em que o seu alvo era o aumento do poder político influente de famílias abastadas. Dessa forma, para compreendermos a forma e o rumo de como o sistema de acolhimento infanto-juvenil ocorre hoje, necessitamos de um resgate histórico que abranja esta questão como um todo.

2.1 A colonização e a institucionalização de indígenas

A chegada das embarcações portuguesas ao Brasil é apresentada historicamente a partir da conquista de uma terra ainda inóspita aos olhares europeus, de forma que o contato, bem como a exploração, dos indígenas era visto como um meio de garantir de modo efetivo a instalação da Colônia Portuguesa.

Porém, ao se deparar com a resistência dos índios à cultura europeia cristã, almejou-se, então, um meio mais maleável de aculturação: as crianças. Assim, deu-se início a Casa de Muchachos, que assegurada pela Coroa portuguesa, pode ser considerada como o início de abrigos e asilos educacionais, através do recolhimento das crianças do seu núcleo familiar (FRAGA, 2008, p.22).

As casas eram os locais de difusão dos valores e culturas que pertenciam ao “homem branco”, com a finalidade de arraigar a visão cristã às crianças indígenas, que ainda estavam no processo de construção mental, social e pessoal, para que eles fossem intérpretes dos jesuítas nas suas missões civilizatórias de conversão. (BAPTISTA, 2006, p.26) Assim, os primeiros retratos do acolhimento no Brasil dão-se em relação ao seu povo nativo, através das crianças, os colonizadores realizaram o processo de socialização, cristianização e, principalmente, de ocupação do solo indígena.

2.2 A cultura da institucionalização

Com o passar do tempo e a realocação da Coroa portuguesa no Brasil, surgem os primeiros povoados, e logo depois as cidades. A urbanização, do que antes, eram terras indígenas, trouxe consigo problemas relacionados ao modo de colonização instaurada, privilegiando aqueles que eram detentores de riquezas e, portanto, principais influentes econômicos da época. Desse modo, houve a disparidade social em relação à pobreza, colaborando, então, para miséria em vista da marginalização e exploração, assim, não havendo esforços e condições cabíveis aos pais, tanto para criação quanto para educação dos filhos, deu-se início ao abandono de menores, baseado no reflexo da cultura portuguesa vigente. Estes, muitas vezes ao lidarem com a situação de rua se depararam com a criminalidade como única via plausível de subsistência, outros, acabavam sendo assumidos por outras famílias como mão de obra.

Logo, segundo Baptista (2006), os séculos XVI e XVII, apresentam a realidade alarmante do abandono em que era possível observar crianças brancas e mestiças sobrevivendo à vida nas ruas. Com isso, foi instituído como responsabilidade das câmaras municipais a destinação de um sexto do seu lucro, tendo em vista a criação e educação das crianças abandonadas por suas famílias.

Porém, apenas no século XVIII, este fato foi relacionado a um problema social a ser solucionado, tendo associação direta com atos de caridade e religião, a Roda dos Expostos objetivava o recolhimento de crianças órfãs e expostas por meio de um sistema que permitia o anonimato de quem realizava o abandono (RIZZINI, 2011, p.111). Instaladas por meio da Santa Casa de Misericórdia, obteve as suas três primeiras instalações em Salvador/BA (1726), no Rio de Janeiro/RJ (1738) e em Recife/PE (1789). Apesar de serem um movimento de reação ao que estava acontecendo no momento, a Roda contribuiu com o alastramento da cultura de institucionalização, o fato da proteção da identidade do abandono favorecia e facilitava o mesmo.

A realidade em que as crianças e bebês vivenciavam nas Santas Casas eram evidenciadas através das altas taxas de mortalidade, que retratavam a realidade da instituição: alto número de crianças convivendo em um ambiente que não os comportava adequadamente devido à infraestrutura, à escassez de insumos alimentícios, a educação e aos castigos físicos instaurados. Como pôde ser visto,

posteriormente, através da pesquisa de Teixeira (apud RIZZINI, 2011, p.112) “nas classes abastadas ella (a taxa de mortalidade) é de 70 a 80 por 1000 crianças criadas no próprio domicilio, ella no entanto varia de 240 a 750 e até 900 por 1000 crianças assistidas e confinadas a amas mercenárias”. Assim, grande parte das crianças não conseguiam chegar à idade adulta, tendo em vista a forma como moravam e eram tratadas nos asilos.



Figura 5. Asilo dos Expostos - São Paulo; Fonte: Myrian Baptista, 2006.



Figura 6. Roda dos Expostos; Fonte: Myrian Baptista, 2006.

2.3 A independência e novas iniciativas de institucionalização

A pressão social e política de garantir que a desvinculação com a Coroa, e a instalação da monarquia brasileira evidenciasse um resultado positivo tanto as vistas do povo, quanto de Portugal, trouxe consigo uma nova perspectiva diante da situação do abandono. Dessa forma, substituiu-se a forma antiga de abrigo, para uma institucionalização maciça através da Casa de Recolhimento dos Expostos, que, mantidas pela Igreja Católica, oferecia um atendimento asilar e claustral separados por sexo, raça, situação econômica e bem como social, quando a criança era fruto de um relacionamento considerado ilegítimo à época:

“O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos.” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Porém, apesar de um novo panorama, a Casa de Recolhimento permaneceu com os mesmos problemas antes retratados na Roda dos Expostos, a falta de planejamento educacional e profissional, além de trazer consigo a forma similar de abrigo institucional, contendo um grande contingente de crianças dividindo o mesmo espaço e, portanto, em situação de risco à sua própria saúde.

2.4 A república e ideais iluministas

Após grande influência dos ideais iluministas de progresso vindas da Europa e todo o seu processo de desassociação ao autoritarismo monárquico, instaurou-se a República, que apesar de politicamente não ter alterado o padrão de poder destinado aos homens ricos, fazendeiros e empresários, trouxe consigo um avanço em relação a questão sanitária do país, principalmente em relação aos asilos de crianças. Uma questão que colaborou com o aumento acentuado do abandono de crianças, foi a Lei do Ventre Livre e Áurea, em que primeiramente foram vistas crianças negras em meio a este problema social (BAPTISTA, 2006, p. 28).

A missão higienista⁴ no Brasil, dentre outras questões, visava “limpar” as ruas das cidades de toda marginalização para se obter a imagem de um país desenvolvido e, da mesma forma, demonstrar que a nova política estava, diante do olhar português e local, com objetivos claros de avanço social ao ponto de gerar o sentimento nacionalista da população brasileira. Como pode ser visto através do discurso do senador Trovão Lopes, em 11 de setembro de 1896, “Temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para emprender essa tarefa, que elemento mais ductil e moldavel a trabalhar do que a infancia?!...”

Desse modo, o ideário de modernização obtinha uma de suas vertentes de realização das crianças, que passaram a serem vistas com um papel de chave para o futuro. A visão, porém, diante da situação social em voga, amparou a imagem da mesma, pertencente a famílias consideradas de bom caráter aos olhos dos políticos, a de inocência e alma pueril. Em contraste, aquelas pertencentes à classe pobre, eram destinadas à perversidade e à corrupção.

“Era sobre a criança, filha da pobreza, reprodutora do vício e da imoralidade, que a ação pública concentraria os seus esforços. Por isso se dizia ser saneadora civilizadora a reforma que o Brasil necessitava. Era acima de tudo moral a reforma que o país entendia ter que empreender” (RIZZINI, 2011, p. 107).

Assim, obteve-se a missão de salvar a criança pobre e abandonada de suas raízes e inclinações de perversidade e criminalidade, portanto, o Estado interveio mais ativamente, considerando que essa responsabilidade ia além dos esforços obtidos até então pela religião e a família nuclear. A criação de instituições públicas, se tornou então uma questão estatal, logo após em 1921 é aplicada a Lei n 4.242, que, dentre outros fatos, busca segundo Baptista (2006), autorizar e organizar a assistência à criança abandonada, e por outro lado, considerada delinquente, determinando a construção de abrigos para o recolhimento dela. Tal fato deu início a diversas políticas públicas que posteriormente foram instauradas, vale citar a Lei 17.943-A de 1927, sob influência da Declaração de direitos da criança de 1924, que consolidou as leis de assistência e proteção infanto-juvenil através do Código de Menores, que segundo

⁴ O movimento tinha a visão de que salvar a criança era conseqüentemente salvar a nação (progresso), então foram realizados esforços políticos para a educação e construção da moralidade infanto-juvenil, porém sem afetar os privilégios da elite letrada (RIZZINI, 2011).

Rizzini e Rizzini (2004, p. 29), foi um fato histórico marcante devido a instauração de um aparato judicial - Juízo de Menores - que foi reproduzido em cada estado. Assim, além disso, o Código proporcionou a criação do Conselho Nacional de Menores (CNM), com a finalidade de orientação dos meios assistenciais à criança (BAPTISTA, 2006).

2.5 Transformações sociais durante de Revolução Industrial

Apesar dos esforços em relação à proteção e acolhimento das crianças, a era do capital e do lucro vigorava e a ideologia do trabalho era um atestado de virtude do ser humano. Assim, ainda amparados da visão sanitária e moral, as políticas públicas conseguem um meio de atestar o fato de que era vantajoso à sociedade a introdução do trabalho infantil, dessa forma tornou-se mais enfática a exploração desta mão de obra, culminando, enfim, ao risco muito maior a sua saúde (RIZZINI *et al*, 2006).

Arelado a este fato, deve-se citar a relação do ideal de industrialização brasileira, que acreditava que ela era parte do caminho do progresso a ser percorrido, de forma que o desenvolvimento econômico e moral da sociedade seriam a porta de acesso triunfal. Por outro lado, a realidade dos abrigos institucionais, e, portanto, a vida das crianças, estavam diante de um problema social alarmante:

“(...)era uma casa na qual encafurnavam dezenas de crianças de 7 a 8 anos em diante...vivendo sem o menor preceito de hygiene, muitas vezes atrophiadas pela falta de ar e de luz sufficientes, via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro, á qualquer leva falta a castigos barbaros dos quaes o mais suave era o supplicio da fome e da sede (...)” (MONCORVO FILHO, 1926, p. 134).

Diante disso, é possível averiguar que a situação gerada por um despreparo em relação ao planejamento educacional e a forma de como era realizada as questões de gerenciamento das instituições culminaram na conjuntura precária dos asilos infantis. Além disso, é visto como o ambiente do abrigo é descrito com características similares ao que conhecemos como sistema prisional. O alto contingente de crianças abandonadas e órfãs, devido a precariedade aliada ao aumento demográfico populacional da época, e o espaço no qual elas viviam, ou ao menos buscavam resistir a sua realidade, era em todas as esferas um ponto negativo crucial a sua existência. O ambiente neste caso, ao invés de abraçar a criança e, através das suas variáveis

arquitetônicas, buscar criar um elo de harmonia e bem-estar, de modo a amenizar todo o processo no qual elas se encontravam, ele transformava a experiência institucional como uma clausura.

Dessa forma, os esforços para gerar uma mudança e colaborar com a salvação da infância brasileira, passaram a ser tratados com o estigma de defesa nacional. Em meio a este ideal, em 1941, surge o Serviço de Assistência a Menores (SAM), colaborando com a ideia de centralização do poder da assistência, tornando-se em 1944, um órgão de alcance nacional. Porém, esta tentativa acabou se tornando um fracasso, por contribuir ainda mais para a decadência do sistema institucional, tornando-o conhecido como uma “escola do crime” (RIZZINI, 1995, p.278).

Diante disso, houve uma grande pressão por parte da área de assistência social devido a realidade das crianças abrigadas. Então, em 1948, nas semanas de Estudos dos Problemas de Menores, na cidade de São Paulo, iniciou-se as discussões geradas sociais geradas a partir desta questão dos asilos de crianças. Culminando, dessa forma, na mudança de perspectiva sobre o objetivo do ato de institucionalizar, tornando, pela primeira vez, público o direito da criança de crescer no meio de sua família de origem, e, caso necessário, em outra família, de modo a estabelecer elos afetivos e relacionais entre os pais, algo inexistente até então, pois há a constatação de que a maioria delas, que foram recolhidas pelo Estado, possuíam uma família capaz de criá-las (RIZZINI & RIZZINI, 2004).

Além disso, posteriormente, com a reformulação do Código de Menores de 1927, a assistência social foi considerada como uma esfera extremamente importante para o funcionamento correto do papel do Estado diante das questões que giram em torno da criança em situação de abandono ou órfã, criando o Conselho de Menores, a fim de exercer esse papel de orientação.

2.6 Período Militar e a ânsia de novas perspectivas

O governo militar, dentre tantos outros aspectos que o caracterizam como ditadura, foi caracterizado pela ampla ação do Estado como principal mediador e executor dos atos públicos referentes à criança e ao adolescente em estado de abandono e/ou marginalizado.

Com a finalidade de controlar a circunstância social em que se encontravam as instituições e a insatisfação popular com a intervenção até então na esfera institucional, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), trazendo consigo a introdução do planejamento educacional e profissionalizante, além da contratação de profissionais especializados para atuarem na esfera psicológica, saúde, de assistência e educação (BAPTISTA, 2006, p.31; FRAGA, 2008, p.23).

Porém, no decorrer dos anos, a Funabem não contribuiu para a diminuição dos dados de crianças abrigadas, por outro lado, além de instituir a internação das crianças como solução ao grave problema social instaurado a anos, tornava-a ineficaz a solução da raiz do problema do abandono, apenas intervia a situação, sem qualquer questionamento relevante. Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p.37), houve o recolhimento nas ruas de 53 mil crianças durante um intervalo de cinco anos, devido a sua relação direta, segundo o Estado, com a criminalidade.

O fato é que apesar da Funabem instaurar a política do “Anti-SAM”, de modo a buscar alterar a realidade das instituições e almejar o bem-estar infanto-juvenil, como seu próprio nome diz, as instalações continuavam seguindo um padrão de aprisionamento, priorizando o isolamento social, desvinculação familiar e segregação social. Além disso, não houve melhorias em relação ao local do abrigo, o alto contingente de crianças não era suportado pelos espaços, perpetuando os quartos completamente superlotados, bem como, pode-se afirmar que em todos os outros cômodos acontecia a mesma situação.

Dessa forma, como citam Couto e Melo (1998, p.27), “crianças e adolescentes oriundos das classes populares passaram a ter a pobreza como crime e a perda da liberdade como pena.”, o sistema institucional, até então, não denunciava apenas a situação pelo qual o eixo social juvenil brasileiro se encontrava, mas, sim, a moral e ética com que era gerido e estabelecido na sociedade.

O abandono era visto como uma conduta errônea que traria consequências drásticas ao futuro da nação, no entanto, a forma de tratar esse problema, demonstrava ainda mais que a grande questão a ser resolvida era de caráter político. Ao coibir com casos de tortura e espancamento de crianças nas instituições (PASSETTI, 1999, p.358 *apud* FRAGA, 2008, p. 23), o Estado colocava a violência a cargo de solução a seres humanos que já estavam sendo violentados socialmente.

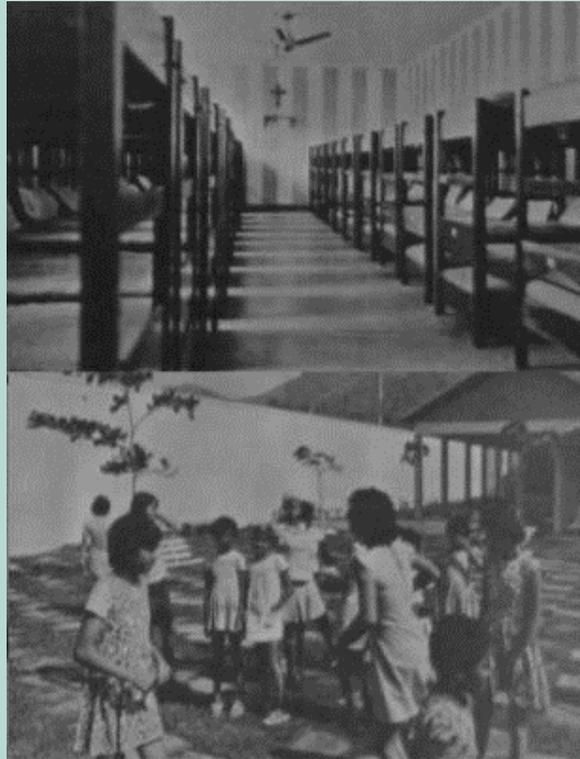


Figura 7. Pavilhão Anchieta - SAM (SAM); Fonte: Camila Daminelli, 2007.

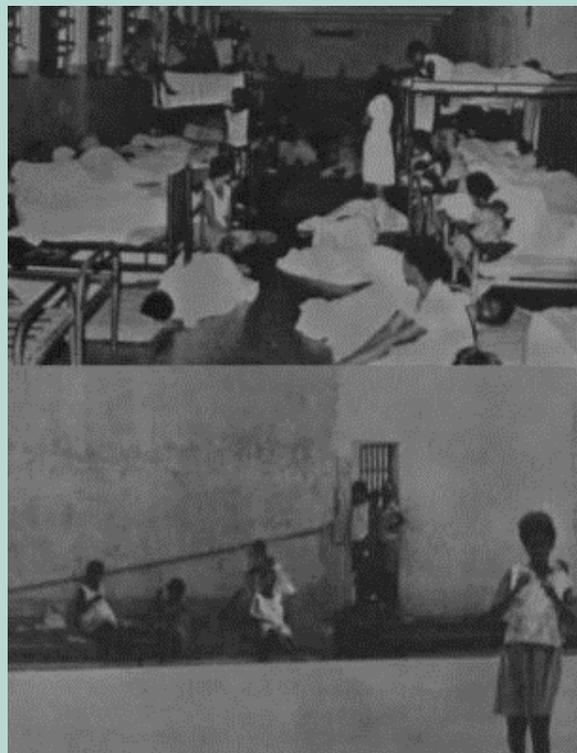


Figura 8. Escola Padre José de Anchieta (FUNABEM); Fonte: Camila Daminelli, 2007.

2.7 O fim da ditadura e o (re)início da democratização dos direitos

No ano de 1980, deu-se início a luta dos movimentos sociais populares que clamavam por participação política e pelos seus direitos como cidadão brasileiro diante das questões que afligiam a sociedade como um todo. O fim da ditadura significou, em relação às crianças e adolescentes institucionalizadas, a existência de discussões e movimentos sociais que estavam realmente em prol da vida digna e dos direitos dos tais, culminando no Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).

Nele, segundo Baptista (2006, p.32), eram “discutidas questões relativas à inexistência de políticas públicas de atendimento, à democratização precária das instituições e à necessidade de reverter o quadro de abandono deste segmento da população.” Dessa forma, foram articuladas, junto aos políticos, a necessidade da inclusão na nova Constituição de forma que houvesse, finalmente, uma legislação que possibilitasse um amparo legal e judicial, que fosse realmente eficaz, para questão do abandono e do funcionamento das instituições de acolhimento.

Portando, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, garante o que na verdade já deveria ser de total direito da população infanto-juvenil:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1998, p.132).

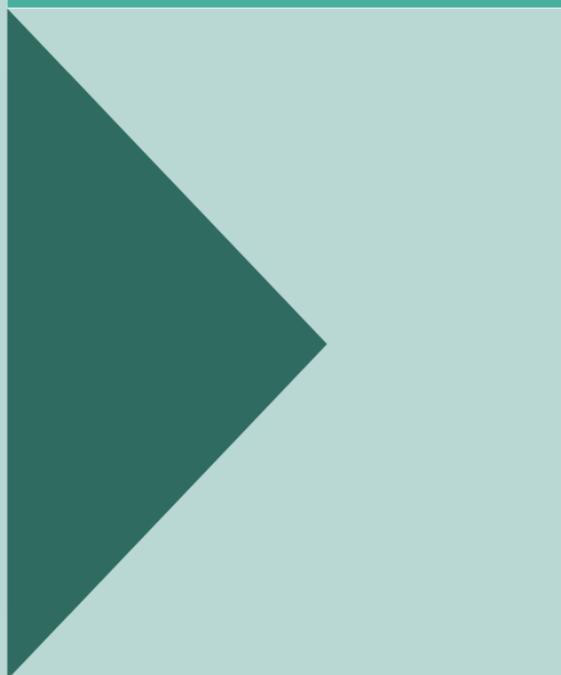
A existência de quatro artigos federais referentes a esta conjuntura social, possibilitou novos movimentos em torno da promulgação de um Estatuto que abrangesse totalmente os problemas, as soluções e que auxiliasse beneficentemente, tanto as crianças quanto às instituições no geral. Assim, em 13 de julho de 1990, foi publicado o ECA⁵, dando início a uma nova visão social para situação do acolhimento e buscando quebrar com a “cultura do abandono”.

⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente abrange os direitos infanto-juvenis, as normas de funcionamento do sistema de acolhimento, bem como exemplifica quando e como deve proceder o afastamento da criança do seu núcleo familiar. Além disso, também retrata as questões concernentes as medidas socioeducativas, quando há menção de infrações.

DADOS

do acolhimento

3



3 DADOS DO ACOLHIMENTO

É possível, por meio de dados fornecidos pelo SNA e do Conselho do Ministério Público (CNMP), avaliar as categorias e os padrões sociais em que os indivíduos cadastrados no sistema de acolhimento no Brasil se inserem. De forma que seja possível a compreensão de quem são as pessoas que estão no sistema de acolhimento para que através dos seus perfis e dos motivos que levaram ao seu afastamento da família, sejam conhecidas as suas necessidades e percepções sociais e espaciais, a fim de que a passagem pelo lugar do abrigo seja receptiva e respeitosa com as diversas individualidades e complexidades pertencentes a cada indivíduo.

3.1 Perfil dos abrigados

Atualmente, segundo informações do SNA⁶, dentre as 30.984 mil crianças e adolescentes que estão cadastradas no serviço de acolhimento do Brasil 95,4% estão na modalidade institucional e 4,6% no familiar, isto também se deve ao fato de que majoritariamente a modalidade de acolhimento mais existente no país é a institucional, ou seja, a maior disponibilidade oferecida e disponibilizada é a de abrigo institucional. Em relação à faixa etária presente, constata-se como grande maioria crianças até quatro anos de idade, seguido de até seis anos e depois até dois anos, os números decaem expressivamente quando se relacionam a crianças maiores de dez anos de idade, revelando que grande parte do acolhimento hoje se direciona a crianças mais novas. Já, no que se refere ao sexo, 50,5% são considerados no gênero masculino e 49,5% do feminino. A maioria dos cadastros não possuem dados a respeito da etnia, compondo o quadro de 60% que não informam este elemento, seguidos de parda, branca e preta. O sistema informa, ainda, que há dados relacionados à pessoa com deficiência com 3,3% e com doença infectocontagiosa com 0,3%, revelando que o abrigo também deve suprir as necessidades dessas crianças. Já no quesito de tempo de acolhimento, os dados informam que a maioria das crianças ficam até seis meses no sistema e este dado decai até chegar ao de dois a três anos, mesmo assim, é possível afirmar através das informações que apesar da passagem pelo acolhimento ter caráter temporário, ainda sim existem crianças que permanecem no sistema por mais de dois anos, podendo chegar a idade

⁶ Dados referentes a data de 19/03/2021 às 10h.

até a idade limite de dezoito anos estando habitando no abrigo.

De certo modo, as porcentagens e os números elencados dentro das informações citadas acima podem realizar um afastamento da real questão que deve ser elencada: cada dado é a representação de uma criança ou adolescente que para a sua própria proteção teve de ser retirada do seu vínculo familiar de maneira excepcional e provisória, e, então, o local que irá ser o sua casa temporariamente deve não só possuir o padrão requerido pelo ECA e documentos afins, mas também obtém a incumbência de ser lar. Além disso, deve-se ter em mente que esta residência recebe indivíduos com diferentes percepções de mundo, de leitura do espaço e de história de vida. Ou seja, apesar da motivação final que faz a criança estar e pertencer ao abrigo, ele tem a difícil e complexa missão de acolher ela, as suas necessidades e individualidades de forma positiva.

3.2 Causas do Abrigamento

Historicamente, o acolhimento de crianças e adolescentes se revelou como sendo uma consequência direta aos problemas ocasionados pela família, nos séculos XIX e XX a instituição era vista como uma via direta ao acesso educacional de qualidade, a alimentação e moradias suficientes para contribuir com o futuro infanto-juvenil (RIZZINI, 2004, p.26). Porém, hoje é visto que, para além do histórico familiar, o acolhimento está profundamente relacionado aos problemas macroestruturais que compõem a nossa sociedade, dessa forma é dever da mesma e do poder público a busca por um melhor panorama social que enfoque no bem-estar, proteção e segurança das crianças e adolescentes como um todo (OLIVEIRA, 2006, p. 40).

Tabela 4. Principais causas do acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos no Brasil. Adaptado de CNMP, 2013.

MOTIVOS DO ACOLHIMENTO NO BRASIL (DADOS CNMP)			
PAIS OU RESPONSÁVEIS DEPENDENTES QUÍMICOS/ALCOOLISTAS	81%	CARÊNCIA DE RECURSOS MATERIAIS DA FAMÍLIA/ RESPONSÁVEL	26%
NEGLIGÊNCIA	81%	ÓRFÃO (MORTE DOS PAIS OU RESPONSÁVEL)	26%
ABANDONO PELOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	78%	SUBMETIDO A EXPLORAÇÃO SEXUAL	23%
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	57%	SUBMETIDO A EXPLORAÇÃO NO TRABALHO, TRÁFICO E/OU MEDICÂNCIA	17%
VIOLÊNCIA DE RUA	35%	AUSÊNCIA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS POR DOENÇA	14%
PAIS OU RESPONSÁVEIS COM TRANSTORNO MENTAL	33%	PAIS OU RESPONSÁVEIS SEM CONDIÇÕES DE CUIDAR DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE COM DOENÇA ESPECÍFICA	11%
AUSÊNCIA DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS POR PRISÃO	30%	PAIS OU RESPONSÁVEIS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	7%

Ao todo, segundo o CNMP, são quatorze motivos encontrados (tabela 4) que tornam as crianças e adolescentes parte do sistema de acolhimento, dentre os tais onze abarcam o escopo familiar e os outros três são indicadores de trabalho infantil, tráfico e vida nas ruas. Porém, apesar dos motivos se associarem à relação entre pais ou responsáveis e seus filhos, a situação que gera uma desestabilização entre esse vínculo, é provocado diretamente pelo viés social que traz consigo através da história do acolhimento no Brasil.

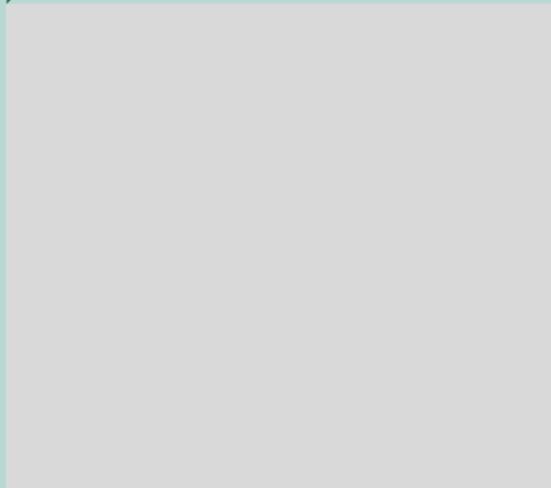
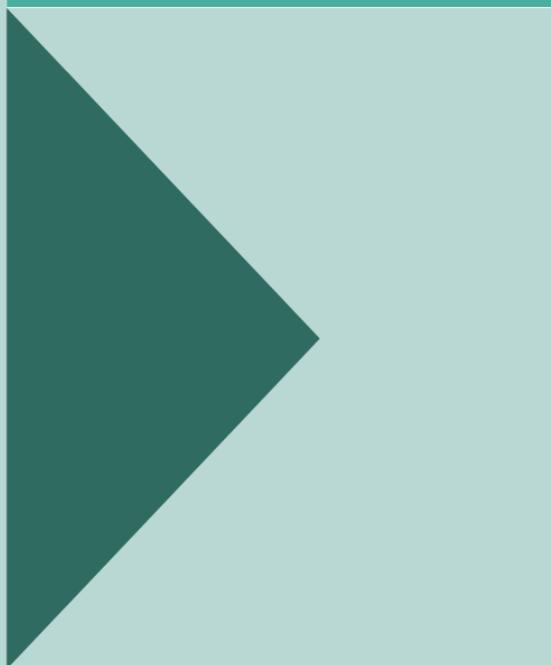
Vale salientar, que o ECA, de acordo com o artigo 101, instituiu a pobreza como não sendo uma causa justificável a remoção temporária das crianças das suas casas, porém é possível afirmar que isto ainda acontece em grande escala, hoje com outro termo, a negligência familiar lidera os principais motivos do abrigo. (SARAIVA, 2017, p.143). Como pode-se observar a mesma com 81%, junto com motivos relacionados a dependência química dos pais.

Saber dos motivos que levam as crianças e os adolescentes a se tornarem parte do acolhimento, não é apenas sobre pesquisa de dados para que seja possível encontrar o âmago da questão, mas também sobre compreender e assimilar as causas de forma a ocorrer um entendimento sobre as experiências vividas e como elas podem afetar a percepção espacial de cada indivíduo. Tal fato é de suma importância para que a passagem pelo abrigo venha a somar na vida dos ocupantes e não a afetar negativamente a sua vivência.

O ESPAÇO

do abrigo

4



4 O ESPAÇO DO ABRIGO

Diante de todos os problemas enfrentados pela cultura da institucionalização, a sociedade passou a questionar se a política do abrigamento de crianças era de fato benéfica aos seus usuários e famílias afins. Assim, no processo de redemocratização do Brasil, foi colocado em evidência o fato dos direitos referentes à criança na Constituição Federal de 1888. Com este fato, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando evidenciar que eles eram seres políticos detentores de direitos, bem como mudou o paradigma da institucionalização no país. Além de instituir que o ato de abrigar seria feito apenas em medidas extremamente necessárias e de estipular o número de crianças por instituição, criou outras modalidades de abrigo, dentre elas a opção de passagem e/ou temporária e de acolhida.

A criação do ECA, trouxe consigo a descentralização do programa de institucionalização de crianças e, além dos conselhos e órgãos públicos criados, estabeleceu diferentes modalidades de acolhimento. Sendo então uma medida que buscava solucionar diversos problemas enfrentados até ali pelas instituições e, principalmente, pelas crianças. Ao mesmo tempo que o Brasil enfrentava as dificuldades acerca da institucionalização de crianças e adolescentes, outros países também passaram por algo similar, assim, a busca por refletir e buscar soluções para este meio ficou em evidência no mundo todo. Portanto, na Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança, através da Declaração de Estocolmo, os países presentes se prontificaram, dentre outras medidas, a contribuir para o estabelecimento do elo familiar e limitar o período de acolhimento ao mínimo possível a cada caso, assim, minimizando as consequências geradas pelo afastamento da parentela e a tantas outras questões referentes às dificuldades enfrentadas pelas instituições.

4.1 Mudanças obtidas através do ECA

Em meio a transformações no que diz respeito ao abrigamento de crianças, a instituição antes denominada como educandário, orfanato e colégio interno, passou a se adequar às características instituídas pelo ECA, visando romper com a cultura da institucionalização infantil que privou, dentre os termos da lei em vigor, o convívio em sociedade e familiar de indivíduos, sem estabelecer a data final para tal acontecimento (OLIVEIRA, 2006, p.39).

Como resultado das ações promovidas pelo ECA, foram criados em 2006 o PNCFC, e em 2009 a Lei da Adoção, que juntos visam ressaltar o papel da família diante da sua importância para o desenvolvimento da criança, bem como a prioridade que deve ser entregue a questão do convívio social durante o abrigo, além de promoverem o trabalho preventivo de diversos profissionais com os familiares, em prol da diminuição do abandono infanto-juvenil (SAVI, 2018, p.75).

De forma a categorizar o avanço dos direitos da criança, a tabela 5, busca sintetizar a visualização das mudanças ocorridas desde 1979, com o Código de Menores até 2009 com a Lei da Adoção.

Tabela 5. Mudanças dos parâmetros da institucionalização. Adaptado de Savi (2018).

PARÂMETROS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO - MARCOS LEGAIS			
CÓDIGO DE MENORES (1979)	ECA (1990)	PNCFC(2006)	LEI DE ADOÇÃO (2009)
AS INSTITUIÇÕES ERAM A SOLUÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ERAM LOCALIZADAS AFASTADAS DA MALHA URBANA INVIABILIZANDO O CONTATO SOCIAL E FAMILIAR. OS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO ERAM OFERECIDOS NAS INSTITUIÇÕES, CARACTERIZANDO "INSTITUIÇÕES TOTAIS". O ATENDIMENTO EM GRANDES GRUPOS ERA NATURAL, POIS AS INSTITUIÇÕES FUNCIONAVAM COMO UM COLÉGIO DISCIPLINADOR.	AS INSTITUIÇÕES ATENDIAM PEQUENOS GRUPOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PERSONALIZANDO O ATENDIMENTO E MANTENDO JUNTOS OS IRMÃOS. AS INSTITUIÇÕES DEVERIAM ESTAR NA MALHA URBANA E UTILIZAR A REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS. O ENCAMINHAMENTO TERIA CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO.	PERMANECE CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO. CRIAM-SE DIFERENTES MODALIDADES: ABRIGO INSTITUCIONAL, CASA-LAR E REPÚBLICA. TODAS SEGUEM AS DETERMINAÇÕES DO ECA. AS INSTITUIÇÕES DEVEM PREPARAR A CRIANÇA E O ADOLESCENTE PARA O DESLIGAMENTO, SEJA PARA SUA REINTEGRAÇÃO À FAMÍLIA DE ORIGEM, SUBSTITUTA OU PARA VIDA AUTÔNOMA, NO CASO DOS ADOLESCENTES SEM REFERÊNCIA FAMILIAR.	REINTERAM-SE AS DEFINIÇÕES DO PNCFC. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DEVE SER REAVALIADA A CADA SEIS MESES E, EM ATÉ DOIS ANOS, TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEVEM SER REINSERIDOS À VIDA SÓCIO FAMILIAR DE ORIGEM, ESTENDIDA OU ADOTADA, SALVO ANÁLISE CRITERIOSA DO CASO.

Assim, é visto que a imagem que as instituições refletiam, tanto para os seus moradores e trabalhadores, quanto para a sociedade, obteve grandes mudanças que objetivaram a efetivação dos direitos impostos através do ECA. Garantindo, então, a proteção e o cuidado integral de crianças e adolescentes de zero a dezessete anos e onze meses, tendo como ponto de partida a provisoriedade do tempo em abrigo, que pode ser averiguado através do artigo 101 do ECA: “[...] medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

Além disso, vale ressaltar a preocupação com a reinserção na família e em sociedade como um dado inédito até a promulgação do ECA, anteriormente, diante da cultura do colégio disciplinador, não havia o questionamento e nem tão pouco a preocupação da forma como o indivíduo iria se inserir socialmente após anos de moradia institucionalizada.

Atualmente, desde a Lei da Adoção, há um esforço focado em analisar o

formato de como ocorrerá a reinserção da criança, seja na família de origem, com entes próximos ou por meio da adoção, realizando o apoio necessário através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atua frente às questões psicossociais e legais para as famílias e a criança.

Por outro lado, com o intuito de conter a relação direta entre pobreza e abandono, que antes reverberava como motivo principal do grande contingente de pessoas nos orfanatos, o ECA, através do artigo 101 declara a questão socioeconômica como não sendo uma justificativa plausível para que a criança faça parte do sistema de abrigamento. Tal fato, de certa forma busca romper o vínculo da cultura institucional passada que promoveu a institucionalização como um meio possível de os filhos pertencentes a famílias sem condições financeiras com a visão de que eles pudessem ter um futuro melhor (RIZZINI, 2004).

Seguindo o mesmo raciocínio, também ocorreram mudanças em relação ao nome dos abrigos, hoje sendo caracterizados com variações dos verbos “acolher” e “abrigar” e também a criação de modalidades de acolhimento que visam estabelecer parâmetros mais humanizados, através da inserção no contexto da cidade, o número máximo de moradores, dimensões dos cômodos e a atuação psicológica.

Portanto, pode-se afirmar que, as mudanças obtidas no sistema do abrigo desde que a criança e ao adolescente foram reconhecidos como seres detentores de direito, almejam cortar as raízes com o passado institucional de privação da liberdade. A alteração do nome referente ao local do abrigamento, das modalidades de abrigo, bem como o estabelecimento de quantidade máxima de moradores, do caráter provisório de até dois anos, da situação socioeconômica não justificar o acolhimento e este sendo o último recurso, são fatos que evidenciam a busca do ECA e da participação governamental, para o bem-estar da criança e a sua convivência harmônica em sociedade.

4.2 Novas modalidades de acolhimento

Com o objetivo de regulamentar o sistema de acolhimento no Brasil, tanto no quesito de oferta quanto no de organização dos serviços de assistência a esta parcela da sociedade, houve a publicação do documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.” Nesta cartilha publicada, dentre outras informações, há a categorização das novas modalidades de abrigos. Esta nova forma

de especificar os tipos de modalidades institucionais é realizada com a premissa de que há diferentes aspectos relacionados à fatores sociais e psíquicos, idade e a história de vida, que revelam as causas que determinaram a integração da criança e adolescente ao acolhimento e afastamento temporário da família (SAVI, 2018, p.74). As modalidades identificadas no documento referem-se a abrigo institucional, casalar, família acolhedora e república. Há, ainda, a tipologia de casa de passagem em que Savi (2018) integra as modalidades existentes no país, porém esta nomenclatura não consta na cartilha em estudo, mas constitui o seu funcionamento igualmente ao da categoria de abrigo institucional.

Apesar de possuírem suas particularidades, cada modalidade deve possuir características em comum que dizem a respeito à sua implantação em área residencial, a preservação dos vínculos afetivos familiares, ao contato direto e contínuo com a Justiça da Infância e Juventude, a criação de um ambiente harmônico, ao acesso a vivência em comunidade e atos que permitam a saúde, lazer e educação (BRASIL, 1990). Além disso, em relação ao local do abrigo, é requerido que todo o aspecto arquitetônico não deva evidenciar o seu uso institucional (sem placas indicativas do uso), a fachada e afins devem possuir o padrão de arquitetura do local em que está inserido (BRASIL, 2009). Tal fato deve-se à proteção dos moradores e trabalhadores do local, bem como para que não sejam relacionados e caracterizados a colocações sociais difamatórias.

Por outro lado, as modalidades podem distinguir em relação ao tempo de acolhimento. O abrigo institucional, por exemplo, é considerado um local de passagem pelo qual a criança permanece por um curto prazo, geralmente atendem indivíduos em situação de risco que possui seus casos ainda em avaliação pelo Juizado da Infância e da Juventude. Esta forma de abrigamento muitas vezes pode não possuir um plano pedagógico e social contínuo que vise o desenvolvimento da criança, devido ao seu aspecto provisório (RIZZINI, 2004, p.54). Dessa forma, serão caracterizados cada tipo de abrigo elencado no documento em estudo para o melhor entendimento das suas informações individuais e gerais.

4.2.1 CASA - LAR

Este serviço obtém uma forma que possibilita e planeja um ambiente estável e propício ao desenvolvimento de relações mais familiares através da criação de rotinas

e hábitos que promovam a convivência em grupo, mas que também contribuam para a criação de autonomia. Pode atender até dez crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, sem distinção de sexo, que estejam sob medida protetiva; e deve possuir uma equipe profissional dedicada ao serviço do acolhimento, difere do abrigo institucional apenas no quesito do educador e seu auxiliar, que neste caso devem morar na Casa-Lar. No que diz respeito a infraestrutura do local, o documento estipula as metragens de alguns cômodos de acordo com o metro quadrado por pessoa e considera as características que cada um deve possuir. Além disso, expõe que o setor de atividades técnico-administrativo deve se situar em um espaço anexo à Casa-Lar, como pode ser observado através da tabela 6, a seguir:

Tabela 6. Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para a casa-lar. Adaptado de Brasil 1990.

INFRAESTRUTURA E ESPAÇOS MÍNIMOS SUGERIDOS: CASA-LAR			
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS	CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS
QUARTOS	<ul style="list-style-type: none"> • ATÉ QUATRO CRIANÇAS POR QUARTO • DEVEM TER DIMENSÕES SUFICIENTES PARA OS MOBILIÁRIOS (CAMAS, BERÇOS, BELICHES) E POSSIBILITAR O ESPAÇO INDIVIDUALIZADO PARA GUARDAR OS PERTENCES PESSOAIS • SUGERIDO 2,25M² PARA CADA OCUPANTE E CASO O ESPAÇO DE ESTUDOS SEJA COLOCADO DENTRO DO QUARTO, ESTE NÚMERO SOBE PARA 3,25M² 	SALA DE ESTAR OU SIMILAR	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • SUGERIDO 1M² PARA CADA OCUPANTE
BANHEIRO	<ul style="list-style-type: none"> • PARA ATÉ SEIS OCUPANTES DEVE CONTER: UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO • PELO MENOS UM DOS BANHEIROS DEVE SER ADAPTADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA • DEVE EXISTIR UM BANHEIRO COM UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO PARA OS CUIDADORES/EDUCADORES 	SALA DE JANTAR/COPA	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • PODE SER INDEPENDENTE OU ESTAR ANEXADO A OUTRO CÔMODO • SUGERIDO 1M² PARA CADA OCUPANTE
		COZINHA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.
		ÁREA DE SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.
QUARTO PARA EDUCADOR/ CUIDADOR RESIDENTE	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR CAMA (SOLTEIRO OU CASAL) E GUARDA-ROUPA 	ÁREA EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS MOBILIÁRIOS RECREATIVOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES. • DEVE-SE PRIORIZAR O USO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA INCENTIVANDO INTEGRAÇÃO SOCIAL
AMBIENTE PARA ESTUDO	<ul style="list-style-type: none"> • UM ESPAÇO EXCLUSIVO PARA O USO OU ANEXADO EM OUTROS AMBIENTES (QUARTO/COPA) COM MOBILIÁRIO ADEQUADO 		
ESPAÇOS QUE DEVERÃO FUNCIONAR EM ÁREA ADMINISTRATIVA			
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS	CÔMODO	CARACTERÍSTICAS
SALA PARA EQUIPE TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO • RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA 	SALA COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO • DEVE TER ÁREA DESTINADA PARA A GUARDA DE PRONTUÁRIOS DOS OCUPANTES EM CONDIÇÃO DE SEGURANÇA E SIGILO • RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA
SALA PARA REUNIÕES	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO 		

4.2.2 FAMÍLIA ACOLHEDORA

Este serviço é realizado através da inserção da criança em uma família acolhedora que foi previamente analisada e cadastrada, pelo Serviço de Acolhimento, para poder realizar essa função, podendo receber mais de um integrante quando este possuir irmãos. O grande diferencial da família acolhedora é a atenção individualizada e ao mesmo tempo a convivência em comunidade. Apesar de se tratar de uma família, este tipo de acolhimento deve levar em conta os princípios e diretrizes do ECA, ou seja, o acolhimento tem caráter excepcional e provisório, visando a reintegração da criança à sociedade, não cessando o vínculo familiar preexistente.

Neste caso, a infraestrutura necessária estipulada no documento não se relaciona à moradia da família acolhedora, mas sim aos espaços que devem ser utilizados pela equipe técnico-administrativa fora do abrigo durante todo o processo em que a criança estará inserida no sistema.

4.2.3 REPÚBLICA

Este serviço acolhe um grupo de jovens, entre dezoito e vinte e um anos, em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, podem estar em processo de desligamento de abrigos e não possuem a perspectiva de retornarem à família ou de integração em nova família e não dispõem de condições financeiras suficientes para o autossustento.

Diferentemente das outras modalidades, possuem a separação em unidades por sexo, com o número máximo de seis jovens por equipamento e em alguns casos, quando o imóvel for alugado, há a possibilidade do rateamento das tarifas entre os moradores. A república deve possuir como equipe profissional mínima um coordenador e dois integrantes da parte técnica.

Em relação à infraestrutura, o documento estipula os cômodos necessários, mas sem definir a metragem mínima necessária para cada um, como pode ser visto através da tabela 7.

Tabela 7. Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para a república.
Adaptado de Brasil 1990.

INFRAESTRUTURA E ESPAÇOS MÍNIMOS SUGERIDOS: REPÚBLICA			
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS	CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS
QUARTOS	<ul style="list-style-type: none"> • ATÉ QUATRO JOVENS POR QUARTO • DEVEM TER DIMENSÕES SUFICIENTES PARA OS MOBILIÁRIOS (CAMAS/BELICHES) E POSSIBILITAR O ESPAÇO INDIVIDUALIZADO PARA GUARDAR OS PERTENCES PESSOAIS 	SALA DE ESTAR/JANTAR OU SIMILAR	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES
		COZINHA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.
BANHEIRO	<ul style="list-style-type: none"> • PARA ATÉ SEIS OCUPANTES DEVE CONTER: UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO 	ÁREA DE SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.

4.2.4 ABRIGO INSTITUCIONAL

Serviço que deve abrigar provisoriamente crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, sem distinção de sexo, que foram afastados do convívio familiar por medida judicial protetiva, neste caso o número de máximo de acolhidos deve ser de vinte pessoas.

Deve possuir uma equipe profissional responsável pelos cuidados, referente às crianças, sociais, culturais e judiciais, que deve ser minimamente composta por: um coordenador, dois responsáveis técnicos, um educador e um auxiliar para cada dez crianças. Em relação à infraestrutura, o documento propõe dimensões de alguns cômodos atreladas ao metro quadrado por ocupante e expõe as suas características necessárias ao funcionamento do abrigo, como pode ser observado através da tabela 8, a seguir:

Tabela 8. Infraestrutura e espaços mínimos recomendados para o abrigo institucional. Adaptado de Brasil, 1990.

INFRAESTRUTURA E ESPAÇOS MÍNIMOS SUGERIDOS: ABRIGO INSTITUCIONAL			
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS	CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS
QUARTOS	<ul style="list-style-type: none"> • ATÉ QUATRO CRIANÇAS POR QUARTO, PODENDO EXTENDER ATÉ SEIS EM CASOS EXCEPCIONAIS • DEVEM TER DIMENSÕES SUFICIENTES PARA OS MOBILIÁRIOS (CAMAS, BERÇOS, BELICHES) E POSSIBILITAR O ESPAÇO INDIVIDUALIZADO PARA GUARDAR OS PERTENCES PESSOAIS • SUGERIDO 2,25M² PARA CADA OCUPANTE E CASO O ESPAÇO DE ESTUDOS SEJA COLOCADO DENTRO DO QUARTO, ESTE NÚMERO SOBE PARA 3,25M² 	COZINHA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.
		ÁREA DE SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES.
		ÁREA EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS MOBILIÁRIOS RECREATIVOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES. • DEVE-SE PRIORIZAR O USO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA INCENTIVANDO INTEGRAÇÃO SOCIAL
BANHEIRO	<ul style="list-style-type: none"> • PARA ATÉ SEIS OCUPANTES DEVE CONTER: UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO • PELO MENOS UM DOS BANHEIROS DEVE SER ADAPTADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA • DEVE EXISTIR UM BANHEIRO COM UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO PARA OS FUNCIONÁRIOS 	SALA PARA EQUIPE TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO • RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA
AMBIENTE PARA ESTUDO	<ul style="list-style-type: none"> • UM ESPAÇO EXCLUSIVO PARA O USO OU ANEXADO EM OUTROS AMBIENTES (QUARTO/COPA) COM MOBILIÁRIO ADEQUADO 	SALA COODERNAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO • DEVE TER ÁREA DESTINADA PARA A GUARDA DE PRONTUÁRIOS DOS OCUPANTES EM CONDIÇÃO DE SEGURANÇA E SIGILO • RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA
SALA DE ESTAR OU SIMILAR	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • SUGERIDO 1M² PARA CADA OCUPANTE 		
SALA DE JANTAR/COPA	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • PODE SER INDEPENDENTE OU ESTAR ANEXADO A OUTRO CÔMODO • SUGERIDO 1M² PARA CADA OCUPANTE 		SALA PARA REUNIÕES

Dessa forma, é possível afirmar que o documento obtém uma visão racional do sistema de acolhimento, tanto na modalidade de casa-lar, família acolhedora, quanto na de república e abrigo institucional, não há uma menção sobre a existência de janelas, portas, tipos de revestimentos, ventilação e cores, que são fatos que afetam diretamente a percepção, a vivência e, portanto, o bem-estar dos seus ocupantes. Pontos básicos e gratuitos como a luz natural e a ventilação deveriam ser uma das questões principais dos quartos, influenciando a sua posição na casa, para que os tais recebessem a fonte de vento principal da localidade em que se insere e a maior quantidade de luz natural possível, criando assim um ambiente agradável e que reverbera no bem-estar dos acolhidos.

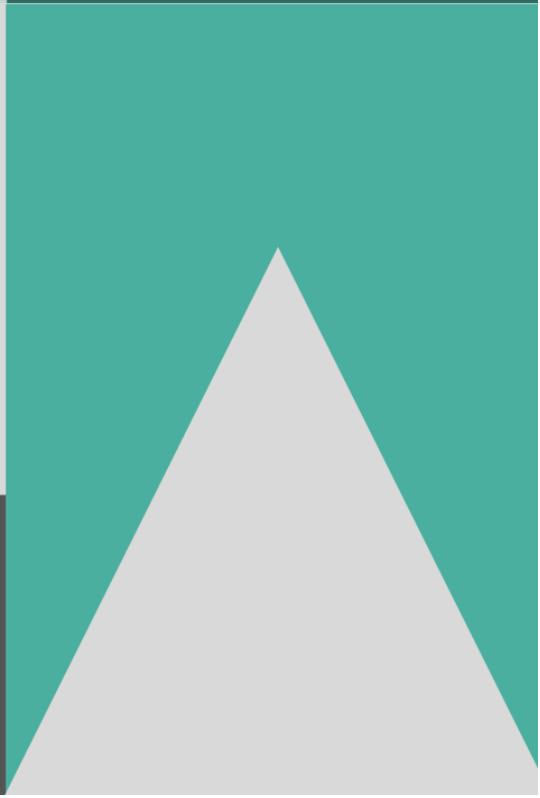
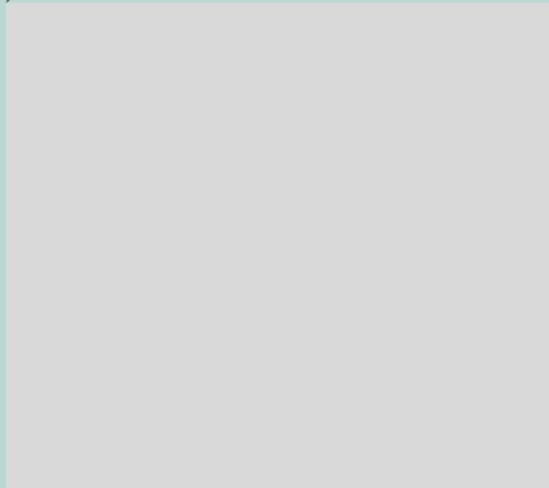
O que se pode observar é que não há parâmetros que expliquem como os dados de 1m² por pessoa em um cômodo configura um ambiente morável, o

documento mostra que a visão que obtém das crianças e adolescentes pertencentes ao sistema de abrigo são de objetos que compõem o layout de um espaço que deve ser ocupado. Não há a preocupação direta com a experiência que os ocupantes terão e nem mesmo com os motivos que os fizeram estar ali.

Diante disso, a visão projetual do espaço do abrigo deve almejar um rompimento com o estigma de instituição cativa que a história revela, para que o seu ambiente não seja percebido de forma desagradável, afetando negativamente o processo de vivência e recuperação de um indivíduo que traz consigo diversas vulnerabilidades. Assim, segundo Viana (2018, p.20), para que tal fato não ocorra, o lugar do abrigo deve promover a integração, apropriação e bem-estar de seus moradores temporários. Além de levar em consideração que a percepção e a vivência do espaço podem influenciar negativamente e positivamente o indivíduo que pertence a ele.

RELAÇÃO AMBIENTE-USUÁRIO

5



5 RELAÇÃO AMBIENTE-USUÁRIO

Saber que o espaço influencia o modo e a forma como lidamos com o mundo à nossa volta e, então, refletindo na formação de identidade pessoal, é afirmar que a arquitetura tem um papel ativo e direto na vida de todos. Os espaços geram no indivíduo sensações e percepções sejam elas benéficas: bem-estar, aconchego, acolhimento, felicidade ou não: privação, tristeza, solidão. Então, pode-se afirmar que a forma como lidamos ou agimos em um ambiente, tem relação direta com o projeto do espaço. *Priming*, *wayfinding*, biofilia, iluminação, acústica, textura e cores, são caminhos em que a percepção espacial busca atuar para que o espaço obtenha um efeito benéfico sobre o seu usuário.

5.1 O cérebro e suas características

Muito se discute, e há muito tempo, sobre quais são de fato as funções que o cérebro desempenha sobre o corpo humano. Os egípcios primeiramente dominaram a técnica de mumificação, mas lidando apenas com a ordem religiosa e não científica. Pode-se citar diversos nomes que buscaram estudar esta parte tão complexa do ser humano: Hipócrates, Golgi, Ramón y Cajal, porém a Teoria do Cérebro Triúno surgiu através da publicação de Paul Maclean, revelando que nossa mente e nossas ações são resultadas de uma interrelação entre as diversas conexões cerebrais que possuem diferentes funções, e, portanto, são organizadas hierarquicamente.

O processo evolutivo do cérebro, segundo Gonçalves e Paiva (2018), pode ser comparado ao crescimento de uma cidade, tendo primeiramente a sua parte central no início da sua formação e, crescendo para áreas periféricas a esta, até ao ponto em que os novos bairros envolvem a parte mais antiga. Assim, no nosso cérebro, o núcleo, parte mais antiga, é chamado de sistema reptiliano, após isso têm-se o sistema límbico e então, na parte mais periférica há o neocórtex. Essas três grandes áreas cerebrais trabalham em conjunto desempenhando diferentes tarefas dentro de todo contexto cerebral, formando o Cérebro Triúno.

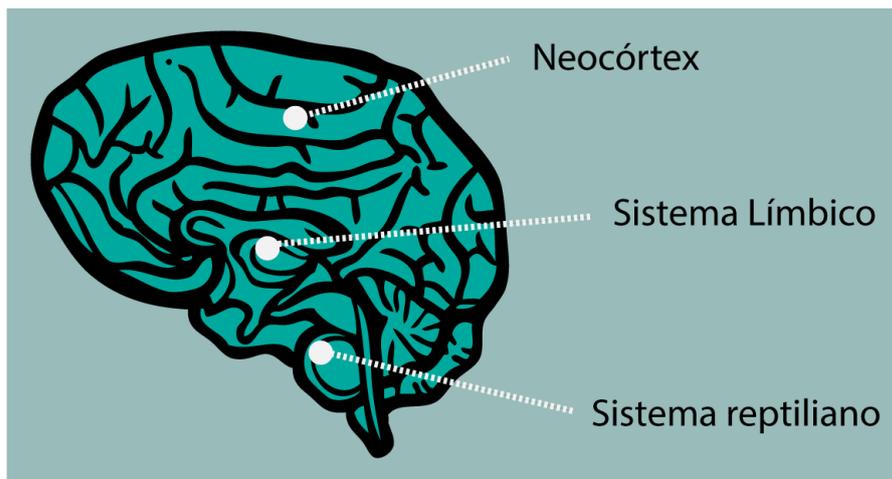


Figura 9. Cérebro triúno. Fonte: Autoria pessoal, 2021, baseado em Gonçalves e Paiva, 2018.

O sistema reptiliano está conectado à medula espinhal, responsável pelas sensações instintivas de “atenção/medo, sentimento de territorialidade e sexualidade”. O sistema límbico é responsável pelas emoções e comportamento sociais que reproduzimos e é onde armazenamos a nossa memória profunda.

Além disso, vale salientar que o sistema límbico é a raiz das ações de comportamento de bando, que gera a sensação de pertencimento, assim, por estar na zona cerebral mais antiga têm-se que as memórias que temos com outras pessoas, em momentos de integração e convivência, são as que mais guardamos. O neocórtex está relacionado a lógica e a razão, sua parte pré-frontal é onde localizamos os pensamentos abstratos.

Dessa forma, essas partições cerebrais agem em conjunto, fazendo com que seja realizada toda e qualquer ação do indivíduo, repleta de diversos graus de complexidade, eficazmente. Por outro lado, além das áreas que formam a região cerebral, também é tido como referência aos estudos concernentes a este nicho de estudo, as características do cérebro que são produzidas a partir da conexão entre as ligações neurais.

Ainda, a descoberta da plasticidade cerebral, em si, foi um grande passo para o conhecimento sobre a adaptação do homem ao espaço, bem como da averiguação sobre como diferentes estímulos podem produzir e formar distintos cérebros. Ou seja, a partir dessa propriedade pode-se afirmar que os estímulos realizados contribuem para o produto final da formação de quem cada pessoa é, suas decisões, a relação com a cultura, com a formação profissional, com as interações sociais, memórias,

percepção espacial e tantas outras questões que demonstram a grande influência que o cérebro tem no desenvolvimento do indivíduo (GONÇALVES & PAIVA, 2018).

Em se tratando desse aspecto a faixa etária, quando crianças, a neuroplasticidade do cérebro é estruturalmente maior do que em adultos. Tal fato, conseqüentemente, revela que os estímulos cerebrais devem ser realizados ainda mais eficientemente durante os primeiros anos de vida, tornando esse período crucial para a formação, transformação e evolução dos pensamentos e escolhas de cada pessoa, em um tempo posterior.

Dessa forma, o conhecimento profundo acerca da performance e da atividade cerebral tornou-se sinônimo do estudo relativo à mente e ao espaço, e posteriormente, deixando clara a relação de interdependência e bidirecionalidade entre o homem e o espaço (CARVALHO, 1993).

5.2 Os estímulos cerebrais e o espaço

O ato de perceber o espaço traz consigo uma ação muito mais complexa do que um simples “estar” e “habitar”, o processo constitui etapas que revelam a influência de experiências externas que giram em torno da cultura, do desenvolvimento da imagem pessoal e de tantas outras questões que formam o ser interior do indivíduo. Assim, cada percepção individual do ambiente pode gerar diferentes conceitos e aspectos em relação a ele mesmo, criando, então, várias interpretações do mundo real (KANASHIRO, 2003).



Figura 10. Processo da percepção ambiental. Fonte: Rapoport, 1993, adaptado por Milena Kanashiro, 2003, editado pela autora, 2021.

Desse modo, pode-se compreender que a interação do homem com o espaço depende amplamente da sua vivência e dos estímulos produzidos pelos ambientes

através dos sentidos, ou seja, são os sentidos que possibilitam esta comunicação. (BRAIDA & NOJIMA, 2008).

Os sentidos humanos são divididos de acordo com os órgãos dos sentidos: olhos, ouvidos, olfato, paladar, tato e mente; correspondentes às relações visual, auditiva, olfativa, gustativa, tátil e mental. (RHEINGANTZ *et al.*, 2004.) Assim, tais classificações ocorrem e dialogam com o espaço a partir de sinais elétricos neurais produzidos e transmitidos ao corpo por inteiro, traduzindo a premissa de que o cérebro tem ação direta e abrangente no processamento da percepção do ambiente (BRAIDA & NOJIMA, 2008).

A visão, em si, é configurada de acordo com a adaptação dos olhos com a iluminação, sendo ela natural ou artificial e, em parte, comanda os outros sentidos. Muitos, a relacionam como a mais importante dentre as relações sensoriais, porém, têm-se que esta ação pode de alguma inferiorizar a ação dos outros sentidos na análise da percepção ambiental. Categorizar a relação homem-ambiente a apenas o contexto visual, pode reduzir drasticamente os significados gerados, portanto, a arquitetura dos olhos torna a experiência corporal no espaço amplamente limitada e sem alma (PALLASMAA, 2011).

O funcionamento do sistema auditivo é percebido por meio do espaço através da sua representação acústica e dos ruídos, que podem transformar a experiência do indivíduo no lugar em positiva ou negativa de acordo com a tarefa que deve ser realizada. Por exemplo, sons altos em ambiente de trabalho que exigem concentração não são correspondentes e plausíveis, porém, em um show de música pode ser considerado imprescindível pelos ouvintes.

A consciência olfato-paladar transmite, através das conexões cerebrais, uma sensação de bem-estar, quando, por exemplo, a relacionamos com uma lembrança benéfica de um evento passado. Tal fato deve-se às ligações neurais desses sentidos com as regiões do cérebro que envolvem a memória e a emoção.

O tato, também conhecido como sistema háptico, é realizado por meio do toque e possui uma complexidade devido ao seu vínculo com o cérebro não ser realizada de forma direta como nos outros sentidos, mas se distribuem sobre todo o corpo. (BRAIDA & NOJIMA, 2008). Dessa forma, ele ocorre pela ação do tocar superfícies, que de acordo com suas texturas e temperaturas podem ocasionar em diferentes percepções e estímulos do espaço.

Portanto, de acordo com Bestetti (2014, p.602), “A arquitetura dos espaços

pode expressar sentimentos, além de cumprir sua função básica de abrigar.” A ação contínua dos sentidos em relação ao ambiente e, assim, aos estímulos por ele produzidos configuram a percepção ambiental do indivíduo. Além disso, a percepção é atrelada à consciência, tendo como influência as experiências vividas, a visão de mundo, a cultura, tornando para cada pessoa o viver e sentir o espaço uma sensação única e repleta de diversos significados (RHEINGANTZ *et al.*, 2004).

5.3 Aplicação de métodos no espaço para o estímulo dos sentidos

A presença dos sentidos e a atuação do conjunto cerebral e suas conexões em como o espaço que pode ser percebido por uma pessoa, atesta a complexidade da realização e a conduta de um projeto, seja ele de qualquer uso, para o arquiteto. A produção do ambiente, portanto, deve levar em consideração a experiência do usuário diante das escolhas de iluminação, acústica, ventilação, temperatura, odor, texturas aplicadas e tantas outras questões que vão além do campo arquitetônico e se encontram na psicologia e na neurociência. Como observa em:

“Um projeto arquitetônico deve ser elaborado ajustando-se todos os componentes como um sistema complexo e inter-relacionado. Além dos aspectos compositivos e programáticos, faz-se necessária uma análise das condições ambientais percebidas pelo usuário, já que é capaz de interagir com o ambiente imediato por meio dos sentidos” (BESTETTI, 2014, p.602).

Dessa forma, a utilização de estímulos corretos que abarcam o espaço pode possibilitar que a percepção do indivíduo apresente resoluções positivas em um contexto individual e, como também, em conjunto com outras pessoas. Os estímulos que podem ser aplicados no ambiente dizem a respeito da ação dos sentidos perante o espaço e a sua percepção, dentre eles vale ressaltar as cores, iluminação, a presença da natureza, o cheiro, circulação de ar e clima interior (UNWIN,2013).

Em relação às cores, de acordo com Bestetti (2014), o efeito psicodinâmico que ocorre, refletindo no modo de agir, falar, se relacionar e sentir - podendo influenciar nas questões relacionadas à temperatura e aos sentimentos de alegria ou tristeza, por exemplo - são baseados de acordo com as experiências vivenciadas anteriormente que são gravadas no cérebro como uma memória.

Ou seja, segundo Farina *et al.* (2006) a cor se revela como “uma linguagem individual”. A forma de resposta gerada, sendo positiva ou negativa, a respeito de uma coloração é devido a um histórico físico e cultural que foi guardado na mente do

indivíduo. Ainda, o autor defende a ação tríplice sensorial da cor, que pode ser observada através da Figura 9, que relaciona o sentido da visão, a ação-resposta cerebral em emoção que desencadeia em um significado pessoal.



Figura 11. Ação tríplice da cor segundo Farina *et al.*, (2006). Fonte: Adaptado de Farina *et al.*, (2006).

Assim, pode-se afirmar que a cor possui a capacidade de influenciar o ser humano de forma sensitiva, agindo nas sensações e no comportamento dentro de um espaço. Da mesma forma, Lacy (1996) defende a possibilidade da caracterização pessoal da cor como positivo ou negativo para o indivíduo devido a um episódio anterior. Como, por exemplo, em um cômodo pintado de uma cor qualquer, uma criança pode ter passado por alguma situação negativa e, a partir daquele momento, pode associá-la inconscientemente ao evento, e, então, considerá-la como algo ruim. Na figura 12 abaixo pode-se observar algumas sensações que as cores podem causar ao indivíduo.

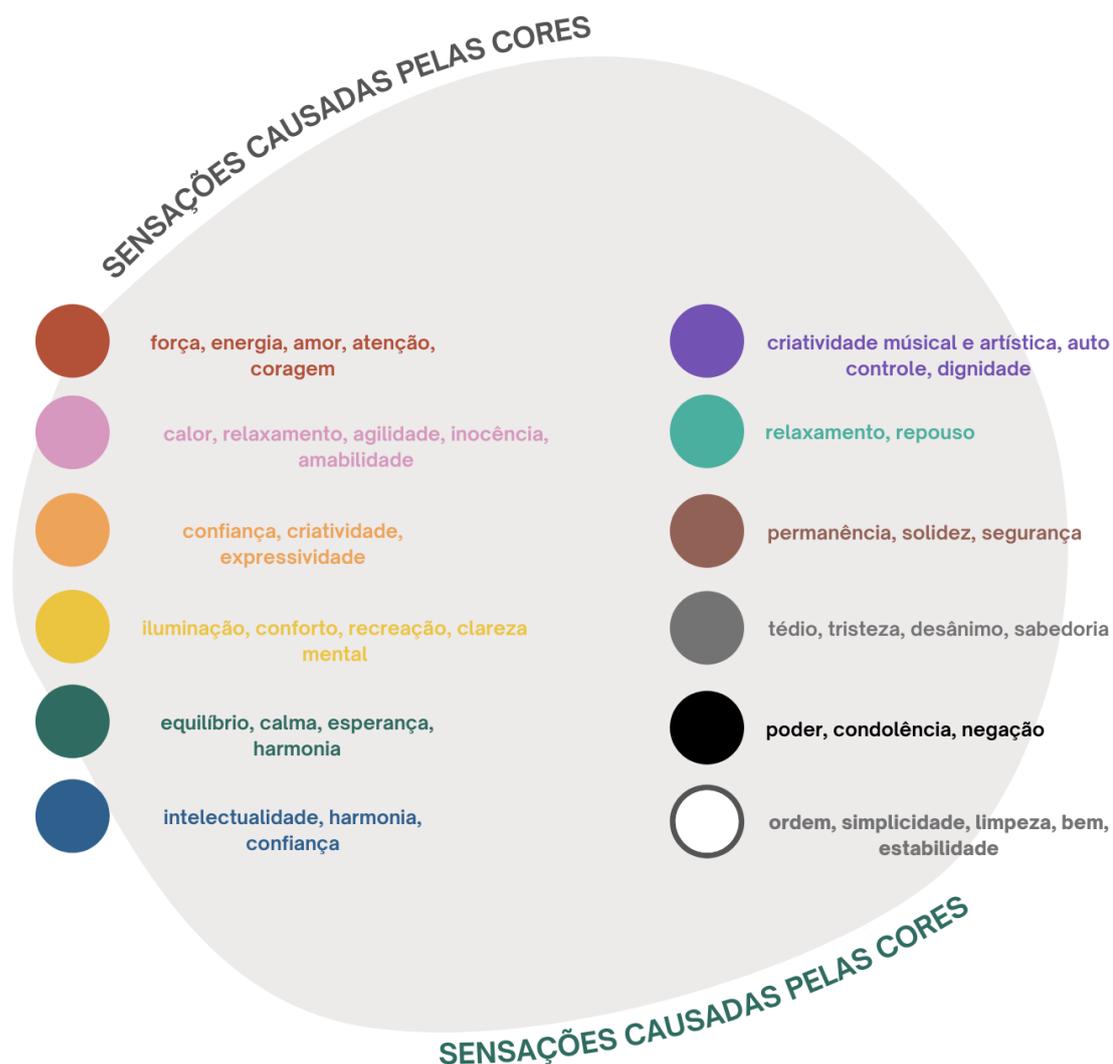


Figura 12. Sensações causadas pelas cores. Fonte: Autoria pessoal, 2021. Baseada em Bestetti (2014), Farina *et al.*, (2006), Heller (2021) Lacy (1996) e Gonçalves & Paiva (2018).

Vale salientar que a ação das cores em relação a formação da percepção espacial atua em conjunto com diversas variáveis que são questões circunstanciais do ambiente que a aplicação dela pode gerar diferentes compreensões do lugar. Como por exemplo, uma cor escura no forro de um cômodo pode influenciar na assimilação da altura do seu pé direito o deixando mais baixo, do contrário, a cor mais clara configura a sensação de ser mais alto. Essa dinâmica do espaço que a cor traz também pode encurtar – quando é aplicada uma tonalidade escura nas paredes menores – ou alongar - quando é aplicada uma tonalidade escura nas paredes maiores – um espaço (BALDISSERA & FABIAN, 2016, p.8).

Igualmente, a iluminação de um ambiente pode refletir de modo direto aos

sentimentos e as reações de uma pessoa e podem, além disso, contribuir para, quando utilizadas de maneira correta no projeto arquitetônico, realçar as características existentes espacialmente e, conseqüentemente, afeta como o espaço é utilizado por cada indivíduo (UNWIN, 2013). Tal fato ocorre devido a luz estar relacionada à habilidade e eficácia cerebral de processar dados do espaço por meio da visão. (GONÇALVES & PAIVA, 2018.)

Ademais, é possível afirmar que a relação entre a luz e o trabalho a ser realizada atinge a produtividade, tendo em vista que ambientes com iluminação insuficiente, principalmente para realização de tarefas minuciosas, colaboraram com o cansaço visual (BESTETTI, 2014).

Em se tratando da relação à sua influência em crianças, Gonçalves e Paiva (2018) citam um estudo realizado em escolas da Califórnia em que a iluminação natural foi associada ao aumento da atenção e dos resultados referentes às médias escolares. Assim, tem-se que a luz influencia beneficemente o indivíduo, especialmente quando relativos à produção, concentração, vivência no espaço e o seu uso, em adição a questão do realce das formas arquitetônicas.

Portanto, relacionando aos benefícios que a iluminação correta e adaptada ao ambiente, bem como ao seu uso, é possível observar a proporção de sensações e experiências que podem ser anuladas na vida das pessoas quando ela é projetada erroneamente ou sem considerar a vivência do usuário e as suas características.

A biofilia, relacionada a presença de elementos da natureza no espaço, é um fato que traz consigo a incorporação da mesma à vida e ao cotidiano de um indivíduo, gerando a sensação de bem-estar. Dessa forma, o uso de plantas, além da ação de purificar o ar, possibilita o conforto, por outro lado, a utilização de quadros que representam a vida orgânica ou que contenham a cor verde, resultam na mesma consequência (GONÇALVES & PAIVA, 2018).

Quando tratamos sobre o odor, temperatura, ventilação, acústica e a textura no ambiente é possível obter as mesmas características benéficas ao seu usuário, quando pensadas e projetadas corretamente, tendo em vista os efeitos gerados a partir do mesmo. O cheiro e o som podem criar a identidade de um lugar, a temperatura atrelada ao fluxo de vento contribui para a experiência do usuário - um ambiente ventilado e/ou frio após estar em um extremamente quente. A textura da mesma forma, colabora com a identificação de um espaço, devido a ela estar relacionada a ação da luz e bem como com a relação visual e sensorial por meio do

tato, podendo ser realizada por meio das características e dos modos de uso pertencentes aos revestimentos utilizados no lugar (UNWIN, 2013).

Ainda, de forma geral, a aplicação de tais aspectos ao ambiente, com o objetivo da obtenção do bem-estar, podem ser efetuada por meio da técnica de *priming*, que diz respeito utilização de formas e símbolos capazes de serem identificados inconscientemente, ou seja, o emprego de determinado objeto no lugar pode ativar conexões cerebrais que afetam o comportamento do indivíduo, mesmo sem ele reconhecer isso. Tal fato pode ser observado a partir da influência da cor verde no espaço, de diversas formas, obtém efeitos similares à presença de vegetações. (GONÇALVES & PAIVA, 2018).

Por outro lado, o *wayfinding*, denominado por Cavalcante e Elali (2018) como o aspecto gerado no espaço devido a circulação intencional e a possibilidade de se localizar no mesmo, sendo ele relacionado e obtido através do layout e por objetos, sons, texturas e ícones que identificam o lugar. Assim, em se tratando do espaço em si, a conexão clara entre os cômodos facilita a identificação, memorização e o reconhecimento espacial.

A aplicação no *wayfinding*, auxilia os efeitos da cognição de forma a contribuir para a sensação de encurtamento de caminhos a serem percorridos, quando bem identificados e conectados, resultando na formação de um mapa espacial do lugar (PASSINI, 1996).

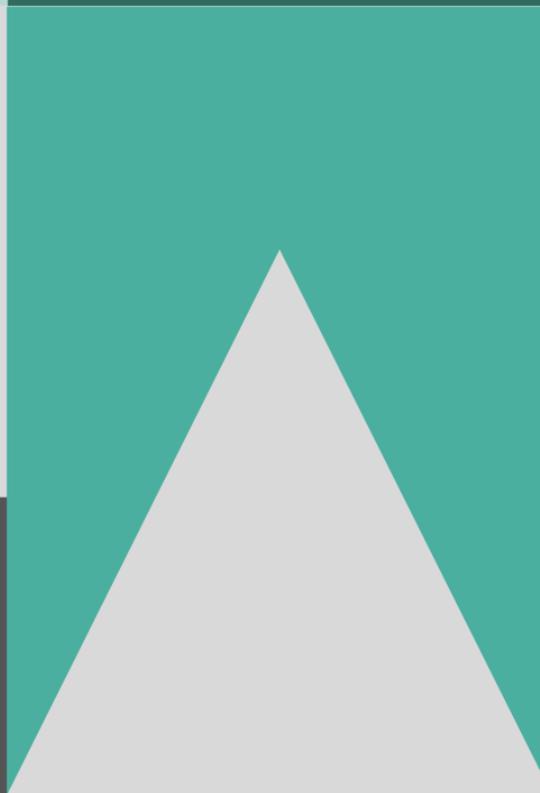
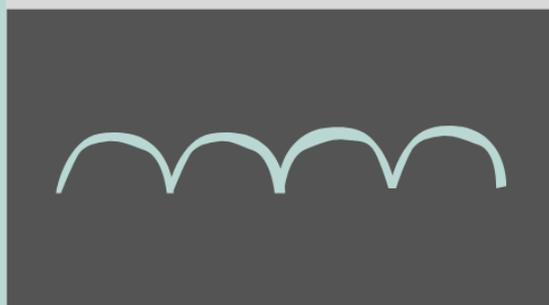
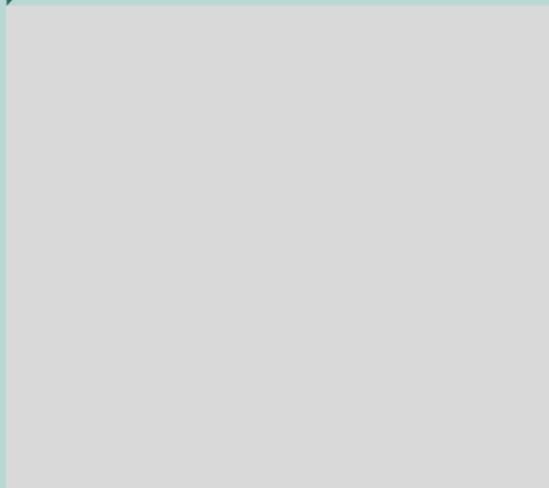
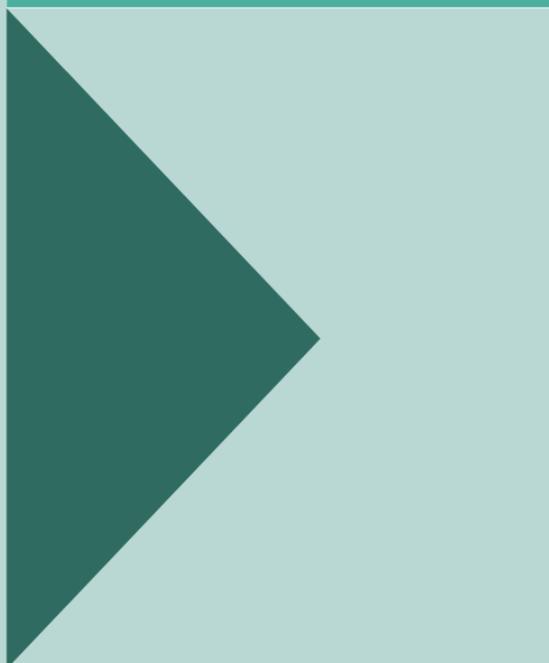
Logo, o saber e legitimar a relação de interdependência entre o ambiente e o usuário como sendo capaz de afetar diretamente a experiência dele, é possibilitar o bem-estar, como explicam Gonçalves e Paiva (2018):

A arquitetura pode também ser usada para reforçar nossas habilidades cognitivas, estimular nossa memória e diminuir o estresse e os efeitos negativos do ambiente sobre nossas emoções. O conhecimento de nossas reações fornece aos arquitetos ferramentas poderosas para projetar edifícios que atinjam de forma mais precisa seus objetivos (GONÇALVES; PAIVA, 2018, p.445).

Dentro desta pesquisa, a capacidade do espaço de contribuir para a vivência em comunidade, mesmo que temporária, ser capaz de estar atrelada aos efeitos positivos do humor, comportamento e das sensações. Visto que, as crianças e adolescentes moradores dos abrigos perpassam por episódios completamente problemáticos e possivelmente traumáticos, o espaço, neste âmbito, age de forma a não contribuir para a evocação com maior intensidade de sentimentos negativos.

METODOLOGIA

6



6 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base em quatro etapas que são interdependentes entre si, ou seja, todos os dados encontrados nas primeiras três etapas, por exemplo, se fundem e formam o produto final, as diretrizes projetuais, que são o objetivo principal deste trabalho.

A primeira etapa se relaciona a pesquisa do arcabouço teórico, que condiciona a base para fundamentação deste estudo tornando possível a produção das próximas etapas com mais embasamento. Fatos como a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, bem como o seu contexto em relação aos dados atuais, a legislação atuante e a relação entre indivíduo e espaço, produzindo, então, a percepção ambiental, são elencados, analisados e sustentados nesta fase.

A segunda etapa se relaciona ao diagnóstico do objeto de estudo, que é um abrigo institucional localizado na cidade de João Pessoa/PB, com base nos princípios de Baker (1998), de *genius loci*, iconologia, identidade e significado de uso, e nos parâmetros ambientais de Barbosa (2020), sendo este último uma correlação de critérios a respeito da percepção espacial e os princípios analíticos de Baker (1998).



Figura 13 - Formação dos parâmetros ambientais de Barbosa (2020). Esquema produzido pela autora.

Dessa forma, a partir da correspondência feita entre os itens, são produzidos os parâmetros ambientais que, de acordo com Barbosa (2020, p.26), formam as condicionantes espaciais que devem ser realizadas no local para que a experiência e, portanto, a percepção do usuário seja benéfica. Além disso, esse modo de análise possibilita a forma não-participativa com o meio a ser estudado e, neste caso, este fato é imprescindível devido às visitas aos abrigos estarem suspensas em razão da

pandemia mundial produzida pelo vírus da Covid-19.

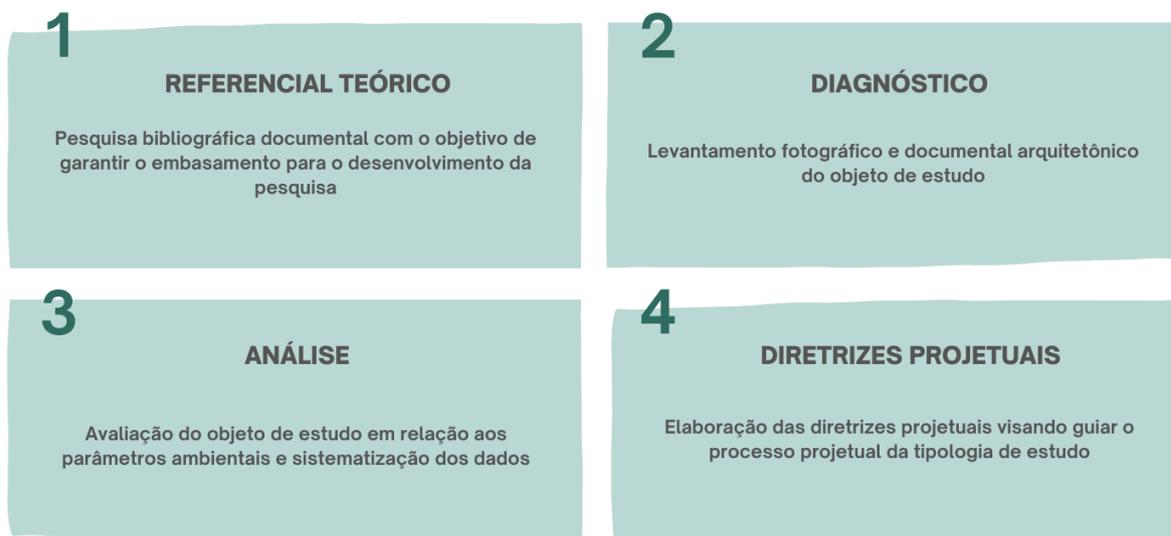


Figura 14. Fases da metodologia de Barbosa (2020). Esquema produzido pela autora.

A metodologia de Barbosa (2020) é composta por fases que almejam o objetivo final das diretrizes. Primeiramente é realizado o estudo de referencial teórico, principalmente em relação ao embasamento dos parâmetros ambientais – que neste trabalho está disposto no item 6.1 deste capítulo – para que seja realizada a segunda fase de diagnóstico com a análise do objeto de estudo corretamente fundamentada. A fase final é relacionada ao conjunto dos dados analíticos encontrados anteriormente, de acordo com as orientações de cunho físico-ambiental, sensorial e comportamental que o espaço produz ao indivíduo, de forma que as diretrizes sejam orientações verdadeiras e aplicáveis a tipologia arquitetônica em questão.

A escolha deste método de análise é baseada no fato de que o indivíduo pode se relacionar com o espaço que está inserido e esta ação leva em consideração as suas experiências pessoais, culturais e sociais, podendo influenciar a forma de como percebe e interage com o ambiente. Assim como pode ser visto através de Bestetti (2014):

Um projeto arquitetônico deve ser elaborado ajustando-se todos os componentes como um sistema complexo e inter-relacionado. Além dos aspectos compositivos e programáticos, faz-se necessária uma análise das condições ambientais percebidas pelo usuário, já que é capaz de interagir com o ambiente imediato por meio dos sentidos (BESTETTI, 2014, p.602).

A terceira etapa consiste no diagnóstico em relação as normas recomendadas ao espaço físico do abrigo. Esta fase visa analisar e questionar o documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” diante dos seus dados propostos e a disponibilidade atual dos espaços do abrigo no país.

Por fim, a etapa IV finaliza a pesquisa por meio da produção das diretrizes projetuais focadas na modalidade de abrigo institucional, levando em consideração todo arcabouço teórico estudado com bases sólidas na história, nas informações e dados numéricos atuais, no conhecimento sobre a influência da relação ambiente-usuário no comportamento e utilização do espaço, no diagnóstico e análise do objeto de estudo com base nos parâmetros ambientais e na averiguação do que a legislação considera como critérios ao funcionamento do abrigo institucional.

Dessa forma, as diretrizes devem refletir a ação da ambiência sobre o ser humano, tendo em vista que ela obtém consequências diretas sobre o agir do indivíduo, podendo afetar a sua conduta e o seu estado moral e, como também, estimulando ou relaxando, captando ou impelindo, transportando ou paralisando um indivíduo (CAVALCANTE & ELALI, 2018, p.19).

6.1 Parâmetros ambientais da etapa II

O primeiro parâmetro diz respeito à condição físico-ambiental do espaço, relacionada ao conforto ambiental gerando conceitos de iluminação e temperatura do local; o segundo, descreve sensorialmente o espaço com base nos sentidos mais significativos ao corpo humano (visão, audição, háptico e olfato) e as percepções produzidas a partir dos mesmos que geram a orientação, equilíbrio e *wayfinding*; e o terceiro que analisando o comportamento diante do ambiente e o resultado final produzido dessa relação de integração com o espaço (BARBOSA, 2020, p. 40).

O parâmetro físico-ambiental se relaciona aos aspectos de influência da luz e de conforto térmico sobre o ambiente. Dessa forma, a respeito da luz têm-se em vista que ela pode se tornar um elemento modificador da arquitetura, (UNWIN, 2013, p. 39) e, então, pode favorecer ou não o uso de um espaço quando este é bem iluminado durante a noite ou não, e quando de dia possibilita a sombra em meio a luz solar escaldante. Assim, ela pode, de certo modo, alterar a realização de atividades durante o dia em um mesmo lugar.

Por outro lado, suas qualidades podem ser alteradas em um cômodo de acordo com a disposição das janelas, que quando situadas no local adequado possibilitam o melhor aproveitamento da luz solar natural, que além de diminuir o consumo energético também favorece o efeito germicida produzido pelo sol (BESTETTI, 2014, p. 608). Como um todo, a luz tanto natural quanto artificial pode afetar o processamento de informações a respeito do ambiente e por meio da percepção espacial (GONÇALVES & PAIVA, 2020, p. 437) e configuram a organização espacial e o modo como se utiliza o espaço, como conclui Unwin (2013, p.42) "... a luz contribui para o aspecto e a ambiência de um lugar."

Em relação ao conforto térmico, tem-se também a sua condição, quando dentro de um ambiente, de acordo com a posição de janelas e, neste caso, também da porta. Tal fato considera que, a respeito de cômodos de longa permanência como quartos e salas eles devem ter suas aberturas situadas na posição de maior ventilação, para que se tornem ambientes agradáveis durante o seu uso.

Porém, quando a sua localização é feita na parede paralelamente oposta, afeta o percurso do vento devido a sua direção ser levada à saída da porta e, portanto, não circular efetivamente no ambiente. Ademais, deve-se ter em mente que o modelo das janelas também pode afetar consideravelmente o seu montante, como, por exemplo, as de correr, que diminuem em 50% a sua entrada e, portanto, eficácia dentro do espaço (FROTA & SCHIFFER, 2001, p.130).

Apesar disso, a condicionante térmica de um ambiente, similarmente a luz, pode ser relacionada a experiência do ocupante do espaço de modo que, como diz Urwin (2013, p. 45), um ambiente que recebe a ventilação adequada é de bom tom quando antes o indivíduo estava em um local quente e, da mesma forma, um com pouca circulação de vento é bem-vindo após se localizar-se em um local muito frio.

Assim, faz-se necessário o conhecimento acerca da influência solar do local, levando em consideração as fachadas que recebem maior quantidade de luz durante o ano, e da predominância de ventos na região da implantação, para que os cômodos da edificação sejam projetados de forma a possibilitar o conforto efetivo em relação a luminosidade e temperatura (FROTA & SCHIFFER, 2001).

O segundo parâmetro é relacionado a condição sensorial entre ambiente-usuário, tendo em vista que o espaço produz, em relação ao indivíduo, percepções

sensoriais e estímulos através das suas características arquitetônicas. Desse modo, neste parâmetro serão analisados os canais sensitivos do corpo humano: visão, audição, háptico, olfato e percepção espacial.

Além do claro objetivo da visão, o ver o ambiente se revela em algo muito mais complexo do que um simples olhar para algo. Segundo Schmid (2005, p.119) o que o indivíduo percebe através da influência tátil, térmica e olfativa é direta e instantaneamente reportada as conexões cerebrais através da comunicação visual. Dessa forma, é possível afirmar a grande influência da visão sob a percepção espacial e conseqüentemente no comportamento do indivíduo no ambiente.

A audição, quando relacionada à identificação de um lugar, pode obter resultados completos à da luz: é possível localizar um lugar através dos sons emitidos por ele mesmo ou por como o seu interior pode afetar o som emitido. (UNWIN, 2013, p.45) Além disso, o som pode ser caracterizado como não incomodo, de modo a permitir a realização de tarefas no ambiente, e como incômodo, neste caso o som se transforma em ruído, podendo conduzir o indivíduo a um estado de tensão que não o permite efetuar algumas atividades no espaço (SCHMID, 2005, p. 255). Dessa forma, a comodidade acústica é bem-vinda em áreas de descanso e de atividades que exigem concentração, sendo o ruído um fato que seria comprometedor para resultados eficazes da ação de dormir e estudar, por exemplo.

O sistema háptico está condicionado ao toque, possibilitando a percepção de formas e texturas no espaço. Pallasmaa (2011, p. 40) defende que a visão nos diz o que o tato já tem conhecimento prévio, além de revelar que é este quem revela se a experiência no espaço é prazerosa ou desagradável, mesmo que inconscientemente. Assim, a disponibilidade de ambientes multissensoriais, através de diferentes formas de tecido, mobiliários e acabamentos, pode influenciar nos pensamentos sensoriais, criando identidade corporal com o lugar.

Ainda em se tratando do olfato, Pallasmaa (2011, p.51) defende que o cheiro, é a memória mais persistente de um ambiente, podendo este ser agradável ou desagradável. O olfato, portanto, pode ser capaz de identificar e criar um lugar, permitindo a sensação de pertencimento e de identidade com o espaço.

A percepção espacial, revelada através do conceito de ambiência por Cavalcante e Elali (2018, p.21), pode ser considerada como uma solicitação motora

que ativa sensorialmente o corpo afetando o modo como o indivíduo se envolve com o mundo à sua volta. Ou seja, o perceber o espaço vai muito além do que uma ação passiva de compreender o ambiente inserido e tem em si conexões cerebrais sensitivas em como o lugar se apresenta ao seu usuário. Assim, a percepção desenvolve à medida que os canais sensoriais são estimulados pelo meio, neste caso o equilíbrio, que compõe a ação da capacidade de se mover com facilidade, e o *wayfinding*, que revela a navegação pelo ambiente por meio da decodificação das informações espaciais por meio das habilidades perceptivas e cognitivas do ser humano. (CAVALCANTE & ELALI, 2018, p.141;251) Dessa forma, neste caso, a ação da percepção do lugar tem o objetivo de auxiliar no processo de independência do indivíduo dentro do espaço, gerando a familiaridade e sensação de pertencimento com o local.

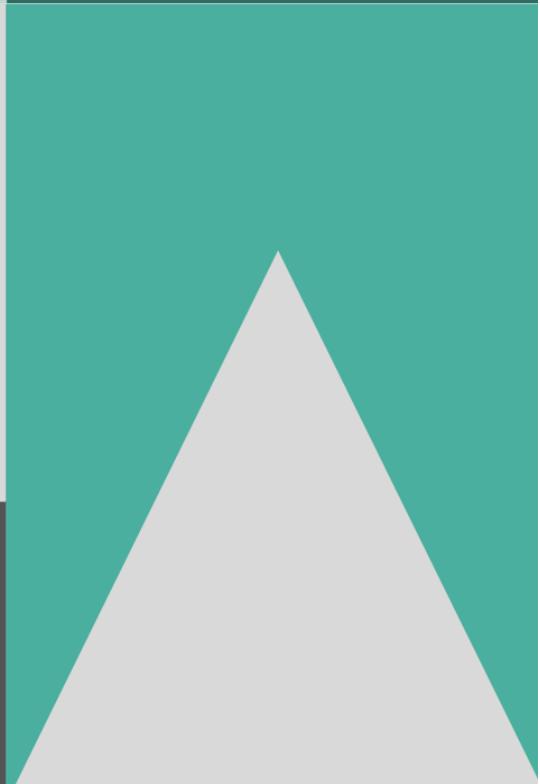
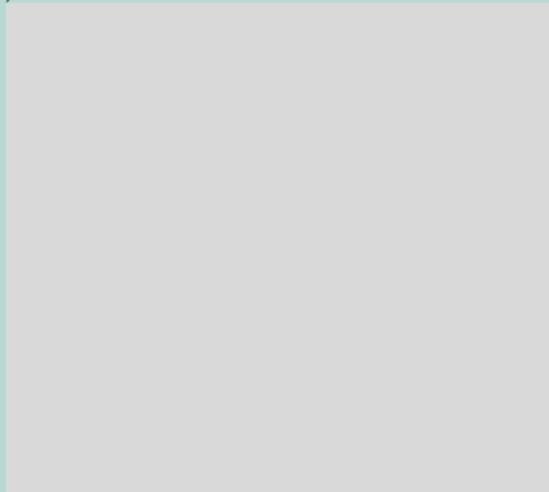
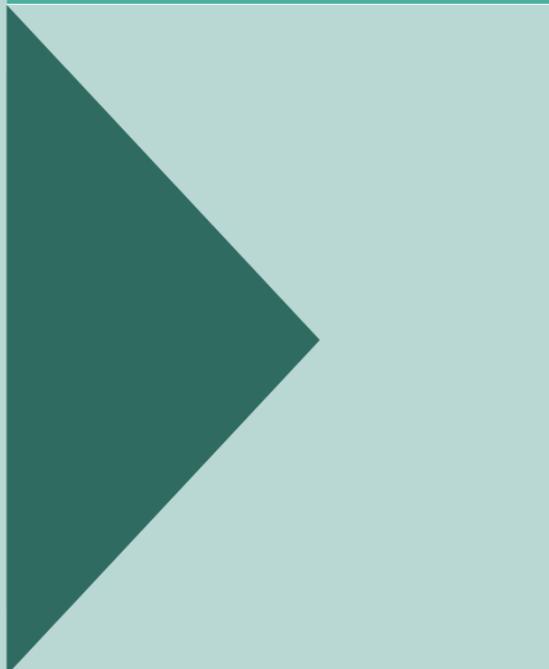
O terceiro e último parâmetro diz respeito à condição comportamental que é promovida por meio da interação realizada com o espaço por meio das suas características arquitetônicas realizadas através da produção de autonomia, no sentido de estimular-se a independência do indivíduo no ambiente, e de como a forma do lugar configura espaços que podem fornecer integração e privacidade ao indivíduo. À vista disso, o parâmetro comportamental visa relatar a questão de manutenção do bem-estar, dado que a autonomia e a privacidade contribuem para o processo de restabelecimento emocional e ao desenvolvimento da identidade pessoal do indivíduo (CAVALCANTE & ELALI, 2018, p.197).

Assim, os parâmetros buscam de certa forma avaliar as condicionantes do espaço sob o seu usuário, tendo em mente que todos os canais sensoriais efetuados pelo corpo humano através de conexões cerebrais, influenciam a percepção espacial e o modo do comportamento dentro de um ambiente (GONÇALVES & PAIVA, 2018, p. 388).

DIAGNÓSTICO

do abrigo institucional

7



7 DIAGNÓSTICO DO ABRIGO INSTITUCIONAL

Esta parte da pesquisa se direciona a análise do objeto de estudo realizada sobre duas vertentes: a primeira com base nos princípios de Baker (1998) que engloba os conceitos de *genius loci*, iconologia, identidade e significado de uso; e a segunda com fundamentos metodológicos de Barbosa (2020) em que são analisados três parâmetros (físico-ambiental, sensorial e comportamental) levando em consideração a influência das características do espaço sobre o comportamento do indivíduo.

7.1 Análise do Abrigo Institucional



Figura 15. Localização do abrigo institucional. Fonte: Prefeitura de João Pessoa, 2021. Figura editada pela autora.

O abrigo está localizado na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, estando implantada no bairro treze de maio, em uma região predominantemente residencial. O abrigo está situado próximo a edificações da área da saúde, como o Hospital 13 de maio, de serviços, como mercados e conveniências, e da área de educação, por meio de escolas do nível infantil e fundamental.

O local abriga vinte e cinco crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade e atende desde casos de negligência a abusos físicos, psicológicos e sexuais em que é necessário o afastamento do indivíduo do seu núcleo familiar. Conforme instituído pelo ECA, a permanência máxima no lar é de dois anos, sendo então a habitação direcionada para moradia temporária dentro do nicho de faixa etária proposto.

Neste caso, a edificação não foi pensada desde a etapa projetual, tanto no seu uso de abrigo quanto nas pessoas que iriam trabalhar e morar ali. Dessa forma, é possível observar que a casa foi adaptada para o seu uso atual da melhor maneira que foi possível, para que mesmo em circunstâncias arquitetônicas ajustadas, as crianças obtivessem um lar que as acolhesse verdadeiramente.

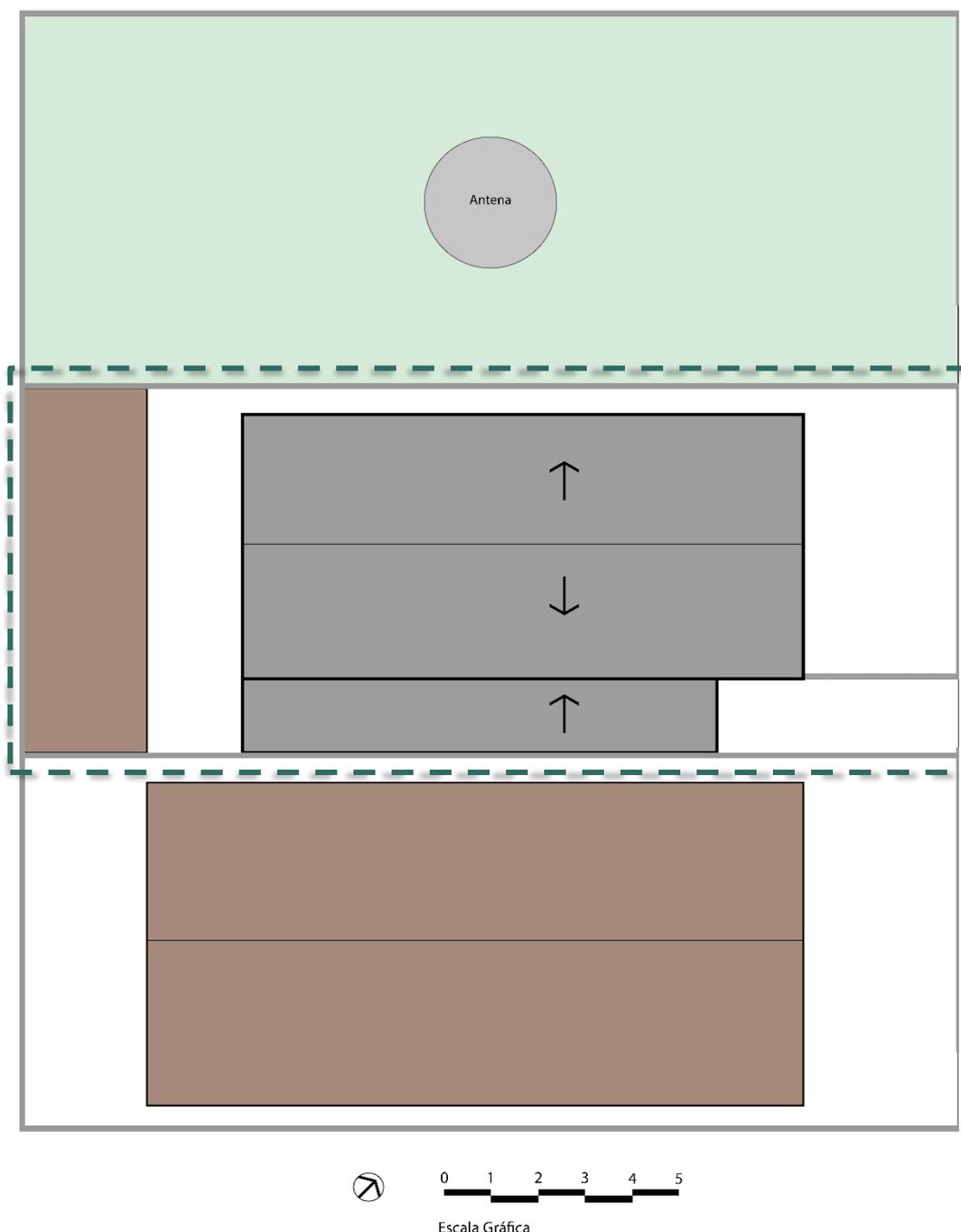


Figura 16. Implantação. Produção da autora, 2021.

A casa está inserida em um lote de gaveta de 360 m² que externamente segue o padrão das habitações da localidade: um muro alto aliado a um portão de acesso a garagem, e neste caso, este último sendo também a porta de acesso.

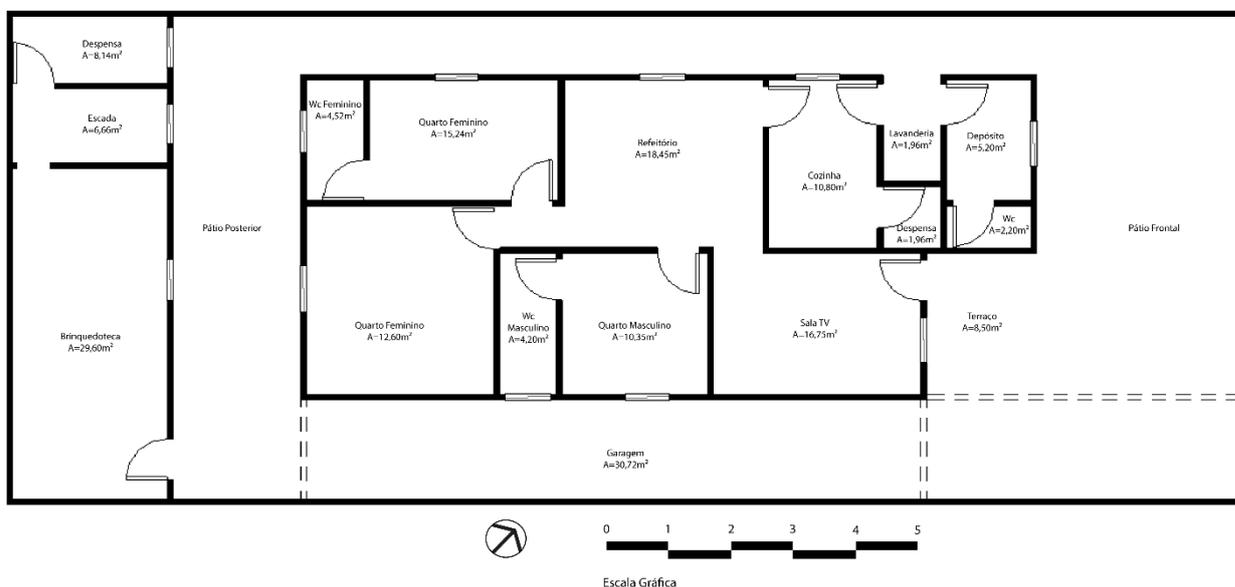


Figura 17. Planta Baixa Pav. Térreo. Fonte: Paulo Ricardo C. dos Santos, 2019, editado pela autora, 2021.

Além disso, a edificação se caracteriza como térrea, porém há um anexo posterior em que há um primeiro andar, nele estão localizados a parte de administração do abrigo na parte superior, já na inferior a brinquedoteca, tendo os dois andares um depósito em comum.

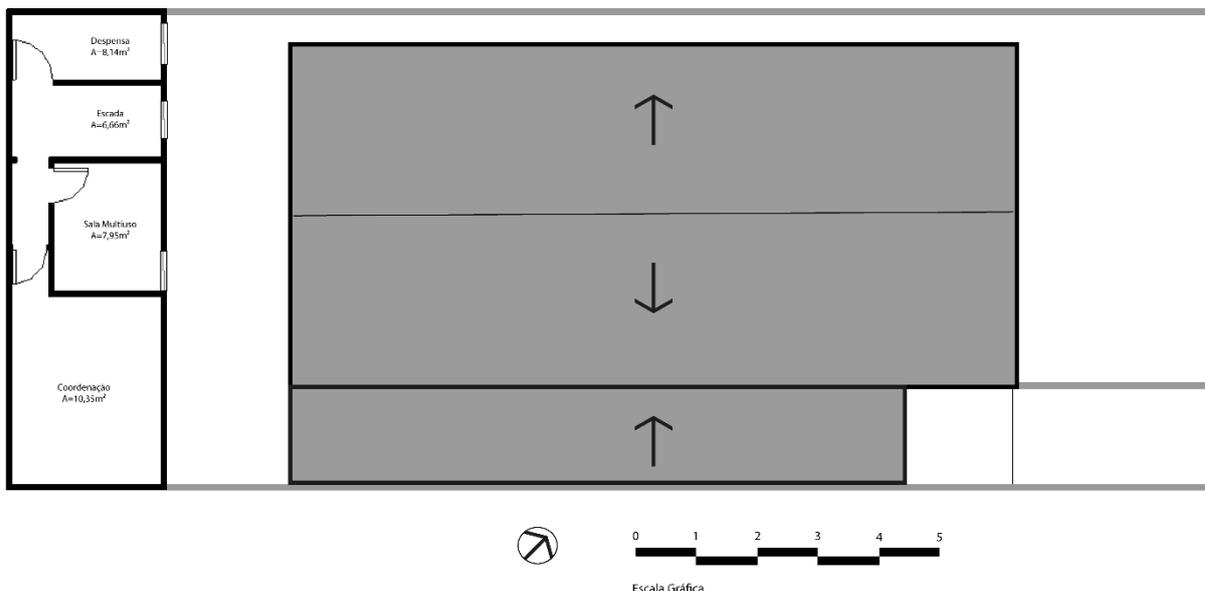


Figura 18. Pavimento Superior (Chamado de anexo). Fonte: Paulo Ricardo C. dos Santos, 2019, editado pela autora, 2021.

Em relação ao programa de necessidades - quando pensamos em relação à adaptação do local à necessidade que o abrigo gera - no pavimento térreo do abrigo, atribui-se o uso de dois quartos para uso feminino, com um banheiro em comum para os dois locais, um quarto masculino com acesso a banheiro exclusivo. Na parte social, é possível observar a sala de televisão, refeitório, dois pátios, um frontal e outro posterior e a área lateral, em que seria a garagem, que quando necessário é adaptada para ser um lugar de socialização. Além disso, na parte de serviço, tem-se a cozinha, duas despensas, depósito com acesso a um banheiro e lavanderia. Na parte posterior externa, encontram-se a brinquedoteca, um depósito e o acesso de escada, já na parte superior do mesmo, está a coordenação, uma sala multiuso, neste local também pode ser observada a vista do telhado do abrigo.



Figura 19. Fachada abrigo institucional. Fonte: Google Street View, 2021, editado pela autora.

O abrigo possui em sua fachada quatro tipos de materiais, sendo eles o revestimento de pastilha cerâmica na área inferior do muro e o cobogó em concreto na área superior dele, que possibilita uma permeabilidade da visão, o acesso se dá através do portão em alumínio não vazado. Em se tratando da cobertura, o abrigo possui platibanda e telhado em fibrocimento, já o anexo possui telha cerâmica.

A partir da análise externa do abrigo, não é possível notar que há uma falta de manutenção, devido a pintura branca das paredes e bem como o revestimento estarem em condições satisfatórias. Porém, internamente, pode-se observar que, por meio das imagens dos ambientes, nota-se paredes contendo infiltrações, que podem gerar mofo e ácaro, piso externo com vegetação sem corte e com partes de entulho que inutilizam o local, ambientes com iluminação insuficiente e paredes com a existência de lodos.



Figura 20. A) Cômodo com pouca iluminação; B) Parede com infiltração. Fonte: Paulo Ricardo, 2019.



Figura 21. A) Pátio frontal; B) Pátio posterior Fonte: Paulo Ricardo, 2019.

Vale ressaltar que nos espaços abertos descritos como “pátio externo” e “pátio posterior” não são utilizados como um ambiente de recreação ou de contemplação pelas crianças, mas sim, um lugar de depósito. Restringindo, então, o lugar de lazer à somente a brinquedoteca, um ambiente interno com dimensões que não comportam 25 crianças e adolescentes.

Os revestimentos de piso utilizados foram no total de dois, contendo um para a parte externa (conhecida popularmente como pedra rachinha) e um para toda a parte interna, tanto da casa em si, quanto do anexo, sendo este similar a uma cerâmica bege de 20x20cm. Nas paredes externas da casa são utilizadas pastilhas cerâmicas de 5x10cm na cor bege, além disso, as esquadrias são em madeira maciça com bandeira superior em vidro.

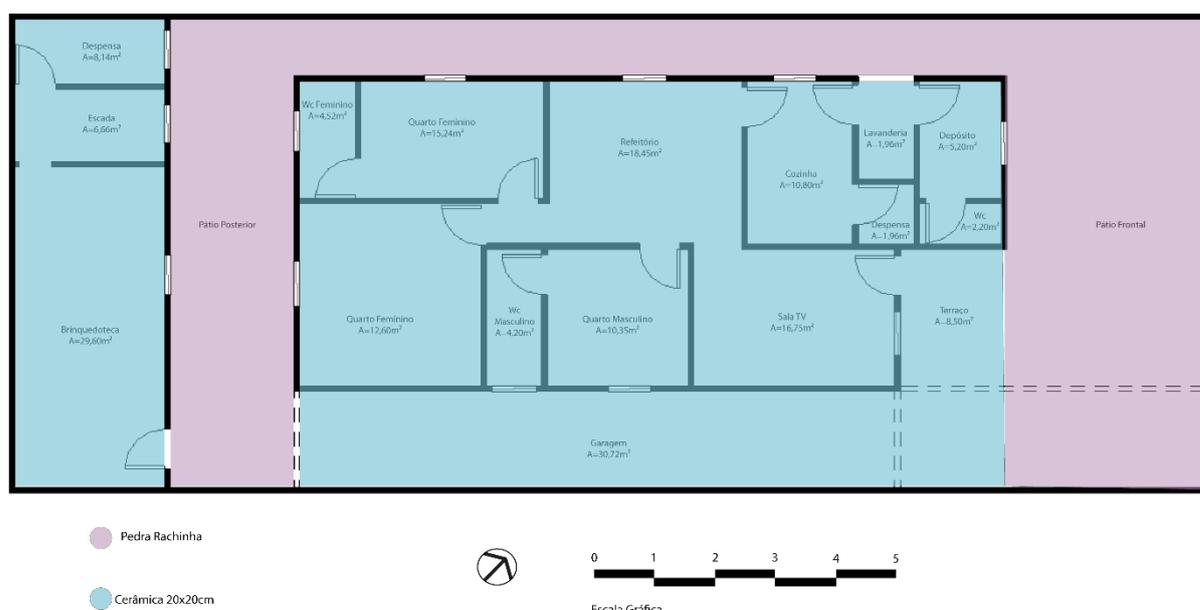


Figura 22. Planta de revestimentos. Fonte: Paulo Ricardo, 2019, editado pela autora 2021.

O clima da cidade de João Pessoa é classificado como tropical litorâneo, pelo fato de estar às margens do oceano atlântico, com temperaturas que variam entre 23 °C e 31 °C. O verão é considerado quente e longo e o inverno curto, sem alcançar climas extremamente frios. Em relação ao fluxo de vento, pode-se observar a maior influência durante quase o ano inteiro pela direção sudeste e sul, e obtendo durante o verão com mais incidência do que outros meses, a direção nordeste. Vale ressaltar que também há o fluxo vindo da direção leste.

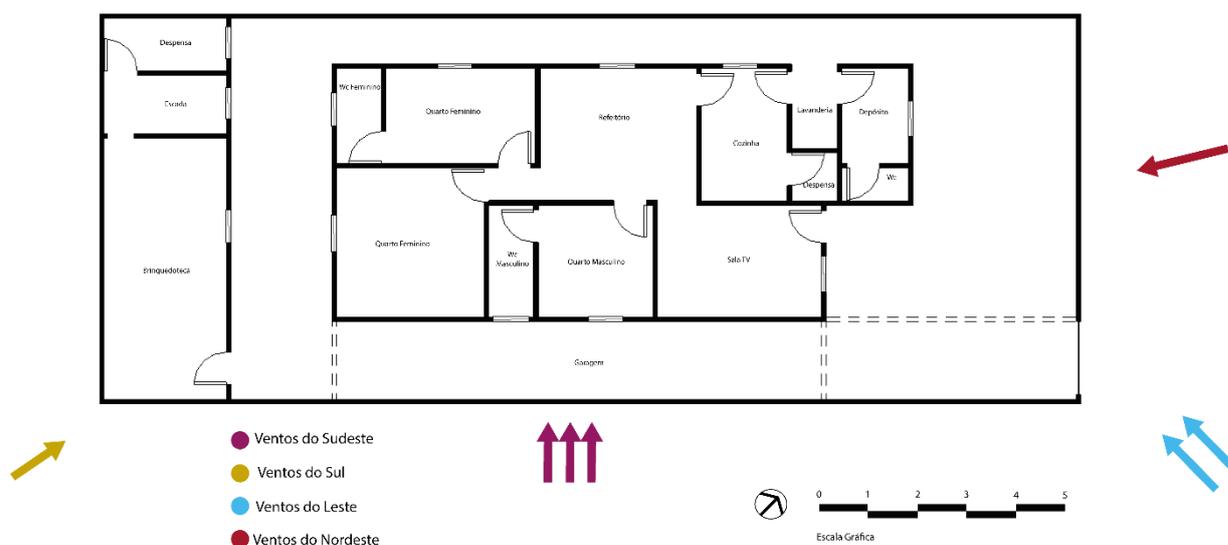


Figura 23. Direção dos fluxos de vento. Fonte: Paulo Ricardo, 2019, editado pela autora 2021.

Em relação ao contexto de iluminação natural, pelo fato do norte estar inclinado e a edificação estar diagonal a direção leste em que nasce o sol, é possível que o aproveitamento da luz natural no início seja comprometida em alguns cômodos. Assim, tem se que, a despensa, sala de tv recebem luz solar diretamente pela manhã, porém na suíte masculina tal fato não ocorre devido a coberta da garagem poder impossibilitar a trajetória do sol. Por outro lado, no lado oeste, os quartos femininos e seu banheiro, o refeitório, cozinha e lavanderia recebem luz natural durante o período da tarde, não sofrendo alteração direta devido a esta lateral não conter edificação construída. Vale salientar, ainda, que a fachada norte contém ambientes de longa permanência possuindo grande insolação durante o dia inteiro, podendo comprometer o seu uso.

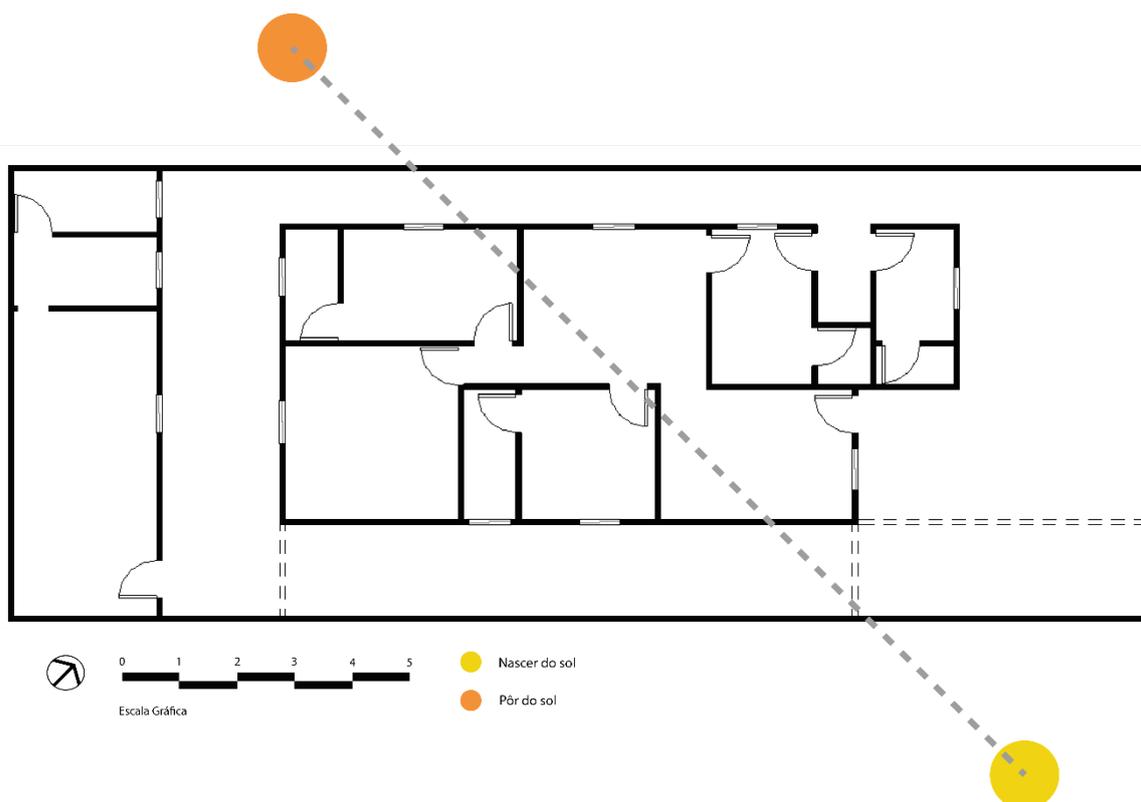


Figura 24. Orientação Solar. Fonte: Paulo Ricardo, 2019, editado pela autora 2021.

7.2 Parâmetro Físico-Ambiental

Este parâmetro visa analisar a edificação com base nos elementos de iluminação natural e conforto térmico, de forma a avaliar como estes fatos foram introduzidos no projeto e como eles podem influenciar quem habitar no local.

Em relação a iluminação natural no abrigo, nota-se que devido a parte lateral, pertencida a garagem, ser coberta há pouca entrada de luz no início do dia, gerando a necessidade de luz artificial durante a manhã nos cômodos de longa permanência. Já pela tarde, parte dos ambientes recebem a iluminação natural vinda do Oeste, porém a outra parte do abrigo só recebe luz de maneira indireta. Vale salientar, também, que a existência de uma edificação com primeiro andar ao lado do abrigo pode afetar a zona leste de entrada de sol. Em se tratando do anexo, o mesmo durante a maior parte do dia não obtém luz diretamente no andar térreo, devido a faixa de sombra que o abrigo e a edificação vizinha produzem de acordo com a posição do sol. Assim, nota-se que o lar de acolhimento obtém grande parte dos seus cômodos afetados com a falta de luz, que além de conduzirem a utilização de iluminação artificial, não permite a permeabilidade da entrada e saída de luz nos ambientes,

influenciando negativamente o efeito germicida que o sol produz, fato este que pode afetar a saúde de seus moradores, por meio de bactérias, mofo e ácaros.



Figura 25. Iluminação no corredor. Fonte: Paulo Ricardo, 2019.



Figura 26. Iluminação na garagem. Fonte: Paulo Ricardo, 2019.

Em se tratando do conforto térmico, com base na predominância dos ventos da cidade de João Pessoa já elencados anteriormente, os eixos de ocorrência predominante de vento são sudeste, sul e leste, sendo o Sudeste o de grande importância e interferência durante o ano, assim, as esquadrias, principalmente dos quartos e áreas sociais, necessitam estar alocadas para este lado, a fim de que seja alcançado um eficiente conforto térmico.

Porém, o fato de o abrigo estar localizado em um terreno de gaveta, tendo ao sul uma edificação com maior altura, além da barreira que os muros laterais também fornecem e o fechamento da garagem lateral com cobertura, contribui para um fluxo de vento limitante, tornando, por exemplo, o quarto masculino em um ambiente quente, sem entrada aparente de ventilação, mesmo com esquadria existente na direção sudeste. Da mesma forma pode-se observar o quarto feminino com abertura para o sul, que não obtém o percurso de vento eficaz devido à altura do anexo e da edificação vizinha se tornar uma barreira.

Ainda, o segundo quarto feminino, o refeitório e a cozinha encontram-se prejudicados dentro do mesmo espectro devido a suas aberturas estarem localizadas a faixa de influência do norte, recebem a insolação solar durante todo o dia e aliado a falta ventilação direta suficiente, tais ambientes estão com o seu uso comprometidos durante o dia e noite. Do mesmo modo, o anexo, na parte térrea, obtém a estrutura do abrigo como impedimento a circulação de vento, levando a brinquedoteca a ser um ambiente com pouca ventilação. Já na parte superior, o vento não encontra barreiras

suficientes para prejudicar o seu caminho. Por outro lado, a existência de elementos vazados na fachada colabora com a incidência dos ventos da direção leste e nordeste, conseguindo alcançar alguns cômodos direta e indiretamente, quando todas as esquadrias estão abertas. É possível averiguar esta análise por meio da Figura 28 abaixo:

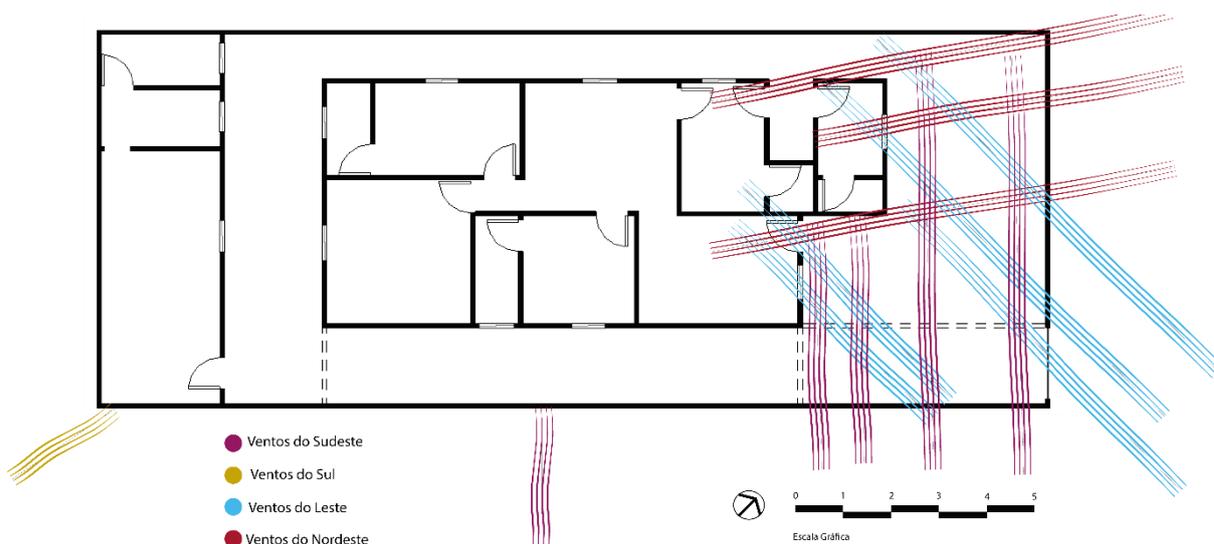


Figura 279. Fluxos de vento dentro da edificação. Fonte: Paulo Ricardo, 2019, editado pela autora 2021.

Como um todo, em relação ao parâmetro físico-ambiental, nota-se que o abrigo possui uma deficiência significativa em relação ao conforto lumínico e térmico que podem afetar de maneira direta a vivência no lugar, tornando atividades como a tarefa da escola um grande problema quando realizada em um ambiente quente e com pouca luz, podendo influenciar negativamente a área cognitiva do indivíduo. Além de, por outro lado, induzir o gasto de energia com resfriamento e luz artificial, podendo favorecer a existência de mofo, ácaros e outras doenças respiratórias.

7.3 Parâmetro Sensorial

Este parâmetro analisa o espaço e a sua influência diante do seu usuário de acordo com os canais sensoriais de visão, audição, háptico, olfato e percepção espacial.

A forma do espaço, considerando que o local foi adaptado ao uso de abrigo, obtém um aspecto real de casa, com a existência de duas suítes e um quarto, pode-

se afirmar que, no mínimo, o local anteriormente atendia apenas quatro pessoas, e atualmente acolhe um total de vinte e cinco moradores. Tal fato, leva consigo a questão de o abrigo pertencer a um local que em seu âmago projetual não foi pensado para suprir as necessidades reais dos seus moradores.

Dessa forma, visualmente e espacialmente, a estrutura arquitetônica não possui aspectos lúdicos, cores e um fluxo de circulação que facilite a independência das crianças a partir da fácil localização dos cômodos. Essas considerações são um dos principais geradores da sensação de pertencimento e bem-estar no espaço, fatos que são imprescindíveis a pessoas que estão, além da questão de vulnerabilidade social, morando temporariamente ali e afastados de quem era, até então, seu parâmetro de segurança e de lar.

Em relação ao conforto acústico, pode-se considerar a rua em questão que não recebe grandes proporções de tráfego de veículos, por se localizar em uma via local de um bairro residencial. Porém, por outro lado, a edificação vizinha, que possui primeiro andar, se identifica como um salão de festas, dessa forma, como a maioria da realização de eventos se situam de sexta a domingo, durante esses dias os moradores do abrigo podem passar por uma perturbação sonora, afetando a sua vivência, integração e a realização de atividades que exija a concentração. Por outro lado, não há a existência de vegetações que poderiam auxiliar na filtração do ruído produzido enquanto há a realização dessas festividades vizinhas.

A questão olfativa, uma característica que pode ajudar na construção da sensação de pertencimento ao lugar. No abrigo em si, não há a existência de plantas ou árvores, assim, externamente o cheiro que pode se sobressair pode vir através dos entulhos que se localizam na parte da frente e na de trás do imóvel. Já internamente, a existência de infiltração e dos mofo e ácaros desenvolvidos nas paredes do abrigo, se não corrigidas pode, dentre outras questões, influenciar o cheiro dos cômodos, principalmente os de longa permanência. Dessa forma, tais fatos elencados podem contribuir ao efeito de memória negativa do lugar, através do seu cheiro.

Ainda, em relação aos materiais utilizados no piso, na área externa o revestimento de pedra rachinha usado é uma opção que não é atérmica, ou seja, o seu uso é comprometido em ambientes de grande incidência solar devido a absorção

de calor. Dessa forma, a área exterior ao abrigo pode ter o seu uso recreativo comprometido devido a essa característica. Por outro lado, é possível averiguar que os revestimentos internos não se tornam uma barreira ao desenvolvimento do equilíbrio, por não obter desnivelamento. Porém pode-se considerar que, devido a adaptação da edificação para o uso de abrigo que acolhe vinte e cinco crianças, a superlotação dos quartos com beliches e cômodas, possivelmente se torna uma barreira ao fluxo de circulação livre dentro dos cômodos.

Tal fato atrelado à falta de identificação visível dos ambientes do abrigo, contribuem negativamente ao desenvolvimento de autonomia dentro do espaço, podendo afetar a questão de pertencimento ao lugar e no reconhecimento da moradia como lar.

De modo geral, a circunstância da edificação ser adaptada ao uso lugar de acolhimento para crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social afeta diretamente a questão do parâmetro sensorial em relação a vivência no lugar, possuindo pontos a serem ajustados para que a percepção do espaço não seja percebida e refletida na vida dos moradores de maneira inteiramente negativa.

7.4 Parâmetro Comportamental

Este parâmetro apresenta o contexto relacional entre o usuário e o ambiente, de forma a analisar a influência da sua configuração formal e autonomia e as consequências produzidas a partir do mesmo em relação ao indivíduo.

A distribuição dos cômodos, aliado a pouca iluminação natural nos quartos e o fluxo de vento não atingir a maior parte dos espaços, é um ponto negativo que colabora de forma a poder ser prejudicial ao bem-estar dos moradores do abrigo, que no caso são as crianças e adolescentes. O fato de não se utilizar de um espaço que possibilite o lazer, a contemplação e integração ao ar livre pode gerar um aspecto de semi-clausura, principalmente nesta fase em que deve ser estimulada a criatividade, a independência e a cognição.

A percepção do local do abrigo transmite a sensação de não ser uma moradia de crianças e adolescentes, além da brinquedoteca não há nenhum outro espaço adaptado com itens lúdicos. Do contrário, todos os espaços possuem as mesmas

cores neutras que não são pensadas de acordo com as atividades a serem realizadas em cada ambiente para a produção dos tipos de estímulos sensoriais adequados.

Além disso, a não existência de espaços de contemplativos, de integração e de recreação, que aliada a falta de vegetação, pode se tornar uma contribuição negativa ao sentimento de confortabilidade, bem-estar, privacidade e pertencimento.

Apesar dos locais dos ambientes serem formalmente comuns a uma casa, a não identificação, seja por cores, revestimentos diferentes ou luz, afeta a autonomia da criança em seu próprio lar, fato este que atinge diretamente o processo de aprendizagem dos limites pessoais de cada indivíduo. Por outro lado, dentre todos os espaços, não é encontrado um que seja destinado à privacidade da criança, para que faça suas tarefas escolares e, bem como, outras atividades individuais, o que pode ser limitante tanto ao desenvolvimento escolar quanto à construção da imagem pessoal que começa a acontecer na infância.

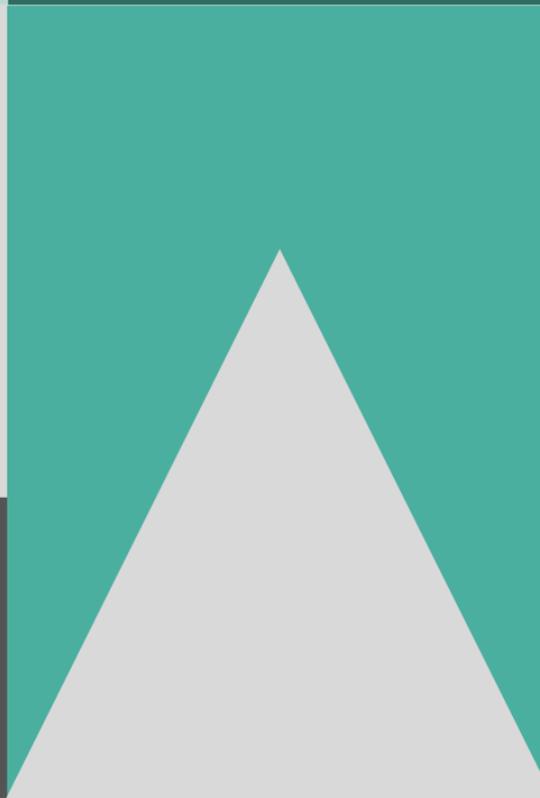
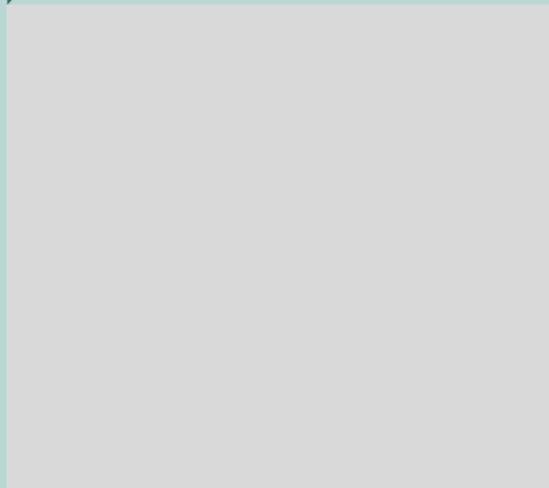
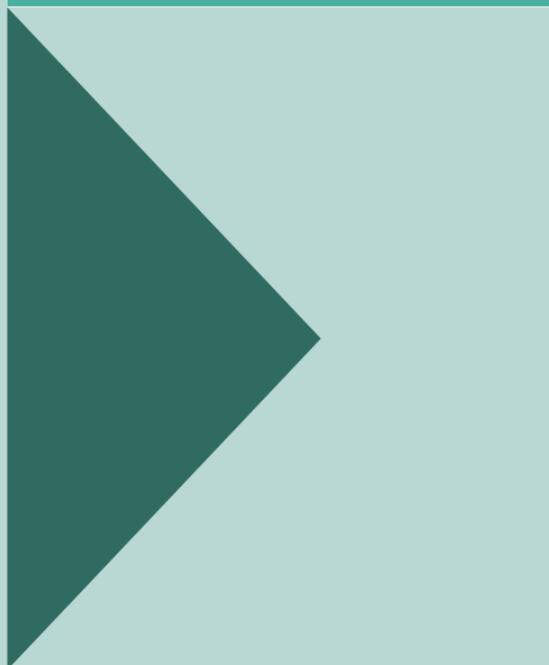
Em um contexto geral, o abrigo é um exemplo real da situação em que se encontram os abrigos no país, em que através da adaptação de edificações já pré-existentes e de diferente uso instituem espaços com a finalidade de abrigar. Apesar de existirem considerações plausíveis que ampliam a questão da ambiência para um contexto em parte negativo, pode-se afirmar que isto já poderia ser previsto devido ao processo projetual do lugar não ter sido realizado a partir das necessidades existentes de um abrigo temporário e dos seus moradores aliados as suas histórias de vida.

Tabela 9. Resultados dos parâmetros ambientais, 2021. Produção da autora.

RESULTADOS DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS		
PARÂMETRO	PONTO POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
FÍSICO-AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • PROJETO SE ASSEMELHAR AO CONTEXTO DE RESIDÊNCIA DO BAIRRO; • EXISTÊNCIA DE COBOGÓS NA FACHADA, POSSIBILITANDO A ENTRADA DE VENTILAÇÃO ATRAVÉS DO MURO; 	<ul style="list-style-type: none"> • AMBIENTES INTERNOS POUCO ILUMINADOS, CONDUZINDO AO USO DE LUZ ARTIFICIAL; • POSIÇÃO DOS CÔMODOS DE LONGA PERMANÊNCIA INEFICAZ PARA A CIRCULAÇÃO DE FLUXO DE VENTO; • OS CÔMODOS: QUARTO FEMININO E SALA DE JANTAR ESTÃO NA PARTE DE INFLUÊNCIA NORTE DO LOTE, RECEBENDO INCIDÊNCIA SOLAR DURANTE TODO O DIA; • NÃO UTILIZAÇÃO DE REVESTIMENTOS ATÉRMICOS NA ÁREA EXTERNA, AFETANDO O USO RECREATIVO DO ESPAÇO;
SENSORIAL	<ul style="list-style-type: none"> • RUA COM POUCO TRÁFEGO DE VEÍCULOS CONTRIBUINDO COM POUCO RUÍDO VINDO DESTA ÁREA; • OS PISOS INTERNOS NÃO SÃO DESNIVELADOS, FAVORECENDO A ACESSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO ENTRE OS CÔMODOS; 	<ul style="list-style-type: none"> • VISUALMENTE O ABRIGO SE ASSEMELHA A UMA CASA, MAS NÃO CONTÉM ASPECTOS VISUAIS QUE ESTIMULEM OS CANAIS SENSORIAIS; • PERTURBAÇÃO SONORA ATRAVÉS DO SALÃO DE FESTA VIZINHO; • MEMÓRIA OLFATIVA ATRELADA AO CHEIRO DE MOFOS E INFILTRAÇÃO; • NÃO HÁ ÁRVORES E PLANTAS PARA CONTRIBUIR NO ASPECTO OLFATIVO, VISUAL E ACÚSTICO; • NÃO IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES PARA CONTRIBUIR COM A AUTONOMIA E SENSO DE PERTENCIMENTO;
COMPORTAMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • A INTEGRAÇÃO PRODUZIDA ENTRE OS CÔMODOS DE SALA DE ESTAR E JANTAR, FACILITANDO E PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO; • ABRIGO INSERIDO EM TERRENO NÃO ACIDENTADO, CONTRIBUINDO COM A AUTONOMIA, ACESSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO DE FORMA INDIVIDUAL; 	<ul style="list-style-type: none"> • DISTRIBUIÇÃO DOS CÔMODOS DE FORMA A CONTRIBUIR COM A POUCA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO; • A FALTA DE ESPAÇOS DE RECREAÇÃO, CONTEMPLAÇÃO AO AR LIVRE QUE PROMOVAM A INTEGRAÇÃO ENTRE OS MORADORES; • FALTA DE OPORTUNIDADE DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS QUE PROMOVAM A PRIVACIDADE; • CIRCULAÇÃO ENTRE OS CÔMODOS QUE NÃO PRODUZ AUTONOMIA DEVIDO A NÃO IDENTIFICAÇÃO; • ESPAÇO NÃO PENSADO PROJETUALMENTE AO USO DE ABRIGO;

PARÂMETROS CNAS E CONANDA

8



8 DOCUMENTO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O SISTEMA DE ACOLHIMENTO

No ano de 2009 o CNAS e CONANDA, por meio da resolução conjunta nº 1, aprovou o documento “Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes” visando a regulamentação do sistema de acolhimento no Brasil de forma homogênea em todo território. Ainda, pondera a adaptação dos parâmetros requisitados de acordo com a realidade e cultura local, sem que os tais colaborem para a perda da qualidade do serviço ofertado, por outro lado são permitidas alterações dos tais desde que isso colabore para o melhor funcionamento do sistema.

A primeira parte das orientações realiza um resumo histórico sobre o processo de acolhimento no país em relação ao atendimento das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio da implementação do ECA, do PNCFC e do SUAS, de forma a explicar as normas que devem conduzir o processo de acolhimento de crianças e adolescentes. Na segunda parte são citados os métodos concernentes ao diagnóstico de qualidade do serviço que é prestado, ao atendimento e acompanhamento das famílias e das crianças acolhidas, de forma que o sistema ofereça a proteção e o cuidado necessários durante o período de afastamento do convívio com os parentes de origem. Ainda, na terceira parte são explicadas as propostas da resolução relacionadas a regionalização do sistema de acolhimento a fim de que sejam alcançados os municípios de pequeno porte e, como também, como deve ser o processo quando a criança recebe ameaças de morte. Além disso, são citados os requisitos e capacitações dos profissionais que atuam nesta área, seguidos dos parâmetros de funcionamento recomendados para cada modalidade de acolhimento (abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república).

De modo geral, o documento obtém grande importância para o funcionamento correto do sistema de acolhimento, para que a análise processual de cada caso em que a criança necessita ser destinada temporariamente no sistema, seja adequada de forma que ela seja colocada no ambiente acolhedor que seja de acordo com a sua história até o momento. Ou seja, a resolução visa, além da padronização organizacional de planejamento e de normas e estratégias que visam o funcionamento dos abrigos, a certeza de que a proteção e os direitos das crianças estão sendo resguardados.

Apesar disso, a seção destinada aos parâmetros concernentes a cada modalidade de acolhimento obtém uma interpretação distinta que torna o local do acolhimento um espaço incapaz de fornecer, influenciar e desenvolver os sentidos, as percepções e os comportamentos dos seus moradores, e estes, por fim, são apresentados, mesmo que indiretamente, como meros objetos que compõem o *layout* do abrigo.

8.1 Parâmetros de infraestrutura recomendados ao abrigo

Devido a presente pesquisa analisar o aspecto arquitetônico de um abrigo institucional e as suas influências sobre os seus moradores, nesta parte serão analisados os parâmetros relacionados aos aspectos físicos que este espaço deve obter para o seu funcionamento de acordo com as normas recomendadas.

O documento, além das definições, especificidades e recursos humanos necessários ao funcionamento das modalidades de abrigo, apresenta em forma de tabela a infraestrutura e espaços sugeridos ao ambiente de acolhimento. Como já mencionado anteriormente, o sistema de acolhimento é uma forma de moradia provisória e temporária que, quando em modelo de abrigo institucional, casa-lar e república, deve estar localizada em bairros residenciais, mantendo seu aspecto construtivo semelhante ao de uma casa, sem se diferenciar da paisagem urbana do local inserido.

No caso do abrigo institucional, a resolução menciona as características de cada cômodo que deve existir na casa: quartos, sala de estar, sala de jantar/copa, ambiente para estudo, banheiro, cozinha, área de serviço, área externa e espaços administrativos.

A resolução descreve, por exemplo, que os quartos devem ter o espaço suficiente para alojar camas/beliches/berços e para cômodas/guarda-roupas com espaço individual para cada ocupante, recomendando que tenham apenas quatro pessoas se utilizando desse cômodo, sendo possível aumentar para seis em medidas excepcionais ao funcionamento. Logo ao final, determina que 2,25 m² (dois metros e vinte cinco centímetros quadrados) são destinados a cada pessoa, aumentando esse número em um metro quando este espaço também é destinado ao ambiente de estudo.

Tal descrição segue o mesmo padrão outros dos ambientes, principalmente a respeito do parâmetro de metragem para uma pessoa ocupante do espaço, como descreve na sala de estar e jantar com cada uma correspondendo a 1 m² (um metro quadrado) por pessoa. Os lugares de banheiro, cozinha, área de serviço, área externa e espaços administrativos são descritos sem mencionar dimensões requeridas, mas demonstra apenas que o local deve possuir área suficiente para obter em seus espaços os objetos necessários a cada tipo de funcionamento.

A grande questão que abarca essa parcela da resolução é que não há qualquer menção sobre os aspectos que influenciam o uso de todos os cômodos do abrigo, não há, por exemplo, a recomendação de janelas e o seu posicionamento e tamanho adequado para garantir tanto o conforto lumínico quanto o térmico; a configuração formal dos cômodos de acordo com a posição solar e o fluxo de vento; a identificação dos lugares por meio de cores para, além do uso adequado a cada ambiente, promova a autonomia e estimule sensorialmente o indivíduo; ambientes que contribuam com o desenvolvimento da identidade pessoal por meio da privacidade e autossuficiência; um espaço de contato com a natureza para o conforto e purificação do ar; a construção lúdica dos espaços para auxiliar o processo de pertencimento e desenvolvimento cognitivo.

Do mesmo modo, limitar cômodos a apenas o seu dimensionamento é, em parte, negar a sua ação sobre o seu ocupante. Como já abordado anteriormente, o estudo da relação ambiente-usuário categoriza o espaço como produtor e estimulador dos canais sensoriais humanos, influenciando o modo em que se é interpretado e refletido no comportamento do indivíduo gerando resultados que promovam o bem-estar ou não. Assim, ao instituir a metragem por pessoa nos ambientes mencionados e declarar que o mesmo deve se assegurar de acomodar os objetos necessários de cada ambiente, o documento de certa forma desconsidera que o sistema de acolhimento, através dos abrigos, recebe crianças e adolescentes em estágio de reestabelecimento físico, psicológico, social e pessoal diante do acontecimento que as fizeram sair do seu lar de origem.

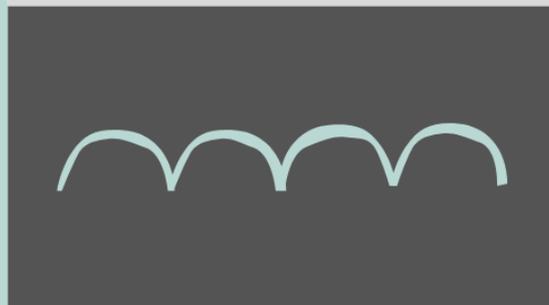
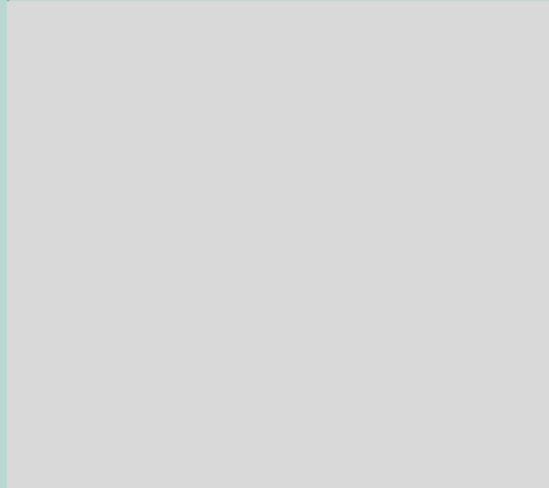
O que se deve ter em mente, a partir da análise do documento realizada é que ao requerer do espaço do abrigo apenas questões dimensionais, sem se preocupar com a influência do espaço sobre as crianças e adolescentes moradores, a resolução

entrega um padrão a ser seguido ao sistema de acolhimento. Portanto, não há como esperar que todos os abrigos do país se preocupem com os parâmetros ambientais se a resolução que é norteadora do sistema não exemplifica ou recomenda tais medidas.

O aspecto formal do abrigo deve ser um meio de auxílio, apoio e acolhimento durante a estadia dos seus moradores, de maneira a respeitar a existência dos seus ocupantes através de um espaço que promova o seu próprio bem-estar. O ato de acolher envolve muito mais além do que dimensões e espaços suficientes para objetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

9



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como intuito a produção de diretrizes projetuais para abrigos institucionais. Portanto, para isso foi necessário primeiramente o estudo acerca da história da institucionalização de crianças e adolescentes no país desde o seu primórdio, de modo a compreender como foi o trajeto do acolhimento até o presente momento, levando em consideração a questão social, econômica e política.

No momento atual, com o objetivo de romper com a cultura da institucionalização e garantir o avanço dos direitos das crianças obtidos, através do ECA, PNCFC e da Lei de Adoção, há quatro modalidades de abrigo que acolhem o eixo infanto-juvenil da sociedade que estão em estado de vulnerabilidade social. As tais fazem parte de um sistema organizacional que devem cumprir as normas metodológicas propostas por meio das leis citadas acima e também deve atender a resolução do CONANDA e CNAS escritas no documento “Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”. Além de métodos acerca do funcionamento do processo de acolhimento, há a descrição formal da infraestrutura dos abrigos de acordo com as dimensões de todos os cômodos requisitados.

Atrelada a esta narrativa cronológica acerca do abrigamento, bem como das informações relativas ao sistema de acolhimento e das recomendações instituídas ao local do abrigo, houve a pesquisa sobre a psicologia ambiental com a finalidade de assimilação do contexto de influência do espaço sob os estímulos dos canais sensoriais humanos, ou seja, os resultados das emoções, comportamentos e ações dentro de um ambiente refletem a forma que ele mesmo os incentiva. Dessa forma, tendo em vista o contexto em que as crianças e adolescentes são inseridas no abrigo para a sua própria proteção, o espaço deve ser um meio de auxílio, mesmo que temporário e provisório, no momento em que é necessária uma reabilitação pessoal, emocional e psicológica.

A partir dessa premissa de atuação do espaço sobre a ambiência, integração e comportamento do indivíduo, foi realizada o diagnóstico de um abrigo institucional levando em consideração parâmetros analíticos e ambientais, de forma a conceituar e averiguar o contexto interferência do meio e das crianças e adolescentes que são os moradores do local. Através desta observação pôde-se relatar que, apesar dos

esforços conjuntos em torná-lo um lar, há pontos cruciais que podem contribuir a percepção espacial negativa, tornando complexa a produção da sensação de pertencimento e, portanto, de convívio, integração e reabilitação.

Porém, o que se pode compreender através da verificação da resolução do CONANDA e CNAS, um documento que norteia o modelo organizacional, o funcionamento dos abrigos e a sua configuração formal e que o que há disposto e recomendado em relação a infraestrutura dos mesmos é o reflexo que pode ser encontrado atualmente. Pois, não há como requerer que o espaço do acolhimento seja lúdico, que auxilie no desenvolvimento da cognição e da identidade pessoal, que explore positivamente os canais sensoriais para que o ato de perceber o espaço gere sensações e emoções que promovam o bem-estar, se o documento que examina abertamente o lugar do abrigo e a formação do seu ambiente físico, apenas retrata parâmetros de dimensionamento.

Dessa forma, este trabalho tendo em vista todo o embasamento teórico pesquisado, almeja a produção de diretrizes projetuais que auxiliem o contexto físico, sensorial e comportamental diante da relação ambiente-usuário dentro do abrigo, de modo que o morar temporário ainda sim seja reconhecido como um lar de acolhimento.

9.1 Diretrizes projetuais

Como objetivo final desta pesquisa, as diretrizes projetuais, destinadas ao ambiente de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, almejam guiar o processo de criação arquitetônica com base nos conceitos previamente estudados em relação a psicologia ambiental e nos três parâmetros ambientais que fizeram parte da metodologia de análise.

Primeiramente pode-se observar os requisitos gerais do abrigo com base nas ordens físico-ambientais, sensoriais e comportamentais do espaço. Posteriormente, são feitas orientações em relação aos aspectos formais e organizacionais de cada cômodo no mesmo padrão estrutural da divulgada pela resolução do CONANDA e CNAS. Ainda, foram realizadas tabelas de matriz relacional entre os cômodos e as diretrizes, com o intuito de avaliar a sua influência e importância para cada lugar individualmente, e entre layout e as as repartições do abrigo, para averigar as proximidades entre as mesmas no projeto arquitetônico do espaço. Ainda, é possível

observar na seção de apêndice 1, o e-book produzido a partir dos resultados desta pesquisa que, com o intuito de ser um material acessível e didático, visa auxiliar o processo projetual do abrigo para crianças e adolescentes.

Tabela 10. Diretrizes projetuais do parâmetro físico-ambiental. Produção da autora.

PARÂMETRO FÍSICO-AMBIENTAL	
ASPECTOS	DIRETRIZES
CONFORTO LUMÍNICO	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> A IMPLANTAÇÃO DEVE ESTAR DE ACORDO COM A ORIENTAÇÃO SOLAR, PRIVILEGIANDO AMBIENTES DE LONGA PERMANÊNCIA COM A POSIÇÃO DE MELHOR APROVEITAMENTO DA LUZ NATURAL, MAS QUE TAMBÉM NÃO CONDICIONEM ALTERAÇÕES TÉRMICAS QUE COMPROMETAM O SEU USO. FROTA;SCHIFFER (2001) <p>GERÊNCIA DA LUZ E ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> UTILIZAÇÃO DE LUZES ARTIFICIAIS DIMERIZÁVEIS E COM POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE TEMPERATURA, PARA QUE ELA SEJA ADEQUADA AS DIFERENTES ATIVIDADES REALIZADAS NO MESMO ESPAÇO. GONÇALVES; PAIVA (2018)
CONFORTO TÉRMICO	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> A IMPLANTAÇÃO DEVE ESTAR DE ACORDO COM OS FLUXOS DE VENTOS PREDOMINANTES DO LOCAL, PRIVILEGIANDO AMBIENTES DE LONGA PERMANÊNCIA COM A POSIÇÃO DE MELHOR APROVEITAMENTO DA VENTILAÇÃO. FROTA;SCHIFFER (2001) ALOCAR A POSIÇÃO DAS ESQUADRIAS DE ACORDO COM O FLUXO DE VENTO PARA QUE A PASSAGEM DE VENTO CONDICIONE A VENTILAÇÃO CRUZADA. FROTA;SCHIFFER (2001) <p>ESQUADRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> USO DE TIPOLOGIA DE ESQUADRIAS QUE NÃO COMPROMETAM A ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DE ENTRADA DE VENTILAÇÃO, DEVIDO AO SEU DIMENSIONAMENTO E SEU MODELO DE ABERTURA. FROTA;SCHIFFER (2001) <p>MATERIAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> USO DE REVESTIMENTOS E MATERIAIS QUE SÃO ATÉRMICOS, PRINCIPALMENTE NA PARTE EXTERNA, PARA NÃO IMPOSSIBILITAR O SEU USO. FROTA;SCHIFFER (2001)

Tabela 11. Diretrizes projetuais do parâmetro sensorial. Produção da autora.

PARÂMETRO SENSORIAL	
ASPECTOS	DIRETRIZES
VISÃO	<p>LUZ: A ENTRADA DE LUZ NATURAL E O USO DE ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL DEVEM SER ADEQUADAS AO TIPO DE ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA EM CADA CÔMODO; FROTA; SCHIFFER (2001); GONÇALVES E PAIVA (2018); NBR 89951/2013</p> <p>CORES: USO DE CORES ADEQUADAS AS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS EM CADA AMBIENTE, TORNANDO O LUGAR LÚDICO, PARA ATRAVÉS DAS EMOÇÕES, FAVORECER O ESTÍMULO VISUAL*</p>
AUDIÇÃO	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> EVITAR A IMPLANTAÇÃO EM LOCALIZAÇÕES COM PROXIMIDADES DE EDIFICAÇÕES QUE FREQUENTEMENTE PROMOVAM A PERTURBAÇÃO SONORA. SEGUIR OS PADRÕES DE CONFORTO ACÚSTICO SEGUNDO A NBR 10152/2017. OS CÔMODOS DE MAIOR PERMANÊNCIA DEVEM SER SITUADOS PARA O LADO DE MENOR POLUIÇÃO SONORA, PARA NÃO COMPROMETER O SEU USO. SEGUIR OS PADRÕES DE CONFORTO ACÚSTICO SEGUNDO A NBR 10152/2017. <p>VEGETAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> A PLANTAÇÃO DE ÁRVORES E PLANTAS EM LUGARES ESTRATÉGICOS COM A FINALIDADE DE ABSORÇÃO SONORA E COM O INTUITO DE FILTRAÇÃO DE RUÍDOS SONOROS PARA NÃO COMPROMETER A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES. GONÇALVES E PAIVA (2018) FACILITAR O ACESSO A VEGETAÇÃO AOS AMBIENTES DE LONGA PERMANÊNCIA DE FORMA A FAVORECÊ-LOS COM OS SONS QUE ELA PRODUZ, PARA PROMOÇÃO DE BEM-ESTAR. CAVANCALTE E ELALI (2018)
HÁPTICO	<p>DESENVOLVIMENTO DOS SENTIDOS: CRIAÇÃO DE AMBIENTES MULTISSENSORIAIS, ATRAVÉS DE REVESTIMENTOS, TEXTURAS E MOBILIÁRIOS ERGONÔMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE CORPORAL ATRAVÉS DOS ESTÍMULOS SENSORIAIS PRODUZIDOS. GONÇALVES E PAIVA (2018); PALLASMAA (2011)</p>
OLFATO	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> EVITAR A IMPLANTAÇÃO EM LOCALIZAÇÕES COM PROXIMIDADES DE EDIFICAÇÕES QUE FREQUENTEMENTE PROMOVAM O MAL ODOR. GONÇALVES E PAIVA (2018) <p>IDENTIFICAÇÃO COM O LUGAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> O USO DA VEGETAÇÃO EXTERNAMENTE E INTERNAMENTE PARA A FILTRAGEM DE AR E FAVORECIMENTO DA MEMÓRIA OLFATIVA POSITIVA. GONÇALVES E PAIVA (2018)
PERCEPÇÃO ESPACIAL	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> O PROJETO DA EDIFICAÇÃO DEVE PROPOR CLARAMENTE A SETORIZAÇÃO DOS AMBIENTES. PASSINI (1996) A DISPOSIÇÃO DOS CÔMODOS DEVEM VISAR A SEGURANÇA E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS, PROMOVENDO A AUTONOMIA E A PRIVACIDADE DOS MORADORES. GONÇALVES E PAIVA (2018); CAVANCALTE E ELALI (2018); <p>ACESSIBILIDADE E AUTONOMIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> A CIRCULAÇÃO ENTRE OS AMBIENTES DEVE PROMOVER O FÁCIL ACESSO E AUTOSSUFICIÊNCIA DOS MORADORES ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO DOS CÔMODOS POR MEIO DE CORES, MATERIAIS E A DISPOSIÇÃO DO LAYOUT; PASSINI (1996) <p>PRIVACIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> A DISPONIBILIDADE DE AMBIENTES QUE PROMOVAM A PRIVACIDADE PARA AUXILIAR O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE PESSOAL, ATRAVÉS DE ESPAÇOS DE CONTEMPLAÇÃO E DE ESPAÇO INDIVIDUAL PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES QUE EXIJAM CONCENTRAÇÃO. CAVANCALTE E ELALI (2018)

Tabela 12. Diretrizes projetuais do parâmetro comportamental. Produção da autora.

PARÂMETRO COMPORTAMENTAL	
ASPECTOS	DIRETRIZES
CONFIGURAÇÃO FORMAL/ INTERAÇÃO	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> A MORFOLOGIA DO ABRIGO DEVE SEGUIR A LINGUAGEM RESIDENCIAL. <i>ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2009)</i> DEVE ESTAR LOCALIZADA DENTRO DA CIDADE EM CONTEXTO RESIDENCIAL E COM PROXIMIDADES A EQUIPAMENTOS DE USO PÚBLICO DE FORMA A FAVORECER A INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL E PERTENCIMENTO. <i>ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2009)</i> <p>USO COMUM:</p> <ul style="list-style-type: none"> INTEGRAÇÃO ENTRE OS CÔMODOS DE USO COMUM (<i>ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2009)</i>) FAVORECENDO A INTERAÇÃO, ATIVIDADES RECREATIVAS EM CONJUNTO E A CRIAÇÃO DE PERTENCIMENTO COM O LUGAR; <p>SEGURANÇA E PROTEÇÃO:</p> <p>É NECESSÁRIA A DISPOSIÇÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DOS MORADORES E TRABALHADORES, VISTO QUE HÁ CASOS EM QUE HÁ CRIANÇAS QUE SOFREM DIFERENTES TIPOS DE AMEAÇAS. <i>ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2009)</i></p>
AUTONOMIA	<p>IMPLANTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> EVITAR TERRENOS COM DESNÍVEIS SIGNIFICATIVOS QUE COMPROMETAM A ACESSIBILIDADE DO LOCAL. SEGUIR AS NORMAS DA NBR 9050/2020 PARA CRIAÇÃO DE AMBIENTES ACESSÍVEIS E PROMOVAM A AUTONOMIA; <p>ACESSOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> DISPOR OS CÔMODOS AO CONDICIONAMENTO DA CIRCULAÇÃO DE FORMA CLARA E INTUITIVA, PROMOVENDO A IDENTIDADE E PERTENCIMENTO AO LUGAR;

Tabela 13. Infraestrutura e diretrizes projetuais para o abrigo institucional (áreas íntimas e sociais). Produção da autora.

INFRAESTRUTURA, ESPAÇOS SUGERIDOS E DIRETRIZES: ABRIGO INSTITUCIONAL		
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS SUGERIDAS (CNAS E CONANDA)	DIRETRIZES PROJETUAIS
QUARTOS	<ul style="list-style-type: none"> • ATÉ QUATRO CRIANÇAS POR QUARTO, PODENDO EXTENDER ATÉ SEIS EM CASOS EXCEPCIONAIS • DEVEM TER DIMENSÕES SUFICIENTES PARA OS MOBILIÁRIOS (CAMAS, BERÇOS, BELICHES) E POSSIBILITAR O ESPAÇO INDIVIDUALIZADO PARA GUARDAR OS PERTENCES PESSOAIS • SUGERIDO 2,25M2 PARA CADA OCUPANTE E CASO O ESPAÇO DE ESTUDOS SEJA COLOCADO DENTRO DO QUARTO, ESTE NÚMERO SOBE PARA 3,25M2 	<ul style="list-style-type: none"> • USO DA ILUMINAÇÃO AMARELA/LUZ QUENTE (3.000K) NAS PROXIMIDADES DAS CAMAS E LUZ BRANCA NEUTRA (4.000K) NA ÁREA DE ESTUDO, QUANDO ESTE LOCALIZAR-SE DENTRO DO QUARTO. CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; • DEVE ESTAR PROJETADO COM ABERTURAS PARA A DIREÇÃO DE MAIS VENTILAÇÃO NATURAL; FROTA E SCHIFFER (2001) • LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE TRANQUILIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). • POSSIBILITAR O CONTATO COM A NATUREZA, MESMO QUE APENAS VISUALMENTE; GONÇALVES E PAIVA (2018), CAVANCALTE E ELALI (2018) • OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
BANHEIRO	<ul style="list-style-type: none"> • PARA ATÉ SEIS OCUPANTES DEVE CONTER: UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO • PELO MENOS UM DOS BANHEIROS DEVE SER ADAPTADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA • DEVE EXISTIR UM BANHEIRO COM UM LAVATÓRIO, UM VASO SANITÁRIO E UM CHUVEIRO PARA OS FUNCIONÁRIOS 	<ul style="list-style-type: none"> • USO DA ILUMINAÇÃO BRANCA NEUTRA (4.000K).CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; • A VENTILAÇÃO DEVE POSSIBILITAR O DIRECIONAMENTO DO ODORE PARA FORA DA EDIFICAÇÃO; FROTA E SCHIFFER (2001) • LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE NEUTRALIDADE E LIMPEZA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). • POSSIBILITAR O CONTATO COM A NATUREZA, MESMO QUE APENAS VISUALMENTE; GONÇALVES E PAIVA (2018) CAVANCALTE E ELALI (2018) • OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE; • GARANTIR A PRIVACIDADE; CAVANCALTE E ELALI (2018)
AMBIENTE PARA ESTUDO	<ul style="list-style-type: none"> • UM ESPAÇO EXCLUSIVO PARA O USO OU ANEXADO EM OUTROS AMBIENTES (QUARTO/COPA) COM MOBILIÁRIO ADEQUADO 	<ul style="list-style-type: none"> • USO DA ILUMINAÇÃO BRANCA NEUTRA (4.000K).CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013. • DEVE ESTAR PROJETADO COM ABERTURAS PARA A DIREÇÃO DE MAIS VENTILAÇÃO NATURAL; FROTA E SCHIFFER (2001) • LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE CALMA E SABEDORIA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). • POSSIBILITAR O CONTATO COM A NATUREZA, MESMO QUE APENAS VISUALMENTE; • OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
SALA DE ESTAR OU SIMILAR	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • SUGERIDO 1M2 PARA CADA OCUPANTE 	<ul style="list-style-type: none"> • USO DA ILUMINAÇÃO QUENTE E BRANCA NEUTRA (4.000K).CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013. • DEVE ESTAR PROJETADO COM ABERTURAS PARA A DIREÇÃO DE MAIS VENTILAÇÃO NATURAL; FROTA E SCHIFFER (2001) • LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE HARMONIA E ALEGRIA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). • POSSIBILITAR O CONTATO COM A NATUREZA, MESMO QUE APENAS VISUALMENTE; • OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
SALA DE JANTAR/COPA	<ul style="list-style-type: none"> • COM DIMENSÕES SUFICIENTES PARA ACOMODAR TODOS OS OCUPANTES • PODE SER INDEPENDENTE OU ESTAR ANEXADO A OUTRO CÔMODO (SALA DE ESTAR) • SUGERIDO 1M2 PARA CADA OCUPANTE 	<ul style="list-style-type: none"> • OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE; <p>*É INTERESSANTE A DISPONIBILIDADE DE ACENTOS PARA TODOS OS MORADORES, PARA CONTRIBUIR COM A CONSTRUÇÃO DA PERCEÇÃO DE LAR E PERTENCIMENTO.</p>

Tabela 9. Infraestrutura e diretrizes projetuais para o abrigo institucional (áreas de serviço, externa e administrativas). Produção da autora.

INFRAESTRUTURA, ESPAÇOS SUGERIDOS E DIRETRIZES: ABRIGO INSTITUCIONAL		
CÔMODOS	CARACTERÍSTICAS SUGERIDAS (CNAS E CONANDA)	DIRETRIZES PROJETUAIS
COZINHA	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES. 	<ul style="list-style-type: none"> USO DA ILUMINAÇÃO BRANCA NEUTRA (4.000K). CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE LIMPEZA E OTIMISMO; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
ÁREA DE SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES. 	<ul style="list-style-type: none"> USO DA ILUMINAÇÃO BRANCA NEUTRA (4.000K). CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTE A SENSACIÓN DE LIMPEZA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
ÁREA EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS MOBILIÁRIOS RECREATIVOS DE ACORDO COM O NÚMERO DE OCUPANTES. DEVE-SE PRIORIZAR O USO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER, ESPORTE E CULTURA INCENTIVANDO INTEGRAÇÃO SOCIAL 	<ul style="list-style-type: none"> USO DA ILUMINAÇÃO EM TOM QUENTE (3.000K). CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE BEM-ESTAR E LIBERDADE; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE; POSSIBILITAR A INTEGRAÇÃO DA VEGETAÇÃO ATRAVÉS DO PAISAGISMO ESTRATÉGICO, USANDO A VEGETAÇÃO A FAVOR DO CONFORTO TÉRMICO E ACÚSTICO. GONÇALVES E PAIVA (2018); CAVANCALTE E ELALI (2018) USO DE REVESTIMENTOS ATÉRMICOS; FROTA E SCHIFFER (2001) PROMOVER A BIOFILIA ATRAVÉS DO CONTATO COM A NATUREZA, SEJA VISUALMENTE (ATRAVÉS DA COR VERDE, DE QUADROS, DO CONTATO DIREITO OU INDIRETO COM A VEGETAÇÃO) (GONÇALVES; PAIVA, 2018) (CAVALCANTE; ELALI, 2018).
SALA PARA EQUIPE TÉCNICA	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA 	<ul style="list-style-type: none"> USO DA ILUMINAÇÃO BRANCA NEUTRA (4.000K). CONSIDERAR ILUMINÂNCIA ADEQUADA AS ATIVIDADES SEGUNDO A NBR 89951/2013; AMBIENTES COM BOM FLUXO DE VENTO; FROTA E SCHIFFER (2001) LEVAR EM CONSIDERAÇÃO CORES QUE DESPERTEM AS SENSações DE SEGURANÇA E SABEDORIA; FARINA ET. AL (2006), HELLER (2008). OS MOBILIÁRIOS DEVEM ESTAR DISPOSTOS DE FORMA A NÃO BLOQUEAR A CIRCULAÇÃO DENTRO DO CÔMODO. SEGUINDO A NBR 9050 DE ACESSIBILIDADE;
SALA COODERNAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO DEVE TER ÁREA DESTINADA PARA A GUARDA DE PRONTUÁRIOS DOS OCUPANTES EM CONDIÇÃO DE SEGURANÇA E SIGILO RECOMENDA-SE QUE ESTE ESPAÇO ESTEJA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, SEPARADA DO AMBIENTE DE MORADIA 	
SALA PARA REUNIÕES	<ul style="list-style-type: none"> DEVE CONTER ESPAÇO SUFICIENTE PARA OS UTENSÍLIOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS AO USO 	

DIRETRIZES								
CÔMODOS	ILUMINAÇÃO	VENTILAÇÃO	CORES	VEGETAÇÃO	ACESSIBILIDADE	AUTONOMIA E PRIVACIDADE	INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SEGURANÇA E PROTEÇÃO
QUARTO	▲	▲	▲	■	▲	▲	●	▲
BANHEIRO	▲	■	▲	■	▲	▲	●	▲
AMBIENTE ESTUDO	▲	▲	▲	■	▲	▲	■	▲
SALA ESTAR/JANTAR	▲	▲	▲	■	▲	▲	▲	▲
COZINHA	▲	■	▲	■	▲	■	●	▲
ÁREA DE SERVIÇO	▲	■	▲	●	▲	●	●	▲
ÁREA EXTERNA	▲	▲	▲	▲	▲	■	▲	▲
ÁREA ADM.	▲	▲	▲	■	▲	■	■	▲

RELAÇÃO FORTE ▲ RELAÇÃO MÉDIA ■ RELAÇÃO FRACA ●

Figura 108 - Matriz de relações (Diretrizes e cômodos). Produção da autora.

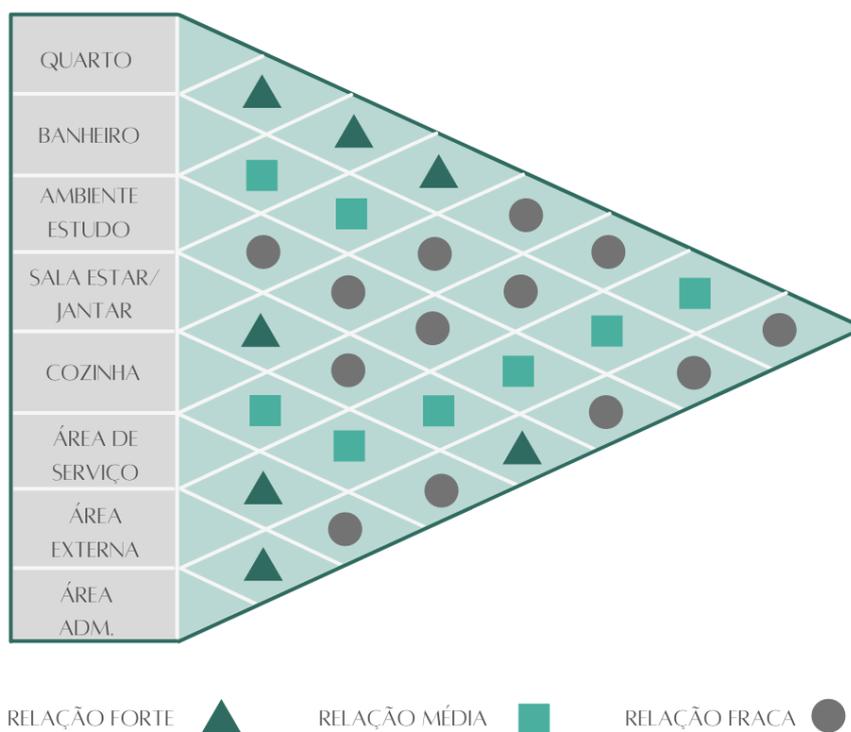


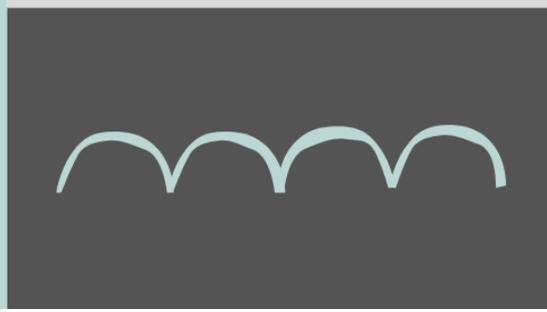
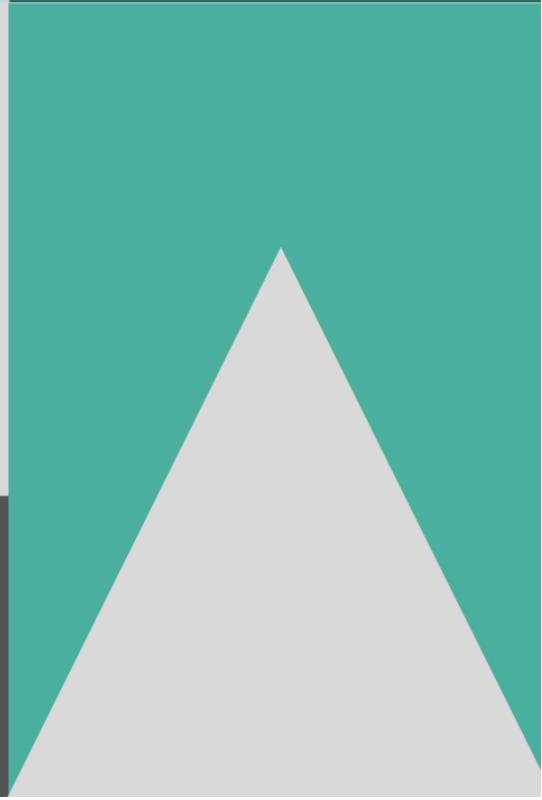
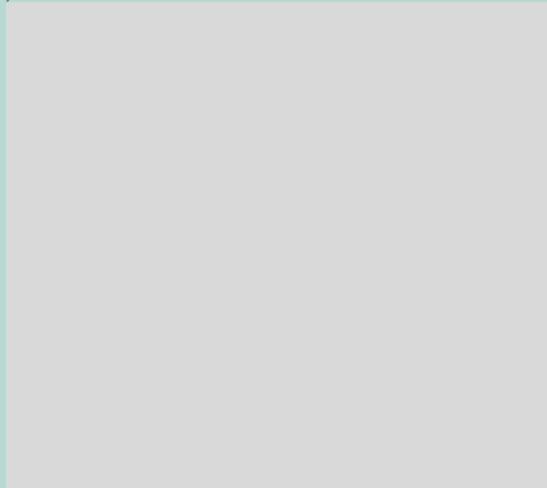
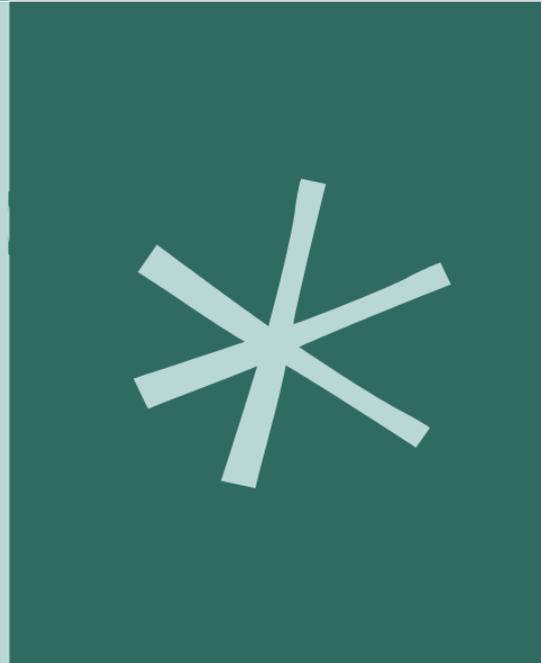
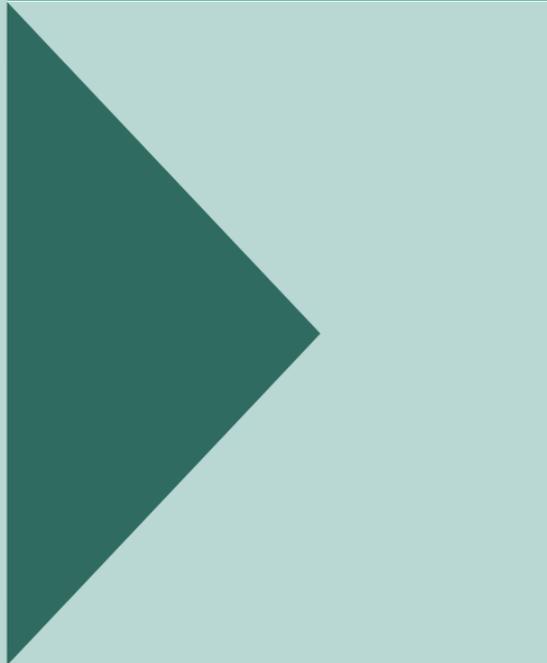
Figura 29 - Matriz de relação (cômodos abrigo). Produção da autora.

Dessa forma, garantir o uso das tabelas elencadas acima durante o processo de construção ou adaptação do espaço do abrigo, pode proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos e, bem como aos trabalhadores do local, a ambiência, convivência e integração com o ambiente de modo positivo. Afinal, tendo-se em vista que a da percepção espacial e, portanto, e a conduta do indivíduo são fatores de influência comportamental, faz-se necessário que o lugar forneça a produção estímulos sensoriais necessários e adequados à realização de bem-estar e harmonia com o meio.

Por conseguinte, a psicologia ambiental visa a pesquisa da relação bidirecional entre pessoa e ambiente, tendo como ponto de partida a premissa de que ambos estão inerentemente correlacionadas e se influenciam de modo contínuo. Assim, o seu estudo é imprescindível a formação e criação de espaços geradores de confortabilidade em diversos aspectos para o seu usuário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10



10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDISSERA, I.; Fabian, T.B. A influência das cores e das formas no espaço residencial. **Anuário de Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, Videira, v.1, p.e11534, ago. 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/11534>. Acesso em: 1 nov., 2021.
- BAPTISTA, M.V. Um olhar para a história. *In*: Instituto Camargo Corrêa. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.
- BAKER, G.H. **Análisis de La Forma: urbanismo y arquitectura**. México: G. Gili, 1998.
- BARBOSA, A.B. **Parâmetros da neuroarquitetura aplicados aos espaços do condomínio para idosos cidade madura em João Pessoa**. 2020. 76p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário UNIESP, João Pessoa, 2020.
- BESTETTI, M.L.T. Ambiência: espaço físico e comportamento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n.3, p. 601-610, jul./set. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. (2009a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm . Acesso em: 29 fev., 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 fev., 2021.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Minha vida fora dali**. São Paulo: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, 2020. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2021/01/minha-vida-fora-dali.pdf> Acesso em: 15 mar., 2021.
- BRAIDA, F.; NOJIMA, V.L. Design para os sentidos e o insólito mundo da sinestesia. **Insólito, mitos, lendas, crenças**, Rio de Janeiro: Dialogarts, 2008, p.216-230.
- CAVALCANTE, S.; ELALI, G.A. **Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura pessoa-ambiente**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- CARVALHO, M.I.C. Psicologia Ambiental: algumas considerações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol 9, nº 2, p. 435-447, 1993.
- DOS SANTOS, P.R.C. **Anteprojeto arquitetônico referencial de instituição para acolhimento de mulheres, crianças e jovens**. 2019. 64p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário UNIESP, João Pessoa, 2019.
- FARINA, M.; PEREZ, C.; BASTOS, D. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2006.

FRAGA, L.C. **Infância, práticas educativas e de cuidado**: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FREIRE, H.C.V. **Abrigo**: identidade e lugar. Orientadora: Daniella Coli Chagas. 2018. 111 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, 2018. Disponível em: http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/842/1/TCC_HUGO_FREIRE_FINAL_REVISÃO%201811.pdf. Acesso em: 27 mar., 2020.

FROTA, A.B.; SCHIFFER, S.R. **Manual do conforto térmico**. 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GONÇALVES, R.; PAIVA, A. **Triuno**: neurobusiness e qualidade de vida. 3.ed. São Paulo: Clube de autores, 2018.

HELLER, E. **A psicologia das cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. 1.ed. São Paulo: Editora Olhares, 2021.

KANASHIRO, M. A cidade e os sentidos: sentir a cidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 7, p. 155-160, jan./jun., 2003.

LACY, M.L. **O poder das cores no equilíbrio dos ambientes**. São Paulo: Editora Pensamento, 1996.

MONCORVO FILHO, A. **Historico da protecção á infancia no Brasil**: 1500-1922. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa gráfica, 1926. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/21_Moncorvo_Filho_Arthur_Historico_da_protecao_a_Infancia.pdf. Acesso em: 3 mai., 2021

OLIVEIRA, R.C. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. *In*: Instituto Camargo Corrêa. **Abrigo**: comunidade de acolhida e socio educação. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

PALLASMAA, J. **Olhos da pele**: arquitetura e os sentidos. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

PASSINI, R. Wayfinding design: logic, application and some thoughts on universality. **Design Studies**, vol. 17, 1996.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Percurso histórico e desafios do presente. 1ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, I. *et al.* **Acolhendo crianças e adolescentes**. 1ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história da das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p. 243-298.

RHEINGANTZ, P.A. *et al.* Os sentidos humanos e a construção do lugar. **Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano**, Rio Janeiro, 2004.

SARAIVA, L.F.D.O. **Assistência social e psicologia**: (des)encontros possíveis. 1ed.

São Paulo: Editora Blucher, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521211679/>. Acesso em: 30 mar., 2021

SAVI, A.E. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2018.

SCHMID, A.L. **A ideia de conforto**: reflexões sobre o ambiente construído. 1.ed. Curitiba: Pacto ambiental, 2005.

TROVÃO, L. **Discurso do Senador Lopes Trovão**. (Brasil. Lei N. 104, de 11 de setembro de 1896).

UNWIN, S. **A análise da arquitetura**. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2013.

VIANA, A. **Unidade de acolhimento institucional**: Lar curumins. 2018. 47p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2018.

APÊNDICE

1



O e-book pode ser visualizado no modo apresentação através deste link: [E-book Lar temporário](#)



APRESENTAÇÃO

Este e-book foi produzido como componente e resultado técnico científico da pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo: "Lar temporário: diretrizes projetuais aplicáveis à Arquitetura em abrigos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social". Este material tem como objetivo tornar acessível os aspectos relacionados ao contexto do acolhimento infantil no Brasil, bem como ser uma referência à construção do espaço do abrigo institucional.

SUMÁRIO

04	Introdução	15	Relação ambiente x usuário
05	O que é o Lar Temporário?	20	Diretrizes projetuais gerais
06	Sistema de acolhimento	25	Diretrizes ao Abrigo Institucional
08	Metodologia da Pesquisa	30	Referências/Sugestões de leitura
10	Metodologia dos parâmetros ambientais		



INTRODUÇÃO

A história do acolhimento brasileiro tem o seu início marcado juntamente aos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, tem em seu histórico ambientes de aspectos claustrais que rompiam a ligação das crianças com o mundo externo, dentre eles: orfanatos, educandários e asilos infantis. Muitos anos após esse percurso, com diversas tentativas de melhorias dessa categoria de abrigo infantil, a criança e o adolescente brasileiro finalmente foram reconhecidos como seres detentores de direitos. (Estatuto da Criança e Adolescente, 1990) Visando o rompimento com a cultura de clausuro e de abandono do passado, houveram mudanças significativas no sistema de acolhimento brasileiro, com por exemplo, novas modalidades e a normatização do seu funcionamento. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, 2009)

Dessa forma, a pesquisa realizada buscou elaborar diretrizes projetuais a este espaço de acolhimento, focado no abrigo institucional para crianças e adolescentes, tendo em vista a vertente da psicologia ambiental aplicada a arquitetura, avaliando o aspecto comportamental do usuário do lugar e dos estímulos sensoriais produzidos.

Boa leitura!





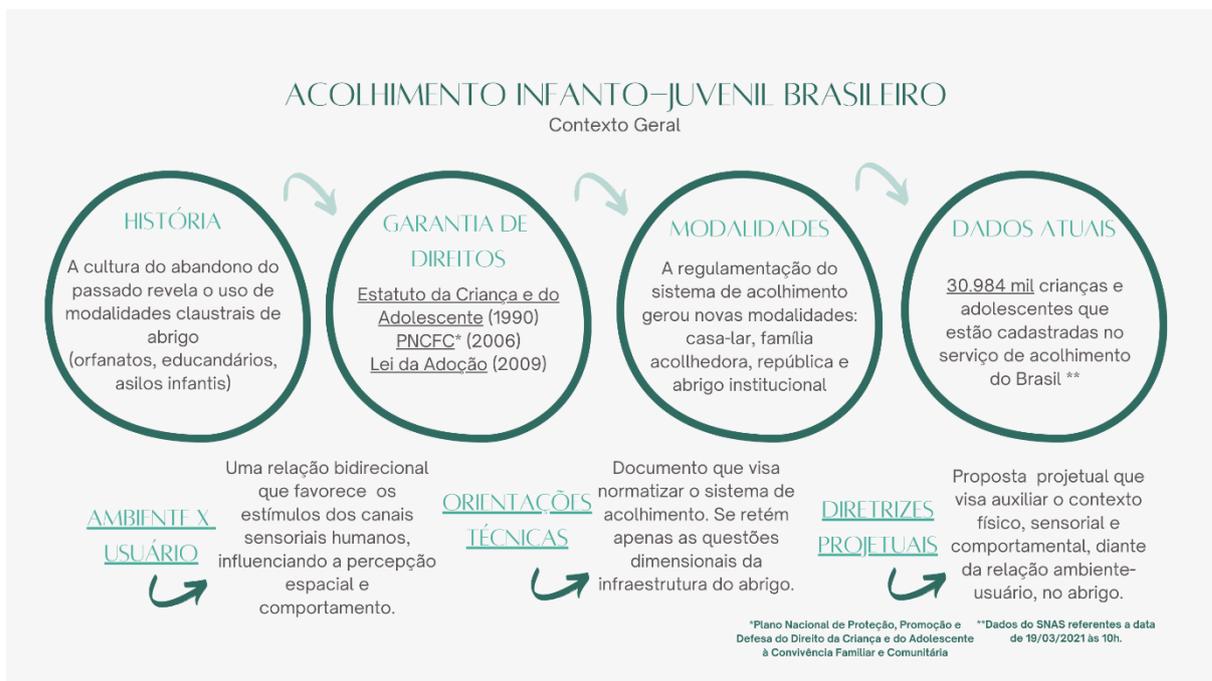
O QUE É O LAR TEMPORÁRIO?

O lar temporário nada mais é do que o espaço do abrigo para crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social. Ele obtém a característica de provisoriedade e excepcionalidade devido a este período ser reconhecido como um tempo de transição para reintegração familiar ou adoção. O tempo máximo de estadia no abrigo é de dois anos, porém há casos em que se prolonga até a maior idade.

SISTEMA DE ACOLHIMENTO

Contexto geral no Brasil





METODOLOGIA

Método de pesquisa do trabalho

ETAPAS

As quatro etapas da pesquisa são interdependentes entre si, ou seja, todos os dados encontrados nas primeiras três etapas, por exemplo, se fundem e formam o produto final, as diretrizes projetuais, que são o objetivo principal.

Etapa I - Pesquisa Exploratória

Etapa II - Pesquisa Descritiva (diagnóstico do abrigo)

Etapa III - Pesquisa Descritiva (Estudo do documento de orientações técnicas ao abrigo)

Etapa IV - Produção das Diretrizes projetuais.

ETAPAS	DESCRIÇÃO
ETAPA I PESQUISA EXPLORATÓRIA	RESGATE HISTÓRICO SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A LEGISLAÇÃO INSTAURADA NO BRASIL.
	FORMAS DE ACOLHIMENTO POSSIBILITADAS ATRAVÉS DO ECA.
	CAUSAS DO ACOLHIMENTO E PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADAS NO BRASIL.
ETAPA II E III PESQUISA DESCRITIVA	O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES EM RELAÇÃO A SUA ESTRUTURA FÍSICA E A QUESTÃO DO LAR PARA OS ABRIGADOS.
	<ul style="list-style-type: none"> II: DIAGNÓSTICO DE UM ABRIGO INSTITUCIONAL EM JOÃO PESSOA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE BAKER (1998) E NOS PARÂMETROS AMBIENTAIS. III: ESTUDO E AVALIAÇÃO DO DOCUMENTO "ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES" À RESPEITO DO ESPAÇO DO ABRIGO INSTITUCIONAL.
ETAPA IV DIRETRIZES PROJETUAIS	DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES PROJETUAIS PARA ABRIGOS INSTITUCIONAIS EMBASADAS NOS PARÂMETROS AMBIENTAIS ESTUDADOS.

METODOLOGIA DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS



METODOLOGIA BARBOSA (2020)*

Método dos parâmetros ambientais

Metodologia que através dos parâmetros ambientais, leva em consideração a influência das características do espaço sobre o comportamento do indivíduo.

1

REFERENCIAL TEÓRICO

Pesquisa bibliográfica documental com o objetivo de garantir o embasamento para o desenvolvimento da pesquisa

2

DIAGNÓSTICO

Levantamento fotográfico e documental arquitetônico do objeto de estudo

3

ANÁLISE

Avaliação do objeto de estudo em relação aos parâmetros ambientais e sistematização dos dados

4

DIRETRIZES PROJETUAIS

Elaboração das diretrizes projetuais visando guiar a construção dos espaços de acolhimento.

*Fonte: Adilene barbosa, 2020. Adaptado pela autora,2021

METODOLOGIA BARBOSA (2020)

Parâmetro Físico-ambiental



ILUMINAÇÃO

Avaliação da luz natural (incidência solar) e luz artificial de acordo com a sua influência de percepção do espaço, considerando a sua capacidade de influência em relação ao uso do lugar.



CONFORTO TÉRMICO

Avaliação do nível de insolação solar do ambiente e da quantidade de ventilação natural atuante, com o objetivo de não comprometer o bem-estar, a vivência e o uso dos espaços.



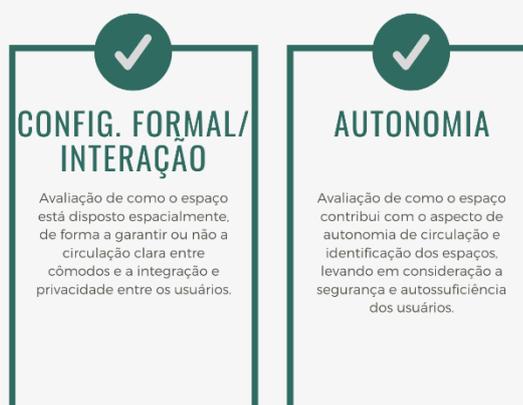
METODOLOGIA BARBOSA (2020)

Parâmetro Sensorial



METODOLOGIA BARBOSA (2020)

Parâmetro Comportamental



RELAÇÃO AMBIENTE X USUÁRIO

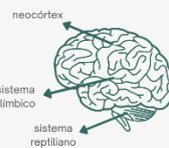
Resultados com base nos parâmetros ambientais de Barbosa (2020)



RELAÇÃO AMBIENTE X USUÁRIO

* Cérebro triúno:

Partes cerebrais que agem em conjunto, fazendo com que seja realizada toda e qualquer ação do indivíduo, repleta de diversos graus de complexidade, eficazmente.



* Percepção espacial:

Perceber o espaço é muito além de "estar" e "habitar". O mundo percebido contém influências da experiência de vida, da cultura, da visão de mundo do indivíduo e dos estímulos produzidos pelo ambiente através dos sentidos humanos.



* Os sentidos humanos:

Possibilitam a comunicação entre indivíduo e ambiente através dos estímulos sensoriais produzidos que podem ter relação com a visão, audição, olfato - paladar, tato e outras questões de percepção espacial como o wayfinding.



ESTÍMULOS DOS SENTIDOS NO ESPAÇO

O projeto arquitetônico deve levar em consideração a experiência do usuário diante das escolhas de iluminação, acústica, ventilação, temperatura, odor, texturas aplicadas e tantas outras questões que vão além do campo arquitetônico e se encontram na psicologia e na neurociência



iluminação



cores



vegetação



temperatura



cheiro



acústica



tato



iluminação



temperatura

- A luz está relacionada à habilidade e eficácia cerebral de processar dados do espaço por meio da visão.
- Influenciam benéficamente o indivíduo, especialmente quando relativos à produção, concentração, vivência e o uso do espaço, em adição a questão do realce das formas arquitetônicas.
- A temperatura atrelada ao fluxo de vento pode contribuir benéficamente para a experiência e do usuário, principalmente quando falamos sobre ambientes de longa permanência (salas, quartos e ambiente de estudo) sendo ventilados corretamente.



cores

- O efeito psicodinâmico que ocorre quando percebemos visualmente a cor, reflete no modo de agir, falar, se relacionar e sentir.
- As sensações geradas são baseadas de acordo com as experiências vivenciadas anteriormente que são gravadas no cérebro como uma memória.
- A aplicação da cor no espaço é capaz de mudar o contexto de percepção, pode gerar a sensação de alongamento, encurtamento do ambiente, além de alterar a percepção de altura do espaço.



- iluminação, conforto, recreação
- equilíbrio, calma, esperança
- tédio, tristeza, sabedoria
- intelectualidade, harmonia, confiança
- força, energia, amor
- poder, condolência, negação

*Referências: Baldissera; Fabian (2018), Farina et al (2008), Heltter (2021), Gonçalves; Paiva (2018)



vegetação

- A biofilia, relacionada a presença de elementos da natureza no espaço, é um fato que traz consigo a incorporação da mesma à vida e ao cotidiano de um indivíduo, gerando a sensação de bem-estar e tranquilidade.



cheiro

- É ser capaz de identificar e criar um lugar, permitindo a sensação de pertencimento e de identidade com o espaço, através da memória.



*Referências: Gonçalves; Paiva (2018), Pallasmaa (2011), Cavaicante; Elai (2018)



tato

- Tato ou sistema háptico é o perceber o espaço através de texturas, formas, revestimentos.
- Pode influenciar a experiência do usuário no espaço como agradável ou desagradável, mesmo que inconscientemente.
- É importante a existência de ambientes multisensoriais para contribuir positivamente com a percepção espacial e a identidade corporal com o espaço.



acústica

- O som emitido pode ser agradável ou desagradável - quando este atinge os parâmetros de perturbação sonora, se transformando em ruído.
- É possível localizar um lugar através dos sons emitidos por ele mesmo.



*Referências: Gonçalves; Paiva (2018), Paltasmaa (2011)

DIRETRIZES PROJETOAIS

Resultados com base nos parâmetros ambientais de Barbosa (2020)



PARÂMETRO FÍSICO-AMBIENTAL

Conforto Lumínico e Térmico

IMPLANTAÇÃO

Posição da edificação de acordo com a orientação solar e o fluxo de vento predominante



FROTA e SCHIFFER (2001)

ESQUADRIAS

Uso de tipologias e a posição que não comprometa a quantidade de vento circundante



FROTA e SCHIFFER (2001)

MATERIAIS

Uso de materiais e revestimentos atérmicos, não impossibilitando o uso dos locais devido a transferência de calor excessiva.



FROTA e SCHIFFER (2001)

PARÂMETRO SENSORIAL

Os sentidos e a Percepção Espacial

VISÃO

Luz natural e artificial adequadas as atividades a serem realizadas; Uso de cores promovendo o estímulo visual



Gonçalves e Paiva (2018);
Iluminância (NBR 89951/2013);
Lacy (1996)

AUDIÇÃO

Localização da edificação distante de ambientes de frequente perturbação sonora; ambientes de longa permanência em local de menor poluição sonora



Padrões de conforto acústico
(NBR 10152/2017)

AUDIÇÃO

Uso da vegetação como barreira de filtragem de ruídos; favorecer os comodos de longa permanência com os sons produzidos pela vegetação (biofilia)



Gonçalves e Paiva (2018);
Cavalcante e Elali (2018)

PARÂMETRO SENSORIAL

Os sentidos e a Percepção Espacial



COMPORTAMENTAL

Configuração formal/ interação e Autonomia



O ABRIGO INSTITUCIONAL

Serviço que abriga provisoriamente crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, sem distinção de sexo, que foram afastados do convívio familiar por medida judicial protetiva, neste caso o número de máximo de acolhidos deve ser de vinte pessoas.

Diretrizes projetuais adaptadas aos cômodos do abrigo, baseadas nos parâmetros ambientais de Barbosa (2020)



ILUMINAÇÃO

Todos os cômodos do abrigo e área administrativa.

Quartos, ambiente de estudo, sala de jantar e estar e área administrativa.



VENTILAÇÃO

Iluminação artificial: conforme a atividade que irá ser realizada; levar em consideração a temperatura da luz e iluminância correta (NBR 89951/2013)

- Em ambientes de atividades que exijam concentração priorizar a temperatura de 4.000K
- Em ambientes de descanso e descontração priorizar a temperatura de 3.000K

Considerar a localização dos fluxos de ventos predominantes na região, possibilitando ambientes agradáveis mesmo durante o dia.

Espaços de longa permanência com posição voltada ao lado da ventilação predominante no local

Uso de cores que favoreçam o estímulo sensorial, adaptadas ao tipo de sensação requerida durante o uso do cômodo, afetando positivamente a percepção e a atividade a ser realizada. (FARINA et. al, 2006) (GONÇALVES;PAIVA,2018)

Considerar as sensações geradas por cada cor atrelada a função de cada cômodo.

Promover a biofilia através do contato com a natureza, seja visualmente (através da cor verde, de quadros, do contato direto ou indireto com a vegetação) (GONÇALVES;PAIVA,2018) (CAVALCANTE; ELALI, 2018).

Na área externa ao abrigo, possibilitar a integração da vegetação através do paisagismo estratégico, usando a vegetação a favor do conforto térmico e acústico.



CORES

Todos os cômodos do abrigo e área administrativa.

Todos os cômodos do abrigo.



VEGETAÇÃO



ACESSIBILIDADE

Todos os cômodos do abrigo e área administrativa.

Aplicar normas de acessibilidade no abrigo, levando em consideração a sua implantação, acessos e disposição dos mobiliários de forma a facilitar a circulação entre cômodos. (NBR 9050)

Nos cômodos de uso comum possibilitar a integração entre os mesmos. Favorecendo a convivência, diálogos e interação positiva entre os moradores.

*É interessante a disponibilidade de assentos para todos os moradores, para contribuir com a construção da percepção de lar e pertencimento.



INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Sala de Estar e Jantar

Todos os cômodos do abrigo e área administrativa.



AUTONOMIA E PRIVACIDADE

Todos os cômodos do abrigo.

Promover a privacidade dos moradores nos setores íntimos do abrigo, bem como também no ambiente de estudo, cooperando no desenvolvimento da identidade pessoal e concentração. (CAVALCANTE; ELALI, 2018)

Promover a autonomia através da disposição clara dos cômodos, bem como também por meios de identificação dos mesmos. (PASSINI, 1996)

É necessária a disposição de segurança para proteção dos moradores e trabalhadores, visto que há casos em que há crianças que sofrem diferentes tipos de ameaças.*

*O acolhimento de crianças e adolescentes visa a segurança e proteção, apoio e cuidado. (Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, 2009)



SEGURANÇA E PROTEÇÃO

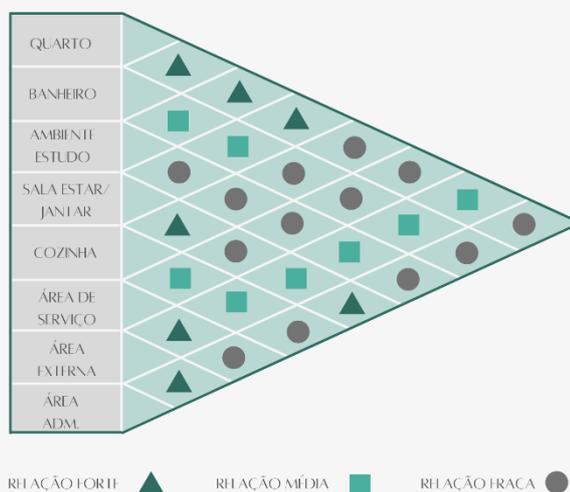
Todos os cômodos do abrigo e área administrativa.

MATRIZ DE RELAÇÕES – DIRETRIZES E CÔMODOS

DIRETRIZES \ CÔMODOS	ILUMINAÇÃO	VENTILAÇÃO	CORES	VEGETAÇÃO	ACESSIBILIDADE	AUTONOMIA E PRIVACIDADE	INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SEGURANÇA E PROTEÇÃO
QUARTO	▲	▲	▲	■	▲	▲	●	▲
BANHEIRO	▲	■	▲	■	▲	▲	●	▲
AMBIENTE ESTUDO	▲	▲	▲	■	▲	▲	■	▲
SALA ESTAR/JANTAR	▲	▲	▲	■	▲	▲	▲	▲
COZINHA	▲	■	▲	■	▲	■	●	▲
ÁREA DE SERVIÇO	▲	■	▲	●	▲	●	●	▲
ÁREA EXTERNA	▲	▲	▲	▲	▲	■	▲	▲
ÁREA ADM.	▲	▲	▲	■	▲	■	■	▲

RELAÇÃO FORTE ▲ RELAÇÃO MÉDIA ■ RELAÇÃO FRACA ●

MATRIZ DE RELAÇÕES – CÔMODOS ABRIGO



REFERÊNCIAS/SUGESTÕES DE LEITURA

- BALDISSERA, Idovino; Fabian, Tatiana Bruna. A influência das cores e das formas no espaço residencial. Anuário de Pesquisa e Extensão Unoesc Videira, Videira, v.1, p.e11534, ago. 2016. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeuv/article/view/11534>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- BARBOSA, Adilene Batista. Parâmetros da neuroarquitetura aplicados aos espaços do condomínio para idosos cidade madura em João Pessoa. 2020. 76p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro Universitário UNIESP, João Pessoa, 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília. 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. (2009a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm. Acesso em: 29 fev 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 fev 2021.
- CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura pessoa-ambiente. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.



REFERÊNCIAS/SUGESTÕES DE LEITURA

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5 ed. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 2006.

FRAGA, Lorena Chaves. *Infância, práticas educativas e de cuidado: concepções de educadoras de abrigo à luz da história de vida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FROTA, Anésia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. *Manual do conforto térmico*. 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GONÇALVES, Robson; PAIVA, Andréa de. *Triunfo: neurobusiness e qualidade de vida*. 3.ed. São Paulo: Clube de autores, 2018.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. 1.ed. São Paulo: Editora Olhares, 2021.

PALLASMAA, Juhani. *Olhos da pele: arquitetura e os sentidos*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

PASSINI, Romedi. *Wayfinding design: logic, application and some thoughts on universality*. *Design Studies*, vol. 17, 1996.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene et al. *Acolhendo crianças e adolescentes*. 1ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a era Vargas*. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). *A arte de governar crianças: a história da das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p. 243- 298.



LAR TEMPORÁRIO LAR TEMPORÁRIO LAR TEM



LAR TEMPORÁRIO LAR TEMPORÁRIO LAR TEM